

A BÍBLIA, O CRISTÃO E A POLÍTICA

Fábio Sousa

Prefácio de William Douglas



“Fábio Sousa escreve aqui não somente o que é fruto de estudo, mas de sua longa experiência na política e de uma carreira frutífera no ministério. Sinceramente, se você deseja ler um conteúdo verdadeiro, cujo escritor escreve realmente aquilo em que acredita e vive, então deve ler este material.”

Fred Arrais,

cantor, compositor, pastor da Igreja Angelim em Teresina

(PI)

“Fábio apresenta de modo didático os princípios cristãos que norteiam a ação política contemporânea. Amparado pelas Escrituras Sagradas, pela História e por sua experiência política prática como homem público, demonstra o valor da cidadania terrena na jornada daqueles que são cidadãos do céu.”

Davi Lago,

pastor batista, escritor, mestre em Teoria do Direito e
professor universitário

“Este livro possui uma expressão coerente entre as relações sócio-políticas por meio de uma interessante cosmovisão bíblica, além de ser frutífero em importantes detalhes históricos e fundamentos bíblicos indispensáveis. Fábio Sousa torna esta obra extremamente relevante em elucidar a importância do despertar e da busca do conhecimento sobre um dos temas mais importantes para a comunidade cristã.”

Gilberto Araújo,

historiador, fundador e líder do Movimento Fire
Universitário e pastor da 70X7 Church em Brasília (DF)

“Eu acreditava na máxima de que política e religião não se misturam. Por esse e outros fatores, sempre detestei a política, como grande parte dos brasileiros. Assistia a certa distância, sem me envolver, e também era levado a acreditar que não existiam políticos honestos. Com o tempo, buscando em Deus e na Bíblia, descobri que eu e todos os que pensavam como eu estávamos equivocados. Quando conheci o Fábio Sousa, pude perceber que é plenamente possível existirem homens íntegros, tementes a Deus, relevantes na política. Como Daniel, Hananias, Misael e Azarias, personagens bíblicas que provaram essa realidade, agradeço a Deus pela vida do amigo Fábio e sua

disposição em servir à igreja brasileira, por demonstrar também um currículo íntegro de serviços prestados à sociedade nos cargos públicos que ocupou, em especial como deputado federal. Fábio agora nos presenteia com este excelente material. Recomendo a leitura e encorajo o leitor a estender este texto a amigos e conhecidos.”

Nelson Júnior,

pastor, escritor, palestrante internacional, coordenador
e idealizador do Movimento Eu Escolhi Esperar, mestre em
Comportamento e pós-graduado em Gestão e Liderança

“Meu amigo Fábio Sousa, com muita maestria, expõe nestas páginas a importância da política na vida do cristão. Aquilo que, em épocas passadas, foi um tabu, hoje vemos como necessidade. A causa do Reino e os princípios de Cristo precisam influenciar todos os âmbitos da nossa vida, o que inclui as políticas públicas. Recomendo este livro simplesmente porque contribuirá com clareza e verdade para aqueles que desejam ser agentes do Reino de Deus na sociedade.”

Teófilo (Teo) Hayashi,

fundador e líder do Dunamis Movement e pastor da Zion
Church em São Paulo (SP)

Fábio Sousa

**A Bíblia, o cristão
e a política**





©2020, Fábio Sousa

Editora Vida
Rua Conde de Sarzedas, 246 - Liberdade
CEP 01512-070 - São Paulo, SP
Tel.: 0 xx 11 2618 7000
Fax: 0 xx 11 2618 7030
atendimento@editoravida.com.br
www.editoravida.com.br

▪
Todos os direitos desta tradução em língua portuguesa reservados por Editora Vida.

PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUAISQUER MEIOS, SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.
Todos os grifos são do autor.

▪
Scripture quotations taken from Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional, NVI ®.
Copyright © 1993, 2000, 2011 Biblica Inc.
Used by permission.
All rights reserved worldwide.
Edição publicada por Editora Vida, salvo indicação em contrário.

Editor responsável: Gisele Romão da Cruz
Preparação de texto: Sônia Freire Lula Almeida
Revisão de provas: Josemar de Souza Pinto
Projeto gráfico e diagramação: Claudia Fatel Lino
Capa: Arte Vida
Conversão para ebook: Cumbuca Studio

Todas as citações bíblicas e de terceiros foram adaptadas segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990, em vigor desde janeiro de 2009.

1. edição: set. 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sousa, Fábio

A Bíblia, o cristão e a política / Fábio Sousa. -- 1. ed. -- Guarulhos, SP : Editora Vida, 2020.

ISBN 978-65-5584-010-0

1. Bíblia - Estudo 2. Palavra de Deus 3. Religião e política 4. Política - Aspectos religiosos 5. Religião - Aspectos políticos 6. Teologia I. Título.
20-40366

CDD-261.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Religião e política : Teologia social 261.7

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

A César Augusto, meu pai, pastor e amigo.

Sumário

Prefácio — WILLIAM DOUGLAS

Introdução

1. Sal da terra
2. Luz do mundo
3. Por que política
4. Dupla cidadania
5. A política na Bíblia
6. Políticos do Antigo Testamento
7. Os profetas e a política
8. A política dos apóstolos
9. O pensamento político de Paulo
10. Paulo e o “Não se amoldem”
11. O Jesus “político”
12. Amor ao próximo
13. Líderes cristãos e a política ao longo da História
14. Fundamentos da boa política e as ideologias
15. Ética cristã, direitos humanos e outros temas
16. A Igreja e a política

Bibliografia

Agradecimentos

Sobre o autor

Prefácio

O livro que está em suas mãos é de extrema relevância para dois reinos. Não deixe de ler e de dedicar especial atenção ao que está escrito aqui. Em boa hora, vem a lume um livro que aborda a questão do cristão e a política à luz da Bíblia, já em seu título nos lembrando de nossa responsabilidade tanto espiritual quanto cívica: sermos sal e luz.

Parabenizo o pastor Fábio Sousa, que tem a experiência do ministério e também da política, além de múltipla formação acadêmica, pela grande contribuição que, com este singular livro, trouxe ao país e à igreja. Apenas alguém com tanta intimidade e experiência nesses dois espaços poderia produzir uma obra objetiva e densa como esta. Como eu disse, é um livro que abençoa dois reinos.

O primeiro reino, o Brasil, tem como titular do poder o povo. Logo, tecnicamente, o melhor nome será “República”. Um lugar onde o cidadão é equivalente ao “rei”, ou seja, aquele que, junto com os demais concidadãos, “manda”. E é assim que deve ser. Um reino constituído e gerido pelo povo, de forma direta ou por meio de seus representantes eleitos. Você faz parte desse reino e deve aprender a geri-lo bem, para que haja paz e prosperidade em nossa terra.

O segundo reino é o dos céus, do qual somos cidadãos e embaixadores. Cada vez que oramos o Pai-nosso e dizemos “venha o teu Reino”, precisamos nos lembrar de que, embora nosso destino seja celeste e eterno,

temos uma série de responsabilidades com a dupla cidadania da qual somos titulares. O cidadão do Reino dos céus tem uma série de deveres em relação ao governo secular do qual faz parte.

A Bíblia, o cristão e a política fala sobre política de um modo geral, sobre a dupla cidadania do cristão e traz importantes referências sobre a política na Bíblia. De fato, as Escrituras contam sobre governantes, profetas, apóstolos e o próprio Jesus e mostram a atividade política que exerceram. Outros pontos relevantes estão em traçar a relação dos cristãos com a política ao longo da História e os fundamentos da boa política à luz da Palavra de Deus. É uma lição de conhecimento bíblico direcionado ao tema, de ética cristã, conferindo maior base teológica e ideológica, em um momento no qual tais discussões são centrais na nossa nação.

Não posso deixar de mencionar um pouco mais sobre o autor e sobre o livro. Sobre o autor, deve ser destacado sua múltipla formação, como mencionei antes. Além de pastor há mais de vinte anos, é também jornalista, graduado em História, Teologia e Gestão Pública. Sua experiência política inclui os cargos de vereador, deputado estadual e deputado federal, já tendo até mesmo presidido a assembleia legislativa de Goiás. Fábio também é autor de outros cinco livros. Essa vivência certamente enriquece o livro e, conseqüentemente, seu leitor.

Sobre o livro, cabe acrescentar que é um estudo sobre os nossos direitos e deveres.

Primeiramente, temos o **direito** de participar da política e das decisões a respeito dos rumos do Brasil.

Muitos querem separar a política da religião, mas, como disse Desmond Tutu, “não há afirmação mais política do que dizer que política e religião não se misturam”. Afinal, a quem interessaria essa separação, senão àqueles

que querem excluir as pessoas de fé do debate político? Aqueles que possuem uma fé são tão cidadãos quanto os demais e têm todo o direito de ver seus valores e princípios sendo parte das decisões e dos rumos do país.

A Constituição Federal diz, no artigo 1º, que o Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político e, no artigo 5º, inclui entre os direitos e as garantias individuais que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política”. A Carta Magna também adota o modelo da colaboração ao vetar que o Poder Público crie “distinções entre brasileiros ou preferências entre si”, no inciso terceiro do artigo 19. O Brasil é um país laico, não laicista. Logo, não se pode querer colocar quem tem fé e a assume para fora da arena pública.

Se os religiosos fossem proibidos de falar sobre votar em quem compartilha seus valores, o TSE teria que vetar manifestações de artistas, jornalistas, jogadores de futebol, intelectuais, professores e tantos outros grupos. Ou seriam os religiosos uma categoria inferior de cidadãos? Por que só alguns têm que ficar amordaçados? Todos podem falar sobre política, menos os religiosos? No Brasil, inexistente previsão para alguém querer controlar ou censurar as igrejas.

Michael Sandel, professor de Harvard, observou que pessoas encaram a disputa política com base em suas visões de mundo. De forma legítima, alguns cidadãos extraem sua visão de mundo da religião. Segundo Sandel, embora seja *aparentemente* uma medida de tolerância pedir aos cidadãos democráticos que abandonem suas convicções morais e religiosas ao entrar na esfera pública, isso evidencia, contrariamente, uma falsa neutralidade na discussão de questões públicas. De acordo com esse autor, “em vez de evitar as convicções morais e religiosas que nossos concidadãos levam para a vida pública, deveríamos nos dedicar a elas mais diretamente — às vezes

desafiando-as e contestando-as, às vezes ouvindo-as e aprendendo com elas”.

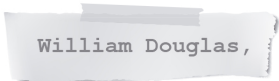
Em segundo lugar, temos o **dever** de participar da política e das decisões a respeito dos rumos do Brasil.

O título do livro já basta para identificar o dever que nos chama: ser sal e luz. Em um mundo sem referências, é preciso sal e, em um mundo perdido na escuridão, a luz é necessária. Logo, de forma humilde e prudente, é tarefa da igreja em geral e de cada cristão em particular não só levar as boas-novas da salvação futura, mas os paradigmas extraordinários e encantadores da cosmovisão cristã.

Em um lugar cheio de iniquidade, injustiças, exploração do homem pelo homem, corrupção, machismo, racismo e tantas outras coisas ruins, o cristianismo é contracultura e caminho para a mudança.

Conhecer bem o que a Bíblia ensina sobre a política e a história do cristianismo nesse aspecto é um dever de cada cristão disposto a não se omitir diante de nossa dupla cidadania. É um dos primeiros passos para sermos, de fato, sal e luz.

Parabéns, portanto, ao autor e à editora, e mais ainda a todos que aproveitarem as lições que o presente livro veicula.



William Douglas,

Juiz Federal (RJ), professor universitário, conferencista
e escritor

Introdução

O amigo Fernandinho é um dos maiores cantores e compositores brasileiros. Sua influência musical vai além do público cristão, com letras inspirativas que levam milhões de pessoas a refletir sobre a vida, sobretudo espiritualmente.

Uma dessas canções, nestes últimos dias, falou muito ao meu coração. “Sede de justiça”, gravada no álbum que tem o mesmo nome, fala sobre o princípio bíblico de busca de justiça que todo cristão deve ter. A primeira estrofe é inspiradora:

Não posso ficar calado
Não posso ficar de mãos atadas
Com tantos votos comprados
Cartas marcadas
Profetas calados

Sobretudo, a última frase: “profetas calados”. Tenho muitos erros e, como todos pecaram e precisam da glória de Deus, eu também cometo muitos pecados. No entanto, o pecado da omissão é um erro ou pecado que não cometo. Assim tem sido em toda a minha carreira ministerial e também política, e pretendo que continue até Jesus voltar ou me levar.

Por não ser um profeta calado e não aceitar “profetas calados”, é que escrevo este livro. Muitos me incentivaram a escrever sobre o tema. Não só pela minha experiência de vida, mas por também acreditarem que nunca houve tanta necessidade de que os verdadeiros cristãos participassem

ativamente da política, do centro do poder e das tomadas de decisões, entendendo seu papel nesse processo, tanto ideológico quanto filosófico e, sobretudo, bíblico.

Homens e mulheres querem e se sentem chamados para a missão política. Mas, como nem sempre querer é poder, precisamos entender o nosso papel, preparar-nos em todos os níveis humanos (natural, espiritual e emocional) para essa difícil missão, sobretudo em não ser enlameado pelo meio e processo. A Bíblia nos ensina que tanto o querer quanto o realizar têm origem em Deus (Filipenses 2.13). Portanto, são dois processos: querer e realizar — e a garantia do sucesso está neles.

A Bíblia é um livro cheio de casos de sucesso de homens públicos. Até porque em boa parte dela a liderança espiritual também exercia a liderança política. Esses exemplos podem e devem ser avaliados e imitados. Nesse sentido, uso muitos exemplos bíblicos.

Abordo aqui, à luz da Bíblia, alguns dos princípios ideológicos que norteiam a política, sobretudo a brasileira, mas não me restrinjo a ela; recorro também a exemplos internacionais e históricos. O leitor também encontrará algumas das minhas ideias no sentido de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, segundo os padrões bíblicos.

Escrevo este livro em meio à quarentena imposta por causa da mais propagada crise sanitária mundial dos últimos cem anos. O vírus que surgiu na China, o novo coronavírus, espalhou-se pelo mundo, causando uma doença chamada covid-19, que, em seu estado mais simples, é assintomática, não causando nenhum dano; em casos mais severos, porém, causa quadros respiratórios graves nos infectados, podendo levar a óbito. Os governos de todo o mundo decretaram quarentena a seus cidadãos, obrigando-os ao isolamento social, na tentativa de diminuir o contágio.

Essa paralisação está sendo um grande desafio para os governos, pois o problema vai além das ações sanitárias e do tratamento dos infectados; tem o potencial de gerar uma crise social e econômica como nunca se viu. Escrevo neste contexto, pensando o que homens e mulheres, cientistas, economistas, políticos, cheios do Espírito Santo e com o senso de servir ao próximo, como Jesus ensinou, poderiam fazer de prático, ajudando a minimizar os efeitos danosos da crise. Sei que há alguns fazendo isso, mas também sei que a Igreja de Jesus, espalhada pelo globo terrestre, tem condições e pessoas para fazer muito mais.

Escrevo esta obra neste contexto de crise, sem deixar de pensar em outras crises que virão, usando exemplos bíblicos e da história da Igreja ao longo dos tempos.

Espero que o leitor aprecie esta leitura, mas desejo que vá além. Que realmente se interesse, senão em participar, em se tornar, no mínimo, um observador mais crítico e colaborativo (até porque criticar e não contribuir é um ato medíocre).

Oro para que, por meio da leitura deste livro, os inúmeros peregrinos deste mundo se tornem bons cidadãos, expressando o Reino para que os homens glorifiquem a Deus ao vê-los em ação!

Sal da terra

Na minha opinião, uma comida para ser considerada boa precisa ser bem temperada. Aliás, um prato por mais nutritivo, colorido e bem feito que seja, sem tempero, fica sem graça. O principal tempero que há na alimentação, sem dúvida, é o sal. Com toda a certeza, exerce papel em dar gosto a um alimento. Uma salada de folhas sem sal se parece mais com mato ou capim.

O Sermão do Monte, a maior pregação de Jesus de que se tem registro, muitas vezes é chamado de a “Constituição dos crentes”. Segundo John Stott, de tudo o que Jesus disse, é o que mais se aproxima “de um manifesto, pois descreve o que ele desejava que seus seguidores fossem e fizessem”.¹ Segundo o Evangelista Mateus, logo após expressar as famosas “Bem-aventuranças”, o Mestre Jesus traz uma mensagem direta aos espectadores presentes. Ao interpretarmos o texto, percebemos que as oito bem-aventuranças são um prólogo daquilo que Jesus ensinaria. Já no versículo 13, Jesus começa uma mensagem direta aos discípulos:

“Vocês são o sal da terra. Mas, se o sal perder o seu sabor, como restaurá-lo? Não servirá para nada, exceto para ser jogado fora e pisado pelos homens. Vocês são a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade construída sobre um monte. E, também, ninguém acende uma candeia e a coloca debaixo de uma vasilha. Ao contrário, coloca-a no lugar apropriado, e assim ilumina a todos os que estão na casa. Assim brilhe a luz de vocês diante dos homens, para que vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus” (Mateus 5.13-16).

Mensagem direta e expressiva: sal e luz. Duas substâncias, uma química e outra física, distintas, mas escolhidas pelo Senhor Jesus para definir seus seguidores.

O sal é uma substância química cristalina, solúvel em água. O sal, que foi apresentado por Jesus, referia-se ao cloreto de sódio, que se pode encontrar na água do mar ou em algumas massas sólidas, usado desde os primórdios para salgar e/ou conservar alimentos. Na região e na época, o sal vinha de Jabel-Usdum, na costa do mar Morto, lugar de grande concentração de sais, dez vezes superior à dos oceanos. O sal produzido naquela época e naquele local específicos, conhecido como sal sodômico, podia, em certas circunstâncias, perder o sabor. Preservava a aparência, mas não o sabor.

O Talmude mostra que o sal que não era puro e útil para ser usado nos ritos dos sacrifícios no templo era lançado nos degraus e declives ao redor, para impedir que as pessoas escorregassem. Em seguida, esse sal era pisado pelos homens por causa de sua inutilidade. Outros historiadores dizem que o sal também era usado pelos romanos para a confecção de suas famosas estradas, pelas quais milhares de pessoas andavam todos os dias. Jesus sabia disso e usou uma alusão muito interessante.

O sal tem a capacidade de salgar os alimentos e também de preservá-los; além disso, era usado para temperar os sacrifícios instituídos pela Lei de Moisés (Números 18.19). Quando perdia suas características, perdia a funcionalidade, era jogado fora e pisado pelos homens.

Jesus deixa claro em que deveria ser usado: “Vocês são o sal da terra”. O lugar de salgar é o mundo, toda a terra, não apenas dentro da igreja. O sal foi feito para salgar. Se não salga, não serve.

Uma das histórias bíblicas mais fantásticas sobre o sal, que também é uma das substâncias que mais aparecem na Bíblia, é apresentada em 2Reis

2. Os moradores da cidade de Jericó procuraram o profeta Eliseu para falar da terra em que viviam e pedir-lhe ajuda:

Alguns homens da cidade foram dizer a Eliseu: “Como podes ver, esta cidade está bem localizada, mas a água não é boa e a terra é improdutiva”. E disse ele: “Ponham sal numa tigela nova e tragam-na para mim”. Quando a levaram, ele foi à nascente, jogou o sal ali e disse: “Assim diz o SENHOR: ‘Purifiquei esta água. Não causará mais mortes nem deixará a terra improdutiva’”. E até hoje a água permanece pura, conforme a palavra de Eliseu (2Reis 2.19-22).

A cidade era, segundo os moradores, bem localizada, entretanto as águas eram ruins; conseqüentemente, a terra tornava-se improdutiva. Sem água, não se podia plantar nada. Então, procuraram o profeta, representante de Deus na região.

O profeta usou um simbolismo especial. Pediu um prato novo cheio de sal, foi à nascente das águas que regavam a região e jogou o sal na nascente, profetizando um novo tempo e a purificação das águas. Nada mais ilustrativo.

O sal veio em um prato novo e foi despejado nas fontes, e assim as águas foram purificadas e a terra voltou a ter vida, passou a ser produtiva. Vou além: a maldição que havia sobre a cidade foi quebrada pela ação profética ao se usar o sal (a maldição lançada por Josué, descrita em Josué 6.26).

Os discípulos de Jesus são o sal da terra. O prato é uma representação da Igreja. Representando Deus, Eliseu despeja o sal nas águas, e dessa forma elas são curadas.

Em Atos 1.8, Jesus diz: “Mas receberão poder quando o Espírito Santo descer sobre vocês, e serão minhas testemunhas”. No original, a palavra usada para poder é *dynamis*; para testemunha, a palavra usada no original é *mártiras* [mártir].

Dynamus, na tradução literal, é “explosão de poder”; já *mártyras* é aquele que tem algo que dá sentido à própria vida a ponto de morrer por isso. Uma explosão de poder é a propagação do evangelho. Não se propaga o evangelho apenas pregando — o que sempre foi e sempre será a missão mais importante da Igreja —, mas com vida e expressividade. Uma explosão domina tudo ao redor.

O sal deve ser explodido em poder e assim espalhado em todas as fontes. O resultado é que as fontes serão curadas, transformadas e reavivadas.

John Wesley disse:

É da nossa própria natureza temperar tudo o que está à nossa volta. É da natureza da nossa fé espalhá-la em tudo o que tocamos. Nós a difundimos por todos os lados e a todos os que nos rodeiam.²

Isso é uma explosão do sal, levando os cristãos a serem mártires em nome do Reino de Deus.

Portanto, não necessariamente o mártir precisa ser alguém que morre por algo. Lógico que devemos honrar e valorizar os inúmeros irmãos cristãos que, ao longo da História, morreram por causa do evangelho de Cristo Jesus. Entretanto, os mártires são aqueles que vivem integralmente por um ideal. O sal vive pelo ideal de salgar. Os cristãos vivem pelo ideal de salgar este mundo.

Loren Cunningham, um dos meus heróis da fé, fundador e principal líder da Jocum, ao lado do dr. Bill Bright, fundador da Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo, cunhou em 1975 uma lista de sete “esferas de influência” da sociedade nas quais os cristãos deveriam exercer a fé a fim de “formar nações para Cristo”. Tal ensino ficou conhecido como “Os sete montes”.

Cunningham, em artigo publicado no *site* da Jocum, disse que essas áreas de influência são ferramentas para usarmos no cumprimento de Mateus 28: “discipular as nações e estender o reino de Cristo por toda a terra”. Segundo ele, no mesmo artigo, a igreja deveria não apenas orar, mas estar à disposição, pois:

Deus poderá nos escolher para ser influência [...]. Ele pode chamar-nos para penetrar nessa área, colocando-nos numa posição de autoridade, assim como fez com Daniel ou José. Seja qual for a área de influência que Deus nos der, família ou palácio presidencial, devemos vivenciar sua vontade na nossa vida. Não devemos fazê-lo de forma a dominar outros, mas sendo servos da mesma forma como Jesus o foi. Jesus deseja administrar o mundo através de nós. À medida que seguimos o exemplo de Jesus em nossas esferas de influência, trazemos o seu reino à terra.³

Fazem parte da lista de Cunningham e Bright as seguintes sete esferas de ação: família, religião, educação, governo, mídia, artes e economia. Sem dúvida, os distintos homens de Deus e evangelistas natos acertaram ao demonstrar que essas são as esferas que controlam a sociedade. Se as analisarmos mais profundamente, veremos que todas têm uma influência direta da política. Quem participa da política tem o poder de agir, a favor ou contra, em todas essas esferas. Quem fica fora da política não cumpre esse objetivo.

No meu primeiro mandato como deputado federal, fui eleito, no primeiro ano, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Foi um mandato de intenso aprendizado no qual pude interagir em várias das esferas de ação enumeradas pelo fundador da Jocum. A Comissão fiscalizava e legislava sobre as pesquisas científicas, ou seja, tinha influência direta nas universidades. Também fiscalizava e legislava sobre os meios de comunicação do país, ou seja, influenciava diretamente na mídia e de certa

forma nas artes. Sem contar que o meu mandato foi participativo nas discussões políticas e econômicas que rondavam o país nos fatídicos anos do governo Dilma. Pude, de alguma forma, exercer influência em virtude de minha participação direta no processo político.

Faz parte do caráter da Igreja do Senhor Jesus ser sal na terra. Faz parte do ministério dos discípulos de Jesus salgar a terra. Se perdermos isso de vista, nos tornaremos inúteis, seremos lançados fora e pisados pelos homens. Sabe por que a Igreja tem sido pisada pelos homens? Porque tem perdido a característica de salgar.

O grande avivalista americano Charles Finney, em sua 23^a palestra sobre reavivamento, ensinou que “a grande tarefa da Igreja é reformar o mundo”. Segundo Finney, a Igreja é um corpo de reformadores, e a “profissão do cristianismo implica um juramento de fazer tudo o que pode ser feito pela reforma do mundo”.⁴ Isso é ser sal.

Não quero, em hipótese alguma, negar a natureza peregrina de um cristão neste mundo. O apóstolo Pedro, em sua primeira carta, nos chama de “estrangeiros e peregrinos no mundo” (2.11). Provavelmente, o apóstolo tirou esse termo ao ler e estudar o salmo 119, que no versículo 19 usa a expressão “peregrino na terra”.

Pedro fala sobre exercer a cidadania terrena em quase todo o capítulo 2. Ao nos chamar de peregrinos no mundo, o apóstolo fala sobre vivermos no mundo em santidade, abstendo-nos “dos desejos carnaais que guerreiam contra a alma”. Mas antes, nos versículos 9 e 10, ele nos dá características de embaixadores do reino celestial:

Vocês, porém, são geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo exclusivo de Deus, para anunciar as grandezas daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz. Antes vocês nem sequer eram povo, mas agora são povo de Deus; não haviam recebido misericórdia, mas agora a receberam (1Pedro 2.9,10).

Embaixadores! Somos sacerdotes do Rei. Fazemos parte de uma nação santa e devemos anunciar as grandezas do Rei desse Reino. E o anunciamos não só com palavras, mas também com atitudes, expressão e vida.

O embaixador é o representante de mais alto nível de um país estrangeiro. Ele recebe o título de plenipotenciário dos dois governos com os quais interage, o governo que ele representa e o governo no qual atua, título este que lhe confere plenos poderes para representar seu Estado original.

O cristão, como sal, é embaixador do Reino de Deus na terra. Um embaixador que tem todos os poderes de representar esse Reino aqui.

Pedro não para por aí. Na continuação, ele deixa claro o caráter de cidadão terreno que nós, estrangeiros espirituais, devemos ter no mundo natural. Nos versículos seguintes, ele nos exorta a viver entre os ímpios “de maneira exemplar” para que, ao observarem as nossas boas obras, “glorifiquem a Deus”. Ele diz que devemos “por causa do Senhor” a quem representamos nos sujeitar “a toda autoridade constituída entre os homens” e que “é da vontade de Deus que, praticando o bem, [silenciemos] a ignorância dos insensatos”.

Vivam como pessoas livres, mas não usem a liberdade como desculpa para fazer o mal; vivam como servos de Deus. Tratem a todos com o devido respeito: amem os irmãos, temam a Deus e honrem o rei. (1Pedro 2.16,17)

Segundo Pedro, somos estrangeiros e peregrinos, mas também embaixadores de um reino espiritual em um mundo natural. Enquanto vivermos aqui, devemos ser cidadãos. Como devemos sê-lo? Segundo o Senhor Jesus, sendo sal e cumprindo o nosso papel!

Wayne Grudem tem uma opinião parecida, quando afirma:

O Reino de Jesus seria estabelecido pelo poder do evangelho que transforma o coração das pessoas e as leva a crer nele e a lhe obedecer. Isso não significa que o Reino de Deus não exerce influência sobre o mundo. Na verdade, ele transforma e vence o mundo [...].⁵

Entender isso é fundamental para o presente e o possível futuro da Igreja de Jesus. Digo possível porque, como cristão dedicado, espero ansiosamente pela volta de Jesus e o estabelecimento definitivo do seu eterno Reino. Mas, até lá, a Igreja de Jesus tem a responsabilidade de salgar a terra. Ela fez isso ao longo dos anos, como demonstrarei adiante. No século XX, a Igreja deixou muito a desejar para cumprir esse papel. Houve, no entanto, um despertar no final do século XX e no início do século XXI que anunciou um novo tempo “salgado” para a Igreja de Jesus.

¹ STOTT, John. **Contracultura cristã**, p. 8

² WESLEY, John. **O Sermão do Monte**, p. 115.

³ Disponível em: <<https://jocum.org.br/as-7-areas-de-influencia/>>. Acesso em: jun. 2020.

⁴ FINNEY, Charles. **Lectures on Revivals of Religion**.

⁵ GRUDEM, Wayne. **Política segundo a Bíblia**, p. 31.

Luz do mundo

No primeiro capítulo, abordei a expressão “ser sal”, segundo o chamado que Jesus nos fez. Agora quero falar da continuidade dessa convocação: ser luz.

“Vocês são o sal da terra. Mas, se o sal perder o seu sabor, como restaurá-lo? Não servirá para nada, exceto para ser jogado fora e pisado pelos homens. Vocês são a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade construída sobre um monte. E, também, ninguém acende uma candeia e a coloca debaixo de uma vasilha. Ao contrário, coloca-a no lugar apropriado, e assim ilumina a todos os que estão na casa. Assim brilhe a luz de vocês diante dos homens, para que vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus.” (Mateus 5.13-16)

Se o sal é uma substância química, a luz é, por definição física, o agente que permite que os objetos sejam visíveis. O termo também é utilizado para fazer alusão à claridade irradiada pelos corpos, à corrente elétrica e também aos utensílios que servem para iluminar. Trata-se do campo de radiação do espectro eletromagnético. A luz tem velocidade finita e propaga-se em linha reta.

Também usamos a palavra “luz” de forma filosófica para falar sobre o caráter ou o carisma de uma pessoa — “ela tem luz própria”; ou, quando a mãe entra em trabalho de parto, dizemos que ela está “dando à luz” uma nova vida.

Jesus falava sobre luz em ambos os aspectos — físico e filosófico — e também no âmbito espiritual, quando disse, por exemplo, aos discípulos que

deveriam ser “a luz do mundo”.

Inicialmente, voltemos ao sentido de sermos embaixadores e testemunhas de Jesus. Por definição bíblica, a luz é Jesus. O Evangelista João faz essa definição no capítulo 1 de seu Evangelho:

Nele estava a vida, e esta era a luz dos homens. A luz brilha nas trevas, e as trevas não a derrotaram (João 1.4,5).

Gosto de estudar que Jesus de alguma forma se manifestou no Antigo Testamento. Se levarmos em consideração o capítulo 1 do evangelho de João, que diz que ele era o Verbo, ou a Palavra, e que estava desde o princípio com Deus, pois também era Deus; e tendo por base que no mesmo texto o apóstolo João o chama de luz do mundo, podemos dizer que a primeira vez que Jesus aparece na Bíblia é no capítulo 1 de Gênesis. Ali, Deus, diante de um mundo sem forma e vazio, com o Espírito pairando sobre as águas e/ou abismo, diz: “Haja luz”. Então, houve luz, pondo ordem onde havia desordem.

Quando Jesus se manifesta, o que está em desordem se organiza. Jesus é a única ordem perene. Ordem eterna. O único que pode pôr ordem na sua vida, caro leitor, bem como no mundo. Somente ele pode fazer isso!

Portanto, quando ele mesmo diz “Vocês são a luz do mundo”, está chamando os discípulos para representá-lo no mundo, na definição do apóstolo Paulo:

Para que venham a tornar-se puros e irrepreensíveis, filhos de Deus inculpáveis no meio de uma geração corrompida e depravada, na qual vocês brilham como *estrelas no universo*” (Filipenses 2.15).

A *Nova Versão Internacional* traz uma expressão poética, “estrelas no universo”, mas a maioria das traduções usa a expressão “luzeiros”. No original, a expressão é a mesma usada para “astros”, ou “algo que ilumina a

noite”. O mais famoso astro natural que temos para iluminar a noite é a Lua. Embora ilumine as trevas, não tem luz própria. A Lua reflete a luz do Sol.

Paulo está dizendo que devemos ser uma lua diante do “sol da justiça” (Malaquias 4.2), que é Jesus, refletindo a luz de Jesus em nós e através de nós.

Semelhantemente à alusão ao sal, a expressão de Jesus traz a explicação de sua aplicabilidade. Jesus aplica a luz a duas situações: como uma cidade iluminada e como uma candeia, instrumento usado na época de Jesus para iluminar as residências.

Cidade é o local onde vive um conjunto de pessoas. Nesse sentido, creio que ele se referia ao coletivo de discípulos: a igreja.

Já quando fala da candeia, usa a expressão no singular. A candeia geralmente é aplicada à ação ministerial de pessoas na Bíblia. Portanto, se refere a um chamado pessoal.

A luz é manifesta por meio de um discípulo e também mediante o conjunto de discípulos. E ambos não podem ser escondidos. A expressão uma “cidade construída sobre um monte” torna-se uma referência a pessoas. Não podemos afirmar, mas talvez o Mestre tenha utilizado uma referência geográfica para explicar. Perto de onde Jesus estava pregando o famoso sermão, estava localizada a Fortaleza de Tabor. Com sua iluminação de tochas à noite, ela ficava visível de longe sobre o monte de mesmo nome. Os caminantes se orientavam nas noites escuras graças à iluminação da fortaleza. Assim deve ser a Igreja, luz para todos os povos.

Em Isaías 2, o profeta diz:

Nos últimos dias o monte do templo do SENHOR
será estabelecido como o principal;
será elevado acima das colinas,

e todas as nações correrão para ele.
Virão muitos povos e dirão:
"Venham, subamos ao monte do SENHOR,
ao templo do Deus de Jacó,
para que ele nos ensine os seus caminhos,
e assim andemos em suas veredas".
Pois a lei sairá de Sião,
de Jerusalém virá a palavra do SENHOR.
Ele julgará entre as nações
e resolverá contendas de muitos povos.
Eles farão de suas espadas arados,
e de suas lanças, foices.
Uma nação não mais pegará em armas
para atacar outra nação,
elas jamais tornarão a preparar-se para a guerra" (v. 2-4).

Veja que o profeta prediz dias futuros. O texto se refere ao monte do templo do Senhor, uma ilustração ao monte Moriá, em Jerusalém, onde ficava o templo de Salomão. Mas também se refere a uma simbologia espiritual: a Jerusalém de Deus, a Igreja. Nos "últimos" dias, esse monte espiritual será o monte principal, será elevado sobre os outros montes e atrairá os povos da terra para serem ensinados.

Essa "cidade sobre o monte" não pode se esconder nestes dias quando tanta carência há de seus ensinamentos. Foi isso que Jesus disse sobre a Igreja.

Em seguida, Jesus fala sobre a candeia, que, nos tempos bíblicos, era um vaso suspenso por um gancho fixado à parede das casas, formado por um recipiente, que se enchia de azeite, e um bico, por cuja extremidade passava um pavio que, ao ser queimado, iluminava o local.

A candeia devia ficar no lugar mais alto da sala principal da casa para iluminar a todos. Jesus disse que ninguém acende uma candeia para colocá-la debaixo de uma vasilha. O termo no original é "alqueire", no sentido mais rústico: um objeto ou espécie de cesta para medir grãos. Ele era usado sobre a luz para diminuir a intensidade dela. No evangelho de Lucas, a parábola

inclui “debaixo de uma cama” (Lucas 8.16-18), mais escondida ainda. Já no evangelho de Marcos, Jesus usa o mesmo exemplo (Marcos 4.21,22).

O sentido é igual: A luz foi feita para brilhar. Escondê-la é torná-la inútil, fazendo-a perder sua finalidade. A luz deve ser colocada “no lugar apropriado, e assim ilumina[r] a todos os que estão na casa”. E qual o lugar apropriado? No alto!

John Stott diz acerca da Igreja:

[...] foi colocada no mundo com duplo papel: como sal, para interromper, ou pelo menos retardar, o processo da corrupção social; e, como luz, para desfazer as trevas.

Ele vai além:

[...] na qualidade de discípulos de Jesus, não devemos esconder a verdade que conhecemos ou a verdade do que somos [...] devemos desejar que nosso cristianismo seja visível a todos.¹

Stott, brilhante teólogo inglês, conselheiro até sua morte da rainha da Inglaterra e de inúmeros primeiros-ministros ingleses, disse: “Uma comunidade de Jesus que procura esconder-se deixou de segui-lo”.²

Jesus explica o que seria essa luz e também a finalidade dela. Vamos ler de novo:

“Assim brilhe a luz de vocês diante dos homens, para que vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus” (Mateus 5.16).

O que seria essa luz? As boas obras que levam as pessoas a glorificar a Deus. Antes de abordarmos quais seriam essas boas obras, é preciso deixar claro que aqui não se fala sobre salvação. A salvação é ato exclusivo de Jesus, de sua maravilhosa graça. Nenhuma obra poderia fazer isso por nós. Somente a obra do Eterno pode nos dar salvação eterna.

As obras às quais Jesus se refere aqui são as marcas do cristão. As obras não salvam, mas demonstram que somos salvos. O apóstolo Tiago ensina isso no capítulo 2 de sua carta. As nossas atitudes como cristãos influenciadores brilham e levam as pessoas a glorificar a Deus.

Prova disso é que essa frase está inserida em um grande código de conduta ética e filosófica, ensinado por Jesus: o Sermão do Monte.

Spurgeon, em um dos seus sermões, disse que “a Bíblia não é a luz do mundo; é a luz da Igreja. Mas o mundo não lê a Bíblia; ele lê os cristãos: ‘Vós sois a luz do mundo’ ”.³ No mesmo sermão, o “príncipe dos pregadores”, disse: “Nossas igrejas são o candelabro de ouro do Senhor Jesus. Se elas devem ser luz neste mundo de trevas, precisam ter abundância de azeite santo”.

A fala de Jesus diz que somos como uma candeia. A candeia precisava de azeite para queimar. O azeite na Bíblia é uma representação da presença e unção do Espírito Santo. As nossas boas obras são produzidas com o azeite e com o fogo do Espírito Santo.

Portanto, a Igreja e os discípulos de Jesus precisam entender o papel de ser luz em meio à escuridão do mundo. Precisam revelar suas boas obras produzidas por uma vida cheia do Espírito Santo para que as pessoas que vivem no mundo glorifiquem a Deus.

Repare que Jesus, quando expressa a vocação de seus seguidores, não restringe áreas. Pelo menos não depois de sua ressurreição, quando vocacionou a igreja: “Vão pelo mundo todo” (Marcos 16.15), “Vão [...] todas as nações” (Mateus 28.19) e, em Mateus 5, “Vocês são a luz do mundo”. Não se trata apenas de cumprir a missão da igreja, ou realizar obras evangelísticas e ações solidárias com os pobres. Não é apenas a importante missão de ensinar homens a serem bons pais e maridos, bem como as

mulheres a serem boas esposas e mães. O mundo é abrangente. Jesus se refere a todos os lugares, áreas e povos, incluindo os governos.

Não me entenda mal. A missão principal da Igreja é pregar o evangelho de Jesus. Mas a missão da Igreja não se restringe à parte principal; é mais ampla.

Uma vez me perguntaram se eu, como pastor e político (na época, exercia o cargo de deputado estadual), não preferiria estar na igreja tendo o dom de cura e orando pelos enfermos para que eles fossem curados. Confesso que sempre desejei ser usado por Deus para orar e as pessoas serem curadas. Algumas vezes, isso aconteceu, para a glória de Jesus! Mesmo assim, respondi àquele rapaz devolvendo com outra pergunta: “O que é melhor: ser usado por Deus para orar e curar pessoas que nos procuram na igreja ou ser usado por Deus para instituir um bom programa de saúde pública que pode curar milhares de pessoas?”.

Em ambos os casos é ser luz. Uma, no velador, iluminando a todos os que estão dentro da casa ou que procuram a casa; outra, em uma montanha, atraindo a atenção de todos os povos.

Um dos autores cristãos mais lidos do mundo, Peter Kreeft, termina sua brilhante obra *Jesus, o maior filósofo que já existiu*, dizendo que “as sociedades terrenas não são eternas; as almas são. Ainda assim, Cristo é o Salvador das sociedades, como também das almas [...] existe apenas uma esperança para as sociedades e para as almas”.⁴

Kreeft usa a passagem bíblica de Atos 11, na qual Pedro narra que um anjo apareceu a Cornélio, centurião romano, ordenando-lhe que fosse buscá-lo, pois, segundo o anjo, Pedro teria “uma mensagem por meio da qual serão salvos você e todos os da sua casa”. A mensagem é a mesma:

Jesus! A esperança é a mesma: Cristo em nós, brilhando por meio de nós (Colossenses 1.27).

¹ STOTT, John. **Contracultura cristã**, p.29.

² Ibidem, p. 31.

³ SPURGEON. **Sermão número 3318**: como ler as Escrituras.

⁴ KREEFT. **Jesus, o maior filósofo que já existiu**.

Por que política

A primeira coisa que precisamos é entender que política não é algo apenas para os políticos profissionais. A política é para todos. Simplesmente para toda a sociedade. É por meio dela que são ditados os rumos, o dia a dia da comunidade, bem como a vida natural dos cidadãos.

A palavra “política” vem dos gregos antigos. Os gregos eram organizados em cidades-estado, cada qual chamada *pólis*. Daí surgiram as derivações desse nome, como o termo *politikós*, que se referia aos cidadãos que pertenciam à *pólis*, e a palavra *politeia*, fazendo referência aos procedimentos administrativos da *pólis*. Surgia a lógica da política: administrar o comum da sociedade organizada.

Os grandes filósofos gregos foram também os primeiros grandes teóricos da política. Não foram os primeiros políticos, haja vista que nos tempos bíblicos, anteriores à existência deles, já havia sociedade organizada gerida por uma pessoa ou um grupo de pessoas. Mas foram os primeiros a teorizar e registrar por escrito suas teorias a respeito, com destaque para Platão e Aristóteles.

Com o passar dos anos e séculos, outros filósofos e políticos surgiram para teorizar a política, pessoas de todas as nações e regiões do mundo. Nos tempos bíblicos, destacam-se homens do Egito, de Israel, sobretudo na época de Davi e Salomão, do Império Babilônico, do Império Medo-Persa, do Império Grego e do Império Romano.

Mais recentemente, filósofos como Hobbes, Rousseau e Maquiavel teorizaram sobre a política como é hoje difundida e aceita, sobretudo em importância e tamanho do Estado, da sociedade civil, dos partidos políticos, dos poderes independentes, das liberdades e da democracia. Com o tempo, esses princípios políticos foram tomando lados.

O sistema político é a forma de governo que engloba as instituições para governar uma nação. A monarquia e a república são os sistemas políticos mais tradicionais. Dentro de cada um desses sistemas pode haver variações significativas no nível da organização. Por exemplo, o Brasil é uma república presidencialista, ao passo que a Alemanha é uma república parlamentarista. Já a Inglaterra é uma monarquia parlamentarista. As monarquias atuais são geralmente representativas. Quem detém o poder, em última instância, são os parlamentos nacionais, cujo partido mais representado indica o primeiro-ministro, quem, de fato, governa.

Como cidadãos de uma nação, querendo ou não, somos governados pelo sistema político vigente. Daí a necessidade de que todos se interessem pela política de seu próprio país. A vantagem é que, além de entender os acontecimentos e se inteirar mais deles, cada pessoa pode escolher melhor seus governantes, bem como saber os instrumentos de cobrança que, como cidadão, não só pode, mas deve exercer. A política precisa ser constantemente vigiada! O que é público é de todos e deve ser zelado por todos.

Atribui-se a Platão uma frase muito interessante: “Não há nada de errado com aqueles que não gostam de política; simplesmente serão governados por aqueles que gostam”. A política sempre nos governará como homens naturais, por isso precisamos participar dela, direta ou indiretamente. Um

dos filósofos que menos aprecio, Michael Foucault, acertou pelo menos quando disse que “tudo é política porque em tudo há poder”.

Meu bom amigo Davi Lago, em seu brilhante livro *Brasil polifônico*, ensina que “o Estado é a estrutura dotada legalmente do direito de usar a força para compelir seus cidadãos a fazer certas coisas e não fazer outras”.¹ Da mesma forma, o bispo anglicano Robinson Cavalcanti definiu que “o Estado não é um fim em si mesmo, mas uma organização social, emanada dos que a integram, formada pelos que a integram, voltada para os que a integram”.² Portanto, devemos, como cidadãos, conhecer e influenciar as decisões e a administração do Estado a que pertencemos. Até porque sempre haverá interessados na estrutura de poder, no qual não há vácuo. Sempre haverá alguém que o exerça.

Na realidade brasileira, a cada dois anos, somos chamados às urnas para escolher os nossos governantes. Elegemos em um ano prefeitos e vereadores e, dois anos depois, governadores, parlamentares estaduais e federais e o presidente da República, o mais importante cargo. O único poder que, no Brasil, não conta com a nossa participação por meio do voto é o Poder Judiciário. Nele, à exceção da mais alta corte, o Supremo Tribunal Federal, e outras poucas exceções, os candidatos entram por intermédio de concurso público, forma pela qual a maioria dos servidores públicos nos três poderes também tem entrada.

Entender cada papel nos ajuda a escolher melhor tanto quem vai nos representar nas casas legislativas quanto quem vai administrar o Poder Executivo nas três esferas. Comentarei mais adiante as características bíblicas que os nossos representantes devem ter. Neste capítulo, quero apenas que o leitor entenda os motivos que creio ser importantes para que os verdadeiros cristãos se interessem mais pela política.

O profeta Oseias ensina no capítulo 4, versículo 6, que o povo é destruído quando lhe falta conhecimento, ou quando rejeita o conhecimento. Salomão ensina em Eclesiastes 7.12 que a “vantagem do conhecimento é esta: a sabedoria preserva a vida de quem a possui”. Já em Provérbios 13.16, o rei sábio diz que “Todo homem prudente age com base no conhecimento”. E Provérbios 16.16 afirma que “É melhor obter sabedoria do que ouro!”.

Como mencionamos, vivemos no Brasil sob o regime de república presidencialista. Somos regidos pela lei maior, a Constituição Federal, cujo conteúdo somente pode ser alterado, com exceção das chamadas “cláusulas pétreas”, pelo Congresso Nacional, que é formado pela Câmara dos Deputados Federais e pelo Senado Federal. O Congresso forma o Poder Legislativo, chefiado pelo presidente do Senado, que também é o presidente do Congresso Nacional, dividindo essa função com o presidente da Câmara dos Deputados, ambos eleitos por seus pares conforme dita a Constituição e seus respectivos regimentos internos.

Já o Poder Executivo federal é comandado pelo presidente da República, que, ao ser eleito e empossado, designa auxiliares que administram o país sob seu comando: os chamados ministros. Cabe ao presidente, além de exercer a chefia de governo, ser o chefe de Estado. Portanto, o presidente da República do Brasil também é o comandante maior das Forças Armadas brasileiras.

Como chefe de governo, o presidente administra o orçamento da União, coordena as relações exteriores e também pode decretar leis provisórias, também chamadas medidas provisórias, até que haja a chancela do parlamento. Cabe também ao presidente o que considero uma de suas principais funções, que é, na vacância, indicar os novos ministros da

Suprema Corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal. Sem dúvida, as 11 pessoas mais poderosas da nação. A indicação passa obrigatoriamente pela chancela do Senado Federal.

Cabe ao parlamento brasileiro, o Congresso, criar ou rejeitar leis e fiscalizar o Poder Executivo. O Congresso o faz por meio de suas inúmeras comissões permanentes ou provisórias, como as famosas Comissões Parlamentares de Inquérito, que têm poder policial.

Baseado no âmbito federal, os entes federativos — estados e municípios —, também se organizam de forma parecida. Compete ao governador de cada estado a chefia do Poder Executivo; aos deputados estaduais, ser membros do Poder Legislativo e exercer proporcionalmente os mesmos poderes que os deputados federais exercem em âmbito nacional. Já nos municípios, o prefeito é o chefe do Executivo municipal, enquanto os vereadores, os conselheiros municipais, exercem o papel no Legislativo municipal.

Como muitas vezes falta conhecimento à maioria da população brasileira, o que acontece é que encontramos candidatos que prometem coisas que jamais poderão fazer nos cargos aos quais concorrem. Mesmo assim, enganam a população com falácias. É comum vermos candidatos a vereadores prometendo, por exemplo, colocar “policiais na rua”, caso sejam eleitos, e trazer segurança à cidade, quando na verdade, a responsabilidade da segurança pública é estadual e, em casos específicos, federal. Saber o que corresponde a cada esfera de responsabilidade nos ajuda a escolher melhor e não sermos enganados com falsas promessas.

O leitor já deve ter percebido a importância que tem a política em sua própria vida, uma vez que ela comanda a economia, a saúde e a educação públicas, bem como dá as diretrizes para a vida privada e social, ou seja, a

política decide para onde vai o dinheiro que sai do bolso do contribuinte. Ela coordena as ações de segurança pública, bem como cria as leis que regerão a vida de cada um de nós. Ela decide quais são os impostos e taxas a serem cobrados. Em suma, tudo depende da política.

A Igreja, como instituição, não precisa de política, mas de Jesus, e Jesus basta. No entanto, seus membros, como cidadãos, mesmo que transitórios neste mundo, precisam da política, pois vivem em cidades, estados e em um país administrado por políticos, eleitos a cada pleito eleitoral.

Em uma definição simplista, a política é o exercício do poder sobre a civilização. A busca do poder é algo inerente ao ser humano. A vontade e a necessidade de ter o controle sobre os aspectos da vida é algo que nos foi ofertado como livre-arbítrio.

O saudoso Myles Munroe ensinava sobre isso. Segundo Munroe, “a busca comum a todos os seres humanos é a busca de poder, o desejo de possuir a habilidade de controlar circunstâncias e o destino [...] a busca pelo poder é simplesmente a busca por dominar a vida”.³

Munroe define o poder como “a habilidade de controlar as circunstâncias pessoais e o ambiente”⁴. E também alerta sobre a busca de poder de forma negativa:

Essa falta de controle sobre as nossas vidas, situações e circunstâncias pessoais que nos faz sentir tão desamparados e nos leva a viver como vítimas da vida [...]. Essa preocupação e esse desejo por poder e domínio são também o combustível para obsessão do homem com o desenvolvimento em todas as disciplinas.

Segundo o autor, o “espírito humano é possuído por esse desejo de dominar, governar e controlar o mundo [...]. O homem está em busca do supremo poder de dominar.”⁵

O doutor Myles Munroe estava certo ao fazer tais afirmações filosóficas também no âmbito teológico. Deus, ao criar o homem, vaticinou:

Então disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão”. Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou e lhes disse: “Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra” (Gênesis 1.26-28).

Veja a expressão: “Domine ele sobre [...]” e “subjuguem a terra!”. A vontade de controlar e de dominar é inerente à natureza humana, dada por Deus ao homem. Portanto, Deus desejou que o homem desejasse ter domínio.

Em seguida, tem início o grande confronto do Universo: o homem contra seu adversário, Satanás. Teologicamente, Satanás não é adversário de Deus, como muitos foram levados a pensar ao longo dos anos. Contra Deus ele não pode fazer nada. Quando tentou fazer algo em seu levante rebelde, foi sumariamente derrotado. Caído, quis estabelecer seu domínio na terra, mas esta foi transferida ao domínio do homem. Portanto, por meio do pecado original — a rebeldia e a desobediência produzidas em Eva e Adão pelo engano de Satanás — Satanás passa a ter grande influência no mundo. Por isso, há tanta maldade. O Maligno se tornou o “príncipe deste mundo” (João 12.31)

No entanto, o projeto de Deus nunca foi esse. Para restabelecer seu projeto original para o mundo e a humanidade, Deus envia seu Filho unigênito. Com a obra de Jesus, o plano de Deus é restabelecido: salvação para os homens e também domínio. Com a manifestação de Jesus, a obra de

Satanás é destruída e vencida (1João 3.8), e Satanás é condenado ao inferno (Mateus 25.41).

Entretanto, sua pena eterna ainda não começou; ele continua livre, sendo o grande influenciador do mundo. Satanás deseja o poder, por isso usa a política como instrumento, gerando corrupção e demais desgraças sociais, cegando o entendimento das pessoas, sobretudo da Igreja, seu arqui-inimigo. O livro de Apocalipse, no capítulo 12, é claro sobre essa guerra constante.

Os discípulos de Jesus precisam entender essa batalha sobre domínio e a importância de ser sal na terra e luz do mundo, para que não sejam lançados fora e pisados pelos homens. Para que a nossa luz brilhe nas trevas por meio das nossas boas obras e assim o Pai seja glorificado.

Paulo também falou sobre isso em sua carta aos Romanos:

A natureza criada aguarda, com grande expectativa, que os filhos de Deus sejam revelados. Pois ela foi submetida à inutilidade, não pela sua própria escolha, mas por causa da vontade daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria natureza criada será libertada da escravidão da decadência em que se encontra, recebendo a gloriosa liberdade dos filhos de Deus. Sabemos que toda a natureza criada geme até agora, como em dores de parto (Romanos 8.19-22).

Toda a criação aguarda a manifestação dos “filhos de Deus”! Quem são? Segundo João, todos aqueles que receberam Jesus como Senhor e Salvador (João 1.12). Portanto, a Igreja, o conjunto de discípulos de Jesus, é formada pelos filhos de Deus que a criação aguarda que se manifestem na libertação da escravidão e da decadência.

O pastor batista Martin Luther King Jr., uma das lideranças cristãs que mais entendeu a posição profética de um púlpito na sociedade, costumava dizer em seus discursos: “Devemos seguir em frente com uma insatisfação

divina”. Só por meio de uma insatisfação divina, direta de Deus, no nosso coração, poderemos de fato exercer o poder para o bem. Pense nisso.

¹ LAGO. **Brasil polifônico**, p. 48.

² CAVALCANTI, R. **Cristianismo político**, p. 48.

³ MUNROE. **Redescobrimdo o Reino**, p. 24.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem, p. 25.

Dupla cidadania

Há vários conceitos e definições do que vem a ser cidadania. Analisando algumas delas, chego à conclusão de que pode ser definida como a condição do cidadão que, ao participar de uma sociedade civilizada, deve viver de acordo com o conjunto de normas dessa sociedade, participando social e politicamente da construção da civilidade que a caracteriza. Isso é feito por meio de uma série de deveres e também de direitos que lhe compete.

Etimologicamente, a palavra “cidadania” vem do latim *civitas*, que significa literalmente “cidade” e que estava diretamente relacionada com as pessoas dos centros urbanos. O conceito de cidadania foi sendo modificado ao longo do tempo.

Desde a época da Grécia antiga até os dias atuais, vários acontecimentos históricos geraram mudanças nesse conceito, que foi se adaptando a cada época. Atualmente, podemos considerar que a cidadania vai além de exercer o direito de escolher governantes ou representantes em uma democracia; também se trata da condição de acesso aos direitos sociais garantidos no conjunto de normas, permitindo a participação consciente e ativa do cidadão, e, de forma organizada, na construção coletiva do Estado onde ele está inserido.

O famoso sociólogo britânico T. H. Marshall, em seu ensaio “Citizenship and Social Class” [Cidadania e classe social], defendeu que a

cidadania só é plena quando dotada de três tipos de direitos: civis, sociais e políticos. Podemos, então, concluir que só é cidadão de fato aquele que exerce plenamente os direitos que lhe dizem respeito na sociedade em que vive.

O cristão tem dupla cidadania: uma cidadania eterna e outra temporal. Uma cidadania celestial e outra terrena. Ambas devem ser exercidas em sua totalidade de direitos e deveres.

Ao falar sobre o plano original de Deus para o homem, Myles Munroe registra:

A estratégia simples de Deus para estabelecer seu reino na terra era governar o mundo visível do homem a partir do mundo invisível do espírito. O plano era que o homem fosse a representação visível de Deus; o homem foi criado especificamente para viver no reino visível e representá-lo.¹

Isso só é possível quando temos e exercemos nossa dupla cidadania.

Paulo ensinou em Filipenses que a “nossa cidadania, porém, está nos céus, de onde esperamos ansiosamente o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (3.20). Mas o mesmo apóstolo, ao ser castigado de forma injusta, fora da legislação romana, invocou sua cidadania terrena:

O comandante ordenou que Paulo fosse levado à fortaleza e fosse açoitado e interrogado, para saber por que o povo gritava daquela forma contra ele. Enquanto o amarravam a fim de açoitá-lo, Paulo disse ao centurião que ali estava: “Vocês têm o direito de açoitar um cidadão romano sem que ele tenha sido condenado?” Ao ouvir isso, o centurião foi prevenir o comandante: “Que vais fazer? Este homem é cidadão romano”. O comandante dirigiu-se a Paulo e perguntou: “Diga-me, você é cidadão romano?” Ele respondeu: “Sim, sou”. Então o comandante disse: “Eu precisei pagar um elevado preço por minha cidadania”. Respondeu Paulo: “Eu a tenho por direito de nascimento”. Os que iam interrogá-lo retiraram-se imediatamente. O próprio comandante ficou alarmado, ao saber que havia prendido um cidadão romano (Atos 22.24-29).

Paulo estava sendo incoerente? Em hipótese alguma. Simplesmente o apóstolo tinha entendimento da dupla cidadania do cristão. Enquanto servo de Jesus, Paulo era cidadão do Reino de Deus eternamente e, enquanto estivesse neste mundo, cidadão romano por direito de nascimento.

O Império Romano foi a maior civilização da história ocidental. Durou cinco séculos e dominou mais de 70% da população mundial em seu apogeu, em territórios da Europa, Ásia e África. Até 117 d.C., seu domínio se estendia por, pelo menos, 6 milhões de km².

Nesse vasto império, destacavam-se os que tinham a cidadania romana. Esta não necessariamente se referia a quem havia nascido em Roma. Os filhos herdavam o título dos pais, mas também uma carreira militar exitosa poderia dar a alguém a honrosa cidadania romana; outros também poderiam adquiri-la com muito dinheiro.

O cidadão romano estava sujeito a uma lei romana, independentemente de onde havia nascido ou estivesse vivendo, mas não às leis das províncias. O cidadão romano tinha o direito de ser ouvido pelo tribunal romano representativo na região. E, no caso de ser sentenciado à morte ou a um grande castigo, poderia apelar para o imperador, e assim deveria ser enviado a Roma para ser ouvido pela corte de César. O senador romano Cícero, ao discursar sobre os direitos dos romanos, disse: “Amarrar um cidadão romano é um crime; açoitá-lo é uma perversidade; matá-lo é quase um parricídio”.²

Paulo sabia disso, até porque era uma pessoa muito culta, um verdadeiro intelectual, que soube usar os direitos de cidadão terreno que lhe cabiam. Mas também tinha compreensão dos direitos de um cidadão celestial.

O que não se pode fazer é inverter a importância de tais cidadanias na vida de um cristão. O discípulo de Jesus é acima de tudo um cidadão dos céus. Portanto, na terra somos peregrinos e estrangeiros, nas palavras de

Pedro. Ainda assim, não podemos negligenciar a nossa cidadania passageira e terrena.

Uma simples comparação, para melhor compreensão, são as pessoas que hoje possuem dupla cidadania. Os brasileiros que vivem nos EUA de forma legal, por exemplo, podem ter e exercer cidadania americana plena, sem abrir mão da cidadania brasileira, sua pátria de origem. São pessoas de dupla cidadania, como o cristão.

A. W. Tozer explicou da seguinte forma: “O cristão é cidadão do céu e admite que a sua lealdade prioritária seja a essa cidadania, mas pode amar a sua pátria terrena com a intensidade de dedicação que levou John Knox a orar: ‘Ó Deus, dá-me a Escócia, ou morro’ ”.³ Aliás, o próprio Knox foi um cidadão extremamente participativo e de grande influência na sociedade escocesa e inglesa no século XIV.

A cidadania celestial, no entanto, vem sempre em primeiro lugar. Não é à toa que Pedro respondeu ao Sinédrio, quando este queria proibir os apóstolos de pregar sobre Jesus, missão essa primordial dos cidadãos celestiais: “É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens!” (Atos 5.29).

Entretanto, quando aqui estamos não somos apenas cidadãos de outro reino, somos embaixadores do Reino de Deus. Representamos o nosso Rei. Temos que representá-lo segundo seus princípios e valores, segundo sua vontade, diante da sociedade na qual estamos inseridos.

Sproul, ao explicar o texto de Atos 1.8, afirma:

O contexto imediato deste versículo é uma discussão sobre o Reino. Jesus ia para o céu, mas disse: “Em minha ausência (física), vocês darão testemunho da verdade transcendental e sobrenatural da minha ascensão”. Esta é a razão por que a nossa primeira lealdade como cristão tem de ser ao nosso Rei celestial. Somos chamados a respeitar, honrar, orar e estar em submissão às nossas autoridades terrenas, mas, no momento em

que exaltamos as nossas autoridades terrenas acima da autoridade de Cristo, pecamos e cometemos traição contra o Rei dos reis. Sua autoridade é superior à autoridade do presidente dos Estados Unidos, ou do Brasil, ou do rei da Espanha, ou de qualquer governo em qualquer outro lugar.⁴

A respeito do tema, Stott afirmou:

O Reino de Deus não é uma sociedade cristianizada. É o domínio divino na vida daqueles que reconhecem a Cristo. Ele precisa ser recebido, adentrado ou herdado pela fé humilde e pertinente nele. A nova sociedade de Deus é chamada para exibir os ideais de seu governo no mundo e, assim, apresentar ao mundo uma realidade social alternativa.⁵

Como embaixadores do Reino sempiterno, devemos exibir os ideais do governo de Jesus na sociedade em que vivemos. O filósofo e teólogo canadense D. A. Carson explica assim o texto de Paulo sobre cidadania celestial, na carta aos Filipenses: “A palavra ‘cidadania’ é inevitavelmente política. Os cristãos do século I poderiam ser cidadãos do Império Romano, mas têm um compromisso mais fundamental: sua cidadania está no céu”.⁶

Creio que Paulo entendeu bem os princípios que Jesus ensinou sobre dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Lembro-me de que a discussão girava em torno do pagamento de impostos, o que muitos dos seguidores de Jesus consideravam injusto, já que viam nos romanos uma força invasora, e de fato o era. Os enviados dos religiosos estavam tramando uma armadilha para Jesus, mas evidentemente não tiveram sucesso.

Jesus ensinou que, como cidadãos deste mundo, temos obrigações terrenas. Mas, como cidadãos espirituais, temos obrigações espirituais. Antes, já havia deixado claro que a cidadania celestial estava acima da terrenal, ao dizer que primeiro devemos buscar o Reino de Deus e sua justiça (Mateus 6.33).

O que precisamos entender é que o fato de sermos cidadãos do céu em primeiro lugar não nos dá o direito de negligenciar ou mesmo anular a nossa cidadania terrena. Pelo contrário, a cidadania celestial precisa ser demonstrada na cidadania terrena.

C. S. Lewis ensina:

Todas as nossas atividades naturais serão aceitas se forem oferecidas a Deus, mesmo a mais humilde delas; e todas elas, mesmo as mais nobres, serão pecaminosas se não forem dedicadas a Deus. Não é que o cristianismo simplesmente substitui a nossa vida natural por uma nova vida; é antes uma nova organização que cultiva esses materiais naturais para seus próprios fins sobrenaturais.⁷

Não que o famoso escritor não acreditasse em uma nova vida em Jesus. Pelo contrário, seus escritos deixam claro que ele não só acreditava, como ensinava a esse respeito. Lewis apenas quis nos mostrar o sentido dessa dupla nacionalidade. É o céu tocando a terra por meio de seus embaixadores.

Paulo também em Filipenses diz:

Não importa o que aconteça, exerçam a sua cidadania de maneira digna do evangelho de Cristo, para que assim, quer eu vá e os veja, quer apenas ouça a seu respeito em minha ausência, fique eu sabendo que vocês permanecem firmes num só espírito, lutando unânimes pela fé evangélica, sem de forma alguma deixar-se intimidar por aqueles que se opõem a vocês. Para eles isso é sinal de destruição, mas para vocês, de salvação, e isso da parte de Deus (1.27,28).

Paulo exortava os membros da igreja de Filipos a que exercessem a cidadania de maneira digna do evangelho de Cristo. E falava a um povo que temia a perseguição que já acontecia aos cristãos naquele tempo. Paulo exortava ainda a que não deixassem ser intimidados pelos que se opõem. Ele se referia à cidadania terrena.

O Senhor Jesus, ao orar por seus discípulos em João 17.15,16, proclama com clareza a dupla cidadania do cristão, ao dizer: “Não rogo que os tires do mundo, mas que os protejas do Maligno. Eles não são do mundo, como eu também não sou”. Também no versículo 18 ele afirma: “Assim como me enviaste ao mundo, eu os enviei ao mundo”.

Sobre isso, Stott também escreveu:

De um lado, a Igreja é um povo santo, chamado para fora do mundo a fim de pertencer a Deus. De outro, é um povo mundano no sentido de renunciar sua cidadania do outro mundo e de ser enviado de volta ao mundo atual para testemunhar e servir.⁸

Em suma, somos cidadãos do céu e, como tais, devemos ser atuantes neste mundo, usando também a nossa cidadania terrena. Na história do cristianismo, há uma infinidade de exemplos da influência de homens e mulheres que aprenderam esse princípio e assim viveram.

O que acontece quando há um choque entre as cidadanias? Talvez a melhor explicação esteja no exemplo já mencionado que envolveu Pedro, alguns apóstolos e o Sinédrio. Após serem presos por ordem do Sinédrio por estarem pregando o evangelho, os apóstolos foram soltos de forma milagrosa e voltaram a pregar. Ao serem presos novamente, a Bíblia nos ensina sobre esse “choque”:

Tendo levado os apóstolos, apresentaram-nos ao Sinédrio para serem interrogados pelo sumo sacerdote, que lhes disse: “Demos ordens expressas a vocês para que não ensinassem neste nome. Todavia, vocês encheram Jerusalém com sua doutrina e nos querem tornar culpados do sangue desse homem”. Pedro e os outros apóstolos responderam: “É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens! O Deus dos nossos antepassados ressuscitou Jesus, a quem os senhores mataram, suspendendo-o num madeiro. Deus o exaltou, elevando-o à sua direita como Príncipe e Salvador, para dar a Israel arrependimento e perdão de pecados. Nós somos testemunhas destas coisas, bem como o Espírito Santo, que Deus concedeu aos que lhe obedecem” (Atos 5.27-32).

Quando há atritos, o cristão deve priorizar a cidadania mais importante, a cidadania permanente, não a temporal. Voltaremos a falar sobre o tema no capítulo sobre ética cristã.

Sobre o tema que tratamos aqui e com base na mesma passagem, Robinson Cavalcanti diz:

Estava lançado um princípio: o cristão pode, e deve, desobedecer à autoridade política se ela o proibir de realizar o ministério: pregar, ensinar, curar e expulsar demônios. Em outras palavras, a nossa ação cristã é fundamentada na Bíblia.⁹

¹ MUNROE, **Redescobrimdo o Reino**, p. 49.

² Cf. Verrinas, no processo contra Gaio Licínio Verre.

³ TOZER. **Homem: a habitação de Deus**.

⁴ SPROUL. **Qual é a relação entre Igreja e o Estado?**, p. 20.

⁵ STOTT. **O cristão em uma sociedade não cristã**, p. 28.

⁶ CARSON. **Cristo e cultura, uma releitura**, p. 147-148.

⁷ LEWIS. **O peso de glória**, p. 58.

⁸ STOTT. **O cristão em uma sociedade não cristã**, p. 61.

⁹ CAVALCANTI, R. **Cristianismo e política**, p. 73.

A política na Bíblia

A Bíblia é a Palavra de Deus. Essa confissão é basilar na fé cristã. Todo cristão genuíno acredita na inerrância da Bíblia como livro sagrado.

A Bíblia, porém, não é apenas o livro ou o objeto palpável mais sagrado para os cristãos. É também o livro mais importante e mais vendido da História. O livro mais filosoficamente influente, bem como o mais citado e observado por todos.

Sem medo de errar, podemos afirmar que há muitos casos em que vemos a política em ação na Bíblia. Até porque a política é o registro histórico de governos e de mobilizações sociais, temas esses que perpassam toda a Bíblia.

Estamos falando de governos, reis, rebeliões, fundação de Estados, formação de exércitos, medidas sanitárias, códigos de postura, códigos de ética e legislações diversas. Controle, domínio, poder, conspirações, traições, exílios. Profetas que falavam abertamente o que estava errado. Apóstolos que orientavam como viver com civilidade, entre tantos outros.

O arcebispo anglicano, Nobel da Paz e um dos grandes líderes contra o *apartheid* sul-africano ao lado de Nelson Mandela, Desmond Tutu costuma dizer em tom irônico: “Pergunto-me que Bíblia as pessoas leem quando sugerem que religião e política não se misturam”. Realmente acredito que faz parte da estratégia do Maligno cegar o entendimento do cristão quando ele desassocia a Bíblia da política (2Coríntios 4.4).

Apresentarei alguns dos muitos atos políticos encontrados na Bíblia, começando pelo Antigo Testamento.

Quando Deus criou o homem, deixou claro seu projeto original sobre a criação: domínio. Domínio tem a ver com poder e com senso administrativo. Em Gênesis 2.15, o autor relata que “O SENHOR Deus colocou o homem no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo”. Adão e posteriormente Eva, sua esposa, tinham a obrigação de cuidar do jardim onde Deus os havia estabelecido. No original, o termo “cuidar” é a tradução do hebraico *ʾabad*, que significa trabalho. E o termo “cultivá-lo” é tradução do original hebraico antigo *shamar*, que significa “guardar, vigiar, prestar atenção”. Portanto, o homem foi criado também um ser político. R. C. Sproul diz: “Adão e Eva deveriam agir como governantes em lugar de Deus, como seus ‘vice-regentes’ sobre a criação”.¹

Mais à frente, encontramos os registros dos patriarcas, começando por Abraão e sua descendência, escolhidos por Deus para serem os condutores da fé em Deus, por meio dos quais seria gerado um povo escolhido para ele. As relações dos patriarcas com os povos vizinhos, a diplomacia por eles usada e sobretudo o respeito e o temor que os povos da terra lhes demonstravam indicam uma conexão política que é fruto das riquezas e do poderio militar dos hebreus.

Depois dos três patriarcas, encontramos uma das figuras principais na Bíblia quando o assunto é política: José, filho de Jacó. Uma das narrativas mais dramáticas e belas dessa literatura é o evento em que José é vendido como escravo por seus irmãos, movidos pela inveja do chamado que Deus tinha feito a José.

Já no Egito, José foi injustiçado por cerca de treze anos. Sempre contou com a graça de Deus que o levou a galgar posições de destaque em solos tão

áridos. Após esse longo período de injustiças, José teve um encontro que mudou sua vida.

Um perturbado faraó queria saber o significado de dois sonhos que havia tido. Deus então concede a José a capacidade de interpretar sonhos, e ele interpreta os sonhos do faraó, além de dar a este um sábio conselho. O faraó não só aceitou o conselho, como também tornou José governador de todo o seu reino.

Disse, pois, o faraó a José: "Uma vez que Deus lhe revelou todas essas coisas, não há ninguém tão criterioso e sábio como você. Você terá o comando de meu palácio, e todo o meu povo se sujeitará às suas ordens. Somente em relação ao trono serei maior que você". E o faraó prosseguiu: "Entrego a você agora o comando de toda a terra do Egito". Em seguida, o faraó tirou do dedo o seu anel-selo e o colocou no dedo de José. Mandou-o vestir linho fino e colocou uma corrente de ouro em seu pescoço. Também o fez subir em sua segunda carruagem real, e à frente os arautos iam gritando: "Abram caminho!" Assim José foi posto no comando de toda a terra do Egito. Disse ainda o faraó a José: "Eu sou o faraó, mas sem a sua palavra ninguém poderá levantar a mão nem o pé em todo o Egito". (Gênesis 41.39-44)

Tratarei mais da vida de José nos próximos capítulos, pois ele é uma das figuras mais emblemáticas quando queremos abordar a política na Bíblia. José deve ser um dos grandes exemplos para o homem que quer exercer uma atividade pública. Em primeiro lugar, precisamos saber que José foi usado por Deus como político para abençoar seu povo, o povo hebreu, livrando-o das consequências da crise econômica e da fome, bem como a todo o povo egípcio e os países ao redor.

Após a morte de José, na Bíblia há intervalo, até chegar uma época na qual a descendência dos hebreus se multiplicou de tal forma no Egito que os governantes resolveram persegui-la e escravizá-la.

Deus levanta um homem de coração devoto para ser um instrumento político na libertação do povo hebreu do jugo egípcio: Moisés.

Criado na corte do faraó como parente, Moisés viveu até os 40 anos de idade como um verdadeiro príncipe, o que lhe permitiu desenvolver relacionamentos e aprender o que havia de melhor na época em educação e formação profissional.

Depois de matar um egípcio que maltratava um hebreu, teve que fugir e ficou mais quarenta anos vivendo com o sogro na região de Midiã. Passados todos esses anos, Deus o convocou para a missão de sua vida, e Moisés se dirigiu ao Egito.

Já em terras egípcias, confrontou profeticamente o faraó, o homem mais poderoso da época. Suas conexões anteriores permitiram que Moisés frequentasse os palácios do governo, bem como a corte, sem ser preso ou morto, apesar de ser um anúncio ambulante de tragédias.

Após as famosas dez pragas, o faraó foi forçado a libertar o povo hebreu, que viveu mais quarenta anos peregrinando pelo deserto rumo à terra prometida. Durante essas quatro décadas, Moisés foi o principal administrador, o principal legislador e o principal juiz do povo; em outras palavras, um verdadeiro líder. Abordaremos mais detalhadamente seu caráter de liderança.

Depois dele, outro político foi levantado. O general Josué assumiu o comando e conduziu o povo hebreu pelas incursões militares de conquistas, que foram feitas na chamada *terra prometida*. Coube a ele também fazer a divisão territorial das 12 tribos. Podemos imaginar as inúmeras reuniões políticas e administrativas que foram necessárias para essa organização.

Logo em seguida, veio o tempo dos juízes. Um período que durou aproximadamente 360 anos, no qual vários homens e uma mulher foram levantados para “julgar” todo o Israel, ou regiões específicas. Destacam-se no período dos juízes Baraque, Gideão, Sansão e a profetisa Débora, “uma

mãe em Israel” (Juízes 5.7). Apesar de serem chamados de juízes, suas ações tinham um sentido mais amplo, pois tais homens governavam as terras, davam a última palavra nas questões judiciais e comandavam os exércitos.

O último juiz foi Samuel, uma das figuras mais importantes da história do povo hebreu. Conforme as tradições judaicas, Samuel está ao lado de Moisés e Abraão. Profeta, sacerdote, juiz, governante; uma figura pública exemplar! Coube a ele também ungir dois reis e destituir um deles.

Depois de Samuel, começa o tempo dos reis na Bíblia. Saul foi o primeiro, mas o mais importante, sem dúvida, foi seu sucessor, Davi. Considero Davi um gênio político, cujo perfil político veremos adiante. Antes, porém, quero lembrar que o homem segundo o coração de Deus (cf. 1Samuel 13.14) não foi um dos patriarcas, ou um dos apóstolos, ou mesmo um dos profetas, apesar de haver passagens na Bíblia, após sua morte, que o tratam de profeta. O homem segundo o coração de Deus, o único a receber esse título, era chefe político.

Depois de Davi, outro sábio político assume o trono. Erudito, filósofo respeitado e reconhecido por sua sabedoria entre todas as nações da época: Salomão. Nem sempre acertou; errou como resultado de sua cobiça desenfreada por mulheres e por causa da política que envolvia os casamentos que contraía. Seus escritos, no entanto, são fontes de ensino em todas as áreas, incluindo a política.

Depois de Salomão, Israel foi dividido entre duas nações: Israel, cuja capital foi Samaria, e Judá, cuja capital foi Jerusalém. Sobre Israel, o Reino do Norte, reinaram 19 reis sobre sete dinastias diferentes. Houve reis com considerável importância histórica, como Jeroboão, o primeiro depois da cisão, Acabe e Jeú. Mas não foram exemplares quando consideramos a política cristã.

Já no reino de Judá, o Reino do Sul, houve 20 reis após a cisão, todos da dinastia inaugurada por Davi. Houve reis ruins, como Manassés e seu filho Amom, e uma rainha maligna, usurpadora, chamada Atalia. Mas também bons reis, como Asa, Joás, Ezequias e Josias.

Depois, tanto Israel quanto Judá foram conquistados pelo grande Império Babilônico. Os babilônios tinham o costume de levar para a capital, Babilônia, os mais preparados entre os conquistados para servirem na corte do rei. Entre os judeus que foram obrigados a servir ao rei na capital, havia quatro amigos que exerceram posições políticas e administrativas no império: Daniel (Beltessazar), Hananias (Sadraque), Misael (Mesaque) e Azarias (Abede-Nego)

Mesmo dando maior importância a Daniel, não podemos desconsiderar que os amigos também exerceram cargos políticos de suma importância:

O rei conversou com eles, e não encontrou ninguém comparável a Daniel, Hananias, Misael e Azarias; de modo que eles passaram a servir o rei (Daniel 1.19).

Assim o rei pôs Daniel num alto cargo e o cobriu de presentes. Ele o designou governante de toda a província da Babilônia e o encarregou de todos os sábios da província. Além disso, a pedido de Daniel, o rei nomeou Sadraque, Mesaque e Abede-Nego administradores da província da Babilônia, enquanto o próprio Daniel permanecia na corte do rei (Daniel 2.48,49).

Então o rei promoveu Sadraque, Mesaque e Abede-Nego na província da Babilônia (Daniel 3.30).

Já Daniel foi uma figura política importante não só no Império Babilônico, mas também no Império Persa, que, depois de conquistar a Babilônia, resolveu aproveitar a sabedoria e o preparo de Daniel:

Dario achou por bem nomear cento e vinte sátrapas para governar todo o reino, e designou três supervisores sobre eles, um dos quais era Daniel. Os sátrapas tinham que prestar contas a eles para que o rei não sofresse nenhuma perda. Ora, Daniel se

destacou tanto entre os supervisores e os sátrapas por suas grandes qualidades, que o rei planejava tê-lo à frente do governo de todo o império (Daniel 6.1-3)

O povo hebreu ficou sob o jugo estrangeiro primeiro dos babilônicos, depois dos medos-persas, por cerca de setenta anos, até que finalmente pôde voltar à terra prometida e reconstruí-la. Nesse tempo, surgiram figuras políticas consagradas ao Deus dos hebreus, como a rainha Ester e seu pai adotivo Mardoqueu, como também Neemias. Três figuras sensacionais.

Não podemos desconsiderar que, durante a história do povo hebreu, tanto como povo quanto como nação, os profetas tiveram uma importância política relevante. Eram prioritariamente líderes espirituais, embora tivessem um papel fundamental a respeito dos governos em posição de poder. Natã, Elias, Eliseu, Jeremias, Ezequiel, Amós, Miqueias, Isaías e tantos outros que apontaram mazelas e falaram com veemência política e profética.

Sobre a ação dos profetas, Robinson Cavalcanti diz que eles tinham um “papel inibidor” nas monarquias e que a mensagem dos profetas “procurava corrigir os desvios, adequando o comportamento público e privado de governantes e governados aos estatutos divinos [...]. No campo das relações internacionais e das estruturas socioeconômicas e culturais internas, essa mensagem tinha uma dimensão acentuadamente política”.²

Nos quatrocentos anos durante os quais não há nenhum registro bíblico, a sociedade hebraica conseguiu reconstruir seu Estado por um tempo, primeiro como súditos dos gregos, por meio do Império Selêucida, depois sob o governo rebelde dos macabeus. Entretanto, por volta de 63 a.C., o general romano Pompeu conquistou toda aquela região para o Império Romano. O Novo Testamento inteiro refere-se ao período de domínio dos romanos sobre os hebreus.

Os apóstolos tiveram claras posições políticas. Destaco Pedro, Paulo, João e Tiago, os escritores das cartas que compõem o Novo Testamento, fora os livros históricos. Mas há outros que exerceram algumas posições na Bíblia, como Nicodemos e José de Arimateia, membros do Sinédrio, o centro político, religioso e social da província da Judeia. José de Arimateia teve uma importância especial em ceder seu túmulo para o corpo de Jesus antes de que este ressuscitasse. Se não fosse político, não teria tido influência para conversar com Pilatos, então procurador romano.

Por fim, a figura política mais importante da Bíblia não poderia ser diferente da figura bíblica mais importante em seu conjunto: Jesus. Seu governo, obviamente, não era deste mundo. Entretanto, ninguém influenciou mais política e socialmente a história da humanidade que Jesus. Seus pensamentos, falas, atitudes e exemplo são, sem dúvida, o maior esteio da boa política. Reservos dois capítulos exclusivos para falar a esse respeito.

Ao tratar da ética de Jesus, o filósofo Peter Kreeft disse:

A obra ética de Jesus mais transformadora do mundo não está nas palavras dele, que são muitas, mas nele mesmo, que é um. Ele não é chamado "as palavras de Deus", mas a "Palavra de Deus". Ele é o maior mestre da moral do mundo, porém é mais do que isso. Ele é o exemplo de moral mais perfeito do mundo, porém é mais do que isso. Ele é o maior profeta do mundo, porém é mais do que isso. Ele é mais que alguém que ensinou bondade, viveu bondade, exigiu bondade. Ele é a bondade [...]. Ele não é apenas aquele que personifica perfeitamente o sentido da vida [...] é o sentido da vida. Ele não é o exemplo de alguma coisa. Exemplos apontam para além de si mesmos, mas ele não aponta apenas o bom caminho, ele é o bom caminho. Ele não fala apenas a verdade a respeito da bondade, ele é a verdade a respeito da bondade. Ele não vive apenas a vida boa, ele é a vida boa.³

Jesus sempre será tudo em tudo. Se quisermos ser seus discípulos, precisamos permitir que ele nos use onde quiser. Devemos ser a expressão de Jesus em todos os lugares, até mesmo na política, servindo ao público, e

assim fazer como ele fez e faria. Além disso, Jesus foi o maior político que passou por este mundo e também o maior político do céu.

Podemos resumir a importância da Bíblia na atividade e ética políticas nas palavras do escritor e teólogo H. Henry Meeter: “O que a Bíblia nos oferece é uma série de princípios eternos sobre os quais deve fundamentar-se todo sistema político. Estes princípios, como os demais, não envelhecem: são imutáveis, eternos e vigência para todos os tempos e sob todas as circunstâncias”.⁴

¹ SPROUL, **Qual é a relação entre Igreja e o Estado?**, p. 11.

² CAVALCANTI, R. **Cristianismo político**, p. 36.

³ KREEFT. **Jesus, o maior filósofo que já existiu**, p. 103.

⁴ MEETER. **La Iglesia y el Estado**, p. 31-32.

Políticos do Antigo Testamento

Como toda lista de personagens de uma vasta história como é a da Bíblia, há aqueles que se destacam de forma especial. Entre as inúmeras personagens bíblicas que exerceram de alguma forma poder político, algumas se destacam. Vejamos aqui como podemos aprender com o exemplo que deram e assim conhecer mais do caráter que desenvolveram.

Nossa lista é formada por José, Moisés, Josué, Davi, Salomão, Daniel, Mardoqueu, Ester e Neemias. Identifico pontos comuns nessas personagens com o objetivo de formar um perfil de características que devemos buscar em um político em conformidade com a Palavra de Deus.

Da minha lista, apenas Moisés e Davi são citados pelo autor de Hebreus na Galeria da Fé (Hebreus 11), mas acredito que os demais também se enquadrariam, caso o autor tivesse se proposto a fazer uma lista extensa. Podemos até mesmo chegar à conclusão de que o autor cita indiretamente Daniel, ao mencionar que esses heróis “fecharam a boca de leões” (v. 33).

Ao mencionar os feitos dos heróis bíblicos, o autor começa dizendo: “pela fé conquistaram reinos, praticaram a justiça [...]” (v. 33). Conquistar reinos e praticar a justiça é um ato sobretudo político. “[...] tornaram-se poderosos na batalha e puseram em fuga exércitos estrangeiros” (v. 34) faz referência a não somente um ato de fé, como também a um ato político.

Como os nomes citados pelo autor, as nossas personagens agiram politicamente com fé. Assim, o autor se refere a eles:

O mundo não era digno deles [...]. Todos esses receberam bom testemunho por meio da fé; no entanto, nenhum deles recebeu o que havia sido prometido (Hebreus 11.38,39).

Fazem parte do que o autor chamou de “nuvem de testemunhas” que nos rodeia (Hebreus 12.1); são testemunhas bíblicas que obtiveram a vitória por meio da fé, cuja vida se tornou exemplo a ser seguido.

Warren Wiersbe, em sua famosa obra *Comentários bíblicos expositivos*, explica:

O termo grego traduzido por “testemunhas” não se refere a “espectadores”, mas dá origem à palavra “mártir”.¹ Essas pessoas não testemunham o que fazemos. Antes, testemunham para nós que Deus é capaz de nos sustentar até o fim. Deus deu testemunho delas, e agora elas testemunham para nós.²

Calvino diz que o autor de Hebreus neste versículo tem a finalidade de:

[...] apresentar esse catálogo de santos, cuja fé se destacou sob o regime da lei, consiste em que todos deveriam sentir-se preparados a imitá-los [...]. Estamos cercados por esse séquito, ou multidão, de modo que, para onde volvamos nossos olhos, imediatamente nos vemos diante de uma infinidade de exemplos de fé.³

Dito isso e sabendo que as nossas personagens eram políticas, devemos imitá-las como agentes participativos da sociedade. Da mesma forma, ao escolher representantes nos parlamentos e governantes do Executivo, é aconselhável levar em consideração se tais candidatos possuem as características dos nossos heróis da fé.

Cerca de quatrocentos anos antes de Saul ser ungido rei, Deus deixa instrução ao povo de como os governantes deveriam ser escolhidos. Trata-se de uma lista com bastante aplicabilidade nos dias atuais:

“Se, quando entrarem na terra que o SENHOR, o seu Deus, dá a vocês, tiverem tomado posse dela, e nela tiverem se estabelecido, vocês disserem: ‘Queremos um rei que nos governe, como têm todas as nações vizinhas’, tenham o cuidado de nomear o rei que o SENHOR, o seu Deus, escolher. Ele deve vir *dentre os seus próprios irmãos israelitas*. Não coloquem um estrangeiro como rei, alguém que não seja israelita. Esse rei, porém, não deverá adquirir muitos cavalos, nem fazer o povo voltar ao Egito para conseguir mais cavalos, pois o SENHOR disse a vocês: ‘Jamais voltem por este caminho’. Ele não deverá tomar para si muitas mulheres; se o fizer, desviará o seu coração. Também não deverá acumular muita prata e muito ouro.

Quando subir ao trono do seu reino, mandará fazer num rolo, para o seu uso pessoal, uma cópia da lei que está aos cuidados dos sacerdotes levitas. Trará sempre essa cópia consigo e terá que lê-la todos os dias da sua vida, para que aprenda a temer o SENHOR, o seu Deus, e a cumprir fielmente todas as palavras desta lei, e todos estes decretos. Isso fará que ele não se considere superior aos seus irmãos israelitas e que não se desvie da lei, nem para a direita, nem para a esquerda. Assim prolongará o seu reinado sobre Israel, bem como o dos seus descendentes” (Deuteronômio 17.14-20).

Deus ensina que, ao escolher os governantes, deve-se escolher “dentre os seus próprios irmãos”, ou seja, pessoas que possuam os mesmos valores que o Senhor determinara que os israelitas deveriam ter. Uma pessoa que viva e tenha os valores e princípios segundo a Palavra de Deus, e que tenha para si escritas “uma cópia da lei” do Senhor que está “aos cuidados dos sacerdotes levitas”. Trata-se de uma referência clara às Sagradas Escrituras, que o governante deverá sempre trazer consigo.

Precisamos de políticos que tenham a Bíblia como código moral, ético e ideológico. Nesse sentido, temerão ao Senhor Deus. Nossa lista de candidatos deve estar permeada por homens e mulheres tementes a Deus, que não se apartem nem se desviem desse Deus todos os dias de sua vida.

O texto mencionado também dá instruções sobre qual deve ser a postura do político ou do homem público no que respeita a recursos públicos, ao

dizer que “não deverá adquirir muitos cavalos” nem “acumular muita prata e muito ouro ” (v. 16,17). A Bíblia nos ensina até mesmo como votar nas eleições.

Em relação às nossas personagens, vejamos um perfil de características que as definem e que devem nos servir de norte como homens públicos ou na escolha de homens públicos. Antecipo que termino a lista com a característica que considero mais importante.

1. Tinham ampla experiência de vida

Quando Paulo faz a lista de características que um bispo deve ter, em sua primeira carta a Timóteo, ensina que não devemos ordenar líderes eclesiásticos recém-convertidos (1Timóteo 3.6). Nas características enumeradas para a ordenação dos diáconos, Paulo diz que estes precisam primeiro ser provados, para depois servir (cf. v. 10). Ao falar de trabalhadores na obra do Senhor, incluindo todos os que possuem alguma função, deveriam se apresentar a Deus “aprovado[s]” (2Timóteo 2.15), indicando assim termos que remetem à experiência de vida.

Se, para a liderança da Igreja é necessário que os líderes no exercício de um cargo tenham certa bagagem de vida, com os nossos governantes não deve ser diferente. Nada de meninos levados pelo vento. Nada de meninos pensando como meninos. Precisamos de homens que tenham abandonado posturas infantis, próprias das coisas de menino (1Coríntios 13.11; Efésios 4.14).

Com isso, não quero dizer que devemos deixar de escolher jovens ou não optar por renovações. Longe de mim. Eu mesmo sou exemplo de que um jovem pode exercer bem suas funções, quer eclesiásticas, quer públicas. Fui ordenado pastor com apenas 18 anos de idade. Fui eleito para o primeiro cargo público, como vereador em Goiânia, com apenas 22 anos. Sou o mais

jovem deputado estadual da Assembleia Legislativa goiana a assumir a presidência do Poder Legislativo. Portanto, não falo de idade biológica apenas; falo de experiência e de vivência, algo que sempre fui acumulando com o tempo.

Qualquer jovem, no entanto, só deve ser escolhido se tiver alguma vivência, mesmo com pouca idade. A experiência se adquire com a vivência — esse é o caso das nossas personagens.

Antes de ser governante do Egito, José passou pelo processo de sonhos e sofrimentos, de injustiças e aprendizado, de abandono, traição e acolhimento. De lutar contra a carne e contra o pecado. De ser vendido como escravo e de ser preso. Somente depois disso é que se tornou o governador de todo o Egito, relativamente jovem: 30 anos.

Sobre a experiência de José, T. Austin-Sparks escreveu:

José ocupa uma posição muito elevada no veredito da história e nas nobres biografias bíblicas. Mas, sem dúvida, um aspecto definitivo para os longos anos de prisão — sendo esquecido, e “sua alma em grilhões” — foi a disciplina do toque terreno do orgulho, presunção e vaidade que o levou a contar seus sonhos aos seus irmãos. Sonhos que se tornam realidade, sim, mas, quando a autovalorização pessoal se impõe nas intenções divinas, tudo declina para a morte e incerteza.⁴

Davi tinha a mesma idade de José quando começou a reinar, mas antes foi pastor de ovelhas, matador de urso e leão, instrumentista e cantor. Enfrentou e venceu Golias, soldado que estava no topo da carreira militar. Injustiçado, Davi tornou-se fugitivo de um rei louco, que também era seu sogro. Habitou em cavernas, montanhas, desertos e até na terra de seus inimigos. Teve que conviver pacientemente com pessoas que a Bíblia chamou de “todos os que estavam em dificuldades” (1Samuel 22.2). Não só conviveu com essas pessoas mas as formou e treinou, para que depois fossem chamadas de seus valentes ou guerreiros. Assumiu o governo de uma

pequena cidade filisteia antes de qualquer reino. Só depois de mais de uma década de experiência, e com a morte do rei Saul, é que se tornou um rei poderoso.

Da mesma forma, Moisés teve uma vasta experiência de vida no Egito (quarenta anos vivendo nos palácios do Egito, como um príncipe), para depois se tornar pastor de ovelhas do deserto. Completados oitenta anos de, literalmente, altos e baixos, Deus o usa para ser o libertador de seu povo e o primeiro governante institucionalizado do povo de Israel. Josué, general e grande conquistador, antes de governar Israel e suceder a Moisés, foi auxiliar do homem de Deus, comandante do exército, além de ter uma breve carreira como espia.

Antes de se tornar rainha, Ester tinha uma trajetória de mulher órfã. Daniel, quando menino, era escravo e correu um grande risco por ter sido fiel a Deus antes de se tornar um importante e poderoso servidor público em dois imensos impérios da Antiguidade.

Neemias, antes de ser governador da Judeia, e Mardoqueu, antes de ser “primeiro-ministro” do Império Persa, tiveram uma trajetória triste de escravos em terras estrangeiras. Todos eles foram bons servidores públicos porque antes disso tiveram uma trajetória marcada por experiências que definiriam seu futuro. Isso também incluiu os mais jovens.

2. Eram capacitados

Salomão fala muito em seus escritos sobre a importância de ter sabedoria e adquirir conhecimento. Gosto de como ele faz essa distinção entre ambos os termos: “ter” e “adquirir”.

Salomão faz distinção entre esses termos, ao dizer que há um conhecimento que vem do alto, portanto de Deus, uma dádiva, um presente,

que ele dá; e também há a capacidade de adquirir, comprar conhecimento e sabedoria. Vejamos:

Pois o SENHOR é quem dá sabedoria; de sua boca procedem o conhecimento e o discernimento (Provérbios 2.6).

É melhor obter sabedoria do que ouro! É melhor obter entendimento do que prata! (Provérbios 16.16).

A sabedoria que vem do alto vem de Deus quando a pedimos com fé, como Tiago fala em sua carta (1.5,6); já o conhecimento terreno é adquirido.

O líder precisa ser bem formado, ou seja, adquirir conhecimento. Refiro-me especificamente a estudos, formação acadêmica, cursos extras etc. Nos parlamentos brasileiros, é grande a falta de preparo intelectual de grande parte de seus membros, incluindo cristãos. Muitos desses cristãos não ultrapassam a pauta de costumes⁵ porque não possuem as condições mínimas para participar de debates mais profundos sobre outros temas. No entanto, um governante ou representante legislativo precisam ter amplo conhecimento para governar com propriedade.

Moisés teve uma formação de alto nível para os padrões da sua época. Podemos afirmar, sem medo de errar, que ele se formou nas melhores academias e escolas egípcias. Segundo o autor de Hebreus, Moisés tinha acesso aos “tesouros do Egito” (Hebreus 11.26), o que também inclui o conhecimento científico da época.

José aprendeu com seu mentor Potifar a como administrar o povo ou a arte da administração. Certamente, o general da guarda do faraó ensinou técnicas que levaram o jovem José a administrar todos os seus negócios. Da mesma forma, Davi foi colocado na corte de Saul por Deus para aprender com Saul e seus assessores a administrar o país. Por certo tempo, Davi foi escudeiro de Saul, que é a função equivalente a “ajudante de ordem”, que os

governantes brasileiros possuem hoje em dia. Neemias esteve na corte como “copeiro” do rei Artaxerxes, o que equivale a algo como secretário nos dias de hoje. Nessa tarefa, aprendeu as melhores técnicas administrativas da época antes de administrar a reconstrução de Jerusalém.

No que se refere à questão de formação pessoal e intelectual, destacam-se sobre os demais, conforme o texto bíblico, Salomão e Daniel. É fácil identificar nos livros de autoria de Salomão (Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos Cânticos) um conhecimento amplo. Além dos textos que dizem que Deus fez Salomão o homem mais sábio que qualquer outro, encontramos passagens que dizem que o filho de Davi era de certa forma cientista, biólogo e filósofo, como em 1Reis 4.29-34.

Já no início do livro de Daniel, lemos o registro de como ele e seus amigos eram preparados:

Depois o rei ordenou a Aspenaz, o chefe dos oficiais da sua corte, que trouxesse alguns dos israelitas da família real e da nobreza: jovens sem defeito físico, de boa aparência, cultos, inteligentes, que dominassem os vários campos do conhecimento e fossem capacitados para servir no palácio do rei. Ele deveria ensinar-lhes a língua e a literatura dos babilônios. De sua própria mesa, o rei designou-lhes uma porção diária de comida e de vinho. Eles receberiam um treinamento durante três anos e depois disso passariam a servir o rei. Entre esses estavam alguns que vieram de Judá: Daniel, Hananias, Misael e Azarias (Daniel 1.3-6).

O texto mencionado registra que os quatro amigos foram treinados durante três anos e ainda precisavam aprender a língua e estudar a literatura babilônica. Contudo, antes mesmo de serem levados ao exílio, a Bíblia menciona que eles eram da nobreza israelita, cultos, inteligentes e que dominavam vários campos do conhecimento, ou seja, eram preparados, bem formados e estudados.

Um cristão verdadeiro só deve ser político se, de fato, fizer diferença onde vive, não apenas no quesito honestidade, que, convenhamos, se trata de uma obrigação humana, como também no conhecimento adquirido. É necessário encontrar no cristão que aspira ao serviço público as características que havia em Daniel e seus amigos quando chegaram à corte de Nabucodonosor.

3. Eram bons legisladores

O profeta Isaías profetiza:

Ai daqueles que fazem leis injustas, que escrevem decretos opressores, para privar os pobres dos seus direitos e da justiça os oprimidos do meu povo, fazendo das viúvas sua presa e roubando dos órfãos! (Isaías 10.1,2).

Há uma preocupação profética com a capacidade legislativa do homem público, ainda mais em países como o Brasil que possui um gigantesco conjunto de leis, normas e estatutos.

Os personagens que aqui avaliamos, ao legislar, ou seja, ao criar leis, buscavam agradar a Deus e ser justos, de acordo com as situações vividas. Foi o que fizeram Ester e Mardoqueu ao imprimir uma lei justa que salvou os judeus de serem massacrados pelo intento de Hamã (Ester 8.9-14). O próprio Davi se destacou, ao estabelecer que os soldados que vigiavam a bagagem receberiam a mesma parte dos despojos conquistados que os soldados que tivessem ido à batalha (1Samuel 30.23-25).

O conjunto de leis mais famoso da Bíblia é a Torá, ou seja, o Pentateuco. Com o advento da graça de Jesus, a observância redentora ficou subjugada à obra de Jesus. Quando estudamos criticamente esses textos, percebemos que se trata de uma legislação apropriada para o tempo em que foi instituída.

Ao todo, consistem em 613 ordenanças, que versam sobre civilidade, saneamento, herança, guerras, família e muito mais. A lenda do cinema mundial Charlton Heston, que viveu Moisés no filme *Os Dez Mandamentos*, de 1956, em entrevista ao *Los Angeles Times*, no mesmo ano do lançamento do filme, falou sobre Moisés e a lei:

Moisés representa o alicerce do código de ética para a humanidade. Ele foi o primeiro homem na História a conceber a lei como algo separado da vontade de um governante, escolhendo se um homem deve viver pela graça da lei, ou a lei, pela graça do homem.

O teólogo suíço Thomas Römer, em palestra realizada em 2016 no VII Congresso Brasileiro de Pesquisa Bíblica, promovido pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo e pela Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica (ABIB), afirmou:

O papel de Moisés como legislador é o mais importante de suas atuações, pois devido à transferência de uma função real a Moisés, que antes da conquista da terra e da fundação da monarquia tinha transmitido todas as leis a Israel, o judaísmo tinha condições de existir como uma religião sem terra e sem Estado.⁶

Römer, que é considerado uma das maiores autoridades mundiais em Antigo Testamento, atribui maior importância ao papel legislador de Moisés que de líder do povo.

Saber fazer leis, que sejam justas e que reflitam o caráter redentor de Cristo ao homem, é uma das características fundamentais de um político que agrada a Deus, como o fez Moisés.

Sobre isso, R. C. Sproul escreveu:

Devemos ser excessivamente cuidadosos, toda vez que aprovamos uma lei. Precisamos compreender o que estamos fazendo. Precisamos lembrar que estamos tirando liberdades de pessoas,

e, quanto mais fazemos isso de maneira descuidada, tanto menos liberdade restará em nossas vidas.⁷

4. Amavam o povo

João afirma que Deus é amor (1João 4.16). Se Deus é amor, quando amamos de fato, estamos transmitindo o amor de Deus. Se, de fato, o homem de Deus ama seu povo, está ministrando Deus ao povo.

Vemos José demonstrando amor ao povo hebreu quando sustentou o próprio pai, seus irmãos e demais familiares no Egito na condição de governador. Vemos Moisés demonstrando amor ao povo nas inúmeras vezes em que intercedeu em favor dos israelitas diante de Deus, em especial quando estes tentavam Deus.

Davi demonstrou amor a seu povo, bem como Salomão, na maioria de seus atos. Daniel orava por Jerusalém três vezes ao dia, intercedendo diante de Deus, provavelmente pelos povos que haviam ficado nos territórios e sofriam com a pobreza e o abandono.

Neemias tem um registro interessante. Ao receber a visita de um de seus irmãos que acabara de voltar de Judá e que havia estado com os judeus restantes no território conquistado, foi informado do seguinte relatório sobre o povo e Jerusalém:

E eles me responderam: "Aqueles que sobreviveram ao cativeiro e estão lá na província passam por grande sofrimento e humilhação. O muro de Jerusalém foi derrubado, e suas portas foram destruídas pelo fogo". Quando ouvi essas coisas, sentei-me e chorei. Passei dias lamentando-me, jejuando e orando ao Deus dos céus (Neemias 1.3,4).

Tal relatório fez Neemias agir em amor e ousadia diante do imperador:

No mês de nisã do vigésimo ano do rei Artaxerxes, na hora de servir-lhe o vinho, levei-o ao rei. Nunca antes eu tinha estado triste na presença dele; por isso o rei me perguntou: "Por que o seu rosto parece tão triste se você não está doente? Essa

tristeza só pode ser do coração!" Com muito medo, eu disse ao rei: Que o rei viva para sempre! Como não estaria triste o meu rosto se a cidade em que estão sepultados os meus pais está em ruínas e as suas portas foram destruídas pelo fogo? O rei me disse: "O que você gostaria de pedir?" Então orei ao Deus dos céus e respondi ao rei: Se for do agrado do rei e se o seu servo puder contar com a sua benevolência, que ele me deixe ir à cidade onde meus pais estão enterrados, em Judá, para que eu possa reconstruí-la (Neemias 2.1-5).

Aquele que quer servir às pessoas deve, antes de tudo, amar o público. Esse é o princípio de servir ensinado por Jesus, que veremos adiante. Mas antecipo, nas palavras do Senhor: aquele que quer ser importante (o líder) esteja disposto a servir aos seus liderados (cf. Mateus 20.26).

5. Pensavam no bem comum

Essa característica deveria estar inserida no item anterior. Infelizmente, no entanto, há políticos cristãos que, ao exercerem algum cargo público, em especial o eletivo, priorizam a agenda evangélica em detrimento das demais agendas sociais brasileiras.

É necessário ter uma compreensão mais ampla de visão de mundo. A agenda da sociedade deveria estar inserida na agenda evangélica, mas na prática muitas vezes não é o que acontece.

Sinceramente, acredito que os evangélicos devem, como qualquer parte da sociedade, ter seus representantes. No entanto, o evangélico eleito não pode ficar fechado em um gueto político.

Existem temas que são caros aos políticos cristãos, mas o detentor de um mandato deve sempre buscar trabalhar para todos, sem distinção, por isso a necessidade de participar de todas as discussões. Devemos falar sobre o aborto e seu mal, mas tratar também do nosso sistema de saúde ineficaz. Devemos falar sobre a importância de não haver taxação de impostos sobre a Igreja, dada a enorme responsabilidade social que ela tem na sociedade,

mas também tratar da infraestrutura nacional precária. Devemos falar sobre a ideologização do nosso sistema de educação, mas de igual modo tratar da qualidade que está longe do ideal em todo o sistema de educação.

Essas foram as pautas da ação de José. Ao mesmo tempo que foi bênção para os hebreus, seu povo, agiu em favor de todos os egípcios e povos vizinhos. Da mesma forma, as boas ações dos políticos hebreus Daniel, Ester, Mardoqueu e Neemias abençoaram não só o povo hebreu, mas todos os povos que estavam em seu raio de influência. Tenho plena convicção de que, se quisermos ser parte influente da sociedade, devemos ter um papel amplo.

Em todos os anos em que exerci um mandato político, jamais deixei de exercer ativamente o meu ministério pastoral e de pregação. Por isso, geralmente sou procurado para aconselhar líderes cristãos que exercem algum ministério eclesiástico e querem disputar uma eleição.

Geralmente, faço uma pergunta a esses líderes: “Você quer exercer esse cargo público no plano macro ou micro?”. Em seguida, explico com um exemplo: “Ao vencer a eleição, você será um político que usará a sua influência para ajudar os membros da sua igreja a conseguirem vagas nas creches municipais, geralmente bem concorridas, para os filhos, ou trabalhará para que haja vagas para todas as crianças, sem distinção?”. A resposta, quando é dada de coração, revela o tipo de político que a pessoa será.

6. Eram corajosos

No ponto anterior, vimos que o amor ao povo é uma das características essenciais na vida do homem público, algo que encontramos no caráter dos nossos heróis da fé.

Vimos como o amor de Neemias para com seu povo o impulsionou a um ato de coragem diante do rei.

A rainha Ester também foi extremamente corajosa, ao enfrentar sérios riscos para interceder com inteligência por seu povo. Mardoqueu não se abalou diante das ameaças de seu adversário e defendeu firmemente seus valores, sendo, desse modo, honrado por Deus.

Moisés é outro exemplo de coragem, não só diante do faraó, mas na condução de cerca de 2 milhões de pessoas por regiões desérticas durante quarenta anos. Josué e Davi eram homens de guerra. Diante de grandes fortalezas ou de gigantes, agiram com a coragem devida. Daniel, diante do rei Belsazar e sua nefasta corte, agiu profeticamente. Ao deparar com a cova dos leões, mediante uma condenação injusta, enfrentou perigo de morte, mantendo-se íntegro a seus valores, no governo persa do rei Dario.

A coragem é fundamental ao homem que quer exercer bem o serviço público. Coragem não é ausência de medo, pois este é parte da vida. Coragem é agir independentemente do medo; não deixar ser dominado ou travado pelo medo. Diante de Golias, o gigante, o povo de Israel, bem como o rei Saul, ficaram sem reação por causa do medo. Davi, ao contrário, agiu com coragem. Aristóteles dizia que “a coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras”.⁸ Concorde com essa posição C. S. Lewis, que, em seu livro *Cartas de um diabo a seu aprendiz*, disse: “Coragem não é apenas uma das virtudes, mas a forma que todas as virtudes assumem quando testadas”.⁹

Ulisses Guimarães, talvez o mais brilhante deputado federal que o Brasil já teve, em seu discurso como presidente da Assembleia Constituinte de 1988, disse:

A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes

sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os Evangelhos.

Doutor Ulisses sabia das coisas.

Há uma frase que sempre queimou o meu coração e acredito ter nascido no céu: “Deus honra o audacioso. Deus honra a coragem”.

7. Eram estrategistas

Para darem certo, os homens públicos devem ser bons e honestos estrategistas. O próprio Senhor Jesus demonstrou a importância de ser um estrategista:

“Qual de vocês, se quiser construir uma torre, primeiro não se assenta e calcula o preço, para ver se tem dinheiro suficiente para completá-la? Pois, se lançar o alicerce e não for capaz de terminá-la, todos os que a virem rirão dele, dizendo: ‘Este homem começou a construir e não foi capaz de terminar’. Ou, qual é o rei que, pretendendo sair à guerra contra outro rei, primeiro não se assenta e pensa se com dez mil homens é capaz de enfrentar aquele que vem contra ele com vinte mil? Se não for capaz, enviará uma delegação, enquanto o outro ainda está longe, e pedirá um acordo de paz” (Lucas 14.28-32).

Grandes homens da Bíblia foram estrategistas, da mesma forma que grandes homens da História. Josué é sempre descrito como um grande estrategista, sobretudo nas guerras. Em reportagem publicada na revista *Superinteressante* em 2013, a jornalista Maria Fernanda Vomero falou a respeito do general bíblico:

Dotado de visão estratégica e experiência como soldado, Josué driblava com astúcia as limitações de seu exército. Na conquista da amuralhada Jericó, por exemplo, lançou mão de táticas como a guerra psicológica e espionagem para tomar a cidade de assalto [...]. Ele também sabia que as planícies eram um terreno favorável aos cananeus com seus carros de guerra. Por isso, levou o combate para as montanhas – tirando proveito da mobilidade e da rapidez de seus soldados.

José, outro exemplo de estrategista, esteve diante do faraó e administrou o Egito. Neemias da mesma forma, quando ainda era copeiro do rei, soube se apresentar com fisionomia entristecida para chamar a atenção sobre si e assim falar de seu povo (Neemias 2.1-5).

Ester, ao denunciar Hamã, o inimigo do povo judeu, ao rei, usou de uma estratégia interessante: dois banquetes seguidos. Seu pai adotivo, Mardoqueu, soube usar de estratégia ao denunciar a conspiração contra o rei, bem como para ser ouvido por Ester, ao se apresentar com panos de saco e lamentos, em uma área proibida, o que levou Ester a agir rápido para preservar a própria vida e a de seu povo (Ester 4.1-7).

Davi foi um dos grandes estrategistas bíblicos e históricos. Aliás, podemos dizer que Davi foi um gênio político. Suas estratégias garantiram vitórias em guerras, mas também êxito na organização interna de seu reino.

As peripécias estratégicas de Davi dariam para escrever um livro próprio. Termino com uma frase de seu filho, outro hábil estrategista, Salomão: “o homem prudente vê bem onde pisa” (Provérbios 14.15).

8. Sabiam se comunicar bem

A boa comunicação é parte fundamental na vida de um líder; ainda mais em se tratando de um líder no serviço público. Creio ser primordial. É preciso pensar em como o espectador, no caso o povo, compreenderá uma mensagem. A antiga máxima continua valendo: Comunicação não é o que se fala, mas o que os outros entendem.

O maior presidente dos Estados Unidos de todos os tempos, Abraham Lincoln, era um verdadeiro mestre da comunicação. Ele disse em 1858:

Com a opinião pública, nada pode falhar; sem ela, nada pode ser bem-sucedido. Consequentemente, aquele que molda a opinião pública vai mais fundo do que aquele que decreta estatutos ou anuncia decisões.¹⁰

O maior comunicador do Antigo Testamento foi Moisés. Não apenas pela voz profética, mas pela capacidade de negociar e conduzir milhões de pessoas por um deserto. Se isso não bastasse, também pelo fato de ter vencido suas próprias limitações, uma vez que se considerava gago (Êxodo 4.10).

O consultor de empresas e escritor Ernesto Berg, em artigo publicado sobre o Senhor Jesus, chegou a afirmar:

Como todo grande empreendedor e líder, Cristo fazia da comunicação um dos seus alicerces [...]. Jesus se comunicava bem nos três níveis: intrapessoal (consigo mesmo), interpessoal (com as pessoas) e suprapessoal (com Deus).¹¹

Como Jesus é a nossa maior referência de homem público, devemos segui-lo e procurar ser bons comunicadores se queremos fazer a diferença.

9. Trabalhavam bem em equipe

Trabalhar em equipe não só é fundamental, como também bíblico. A maioria dos grandes líderes da Bíblia trabalhava bem em equipe e sabia delegar funções; em outras palavras, eram descentralizadores.

Na época em que conduzia o povo de Deus no deserto, Moisés recebeu um conselho do sogro, Jetro. O pai de Zípora, ao ver o exaustivo trabalho de Moisés em atender o povo praticamente o dia inteiro, disse:

[...] “Que é que você está fazendo? Por que só você se assenta para julgar, e todo este povo o espera em pé, desde a manhã até o cair da tarde?” [...] Respondeu o sogro de Moisés: “O que você está fazendo não é bom. Você e o seu povo ficarão esgotados, pois essa tarefa é pesada demais. Você não pode executá-la sozinho. Agora ouça o meu conselho. E que Deus esteja com você! Seja você o representante do povo diante de Deus e leve a Deus as suas questões. Oriente-os quanto aos decretos e leis, mostrando-lhes como devem viver e o que devem fazer. Mas escolha dentre todo o povo homens capazes, tementes a Deus, dignos de confiança e inimigos de ganho desonesto.

Estabeleça-os como chefes de mil, de cem, de cinquenta e de dez. Eles estarão sempre à disposição do povo para julgar as questões. Trarão a você apenas as questões difíceis; as mais simples decidirão sozinhos. Isso tornará mais leve o seu fardo, porque eles o dividirão com você. Se você assim fizer, e, se assim Deus ordenar, você será capaz de suportar as dificuldades, e todo este povo voltará para casa satisfeito” (Êxodo 18.14,17-23) .

Moisés ouviu o conselho de Jetro e escolheu capitães que o ajudaram a administrar a multidão. A Bíblia registra também o trabalho em equipe de Salomão e Neemias.

No caso emblemático de Davi, além dos registros de seus principais assessores, encontramos uma categoria especial: “os guerreiros de Davi” (1Crônicas 11.10-47; em várias versões, “os valentes de Davi”).

Esses guerreiros eram um grupo de 33 homens, que acompanhavam Davi desde sempre, chamados também de *gibborim*. Spurgeon fez o seguinte relato sobre esse grupo singular:

Esses homens vieram a Davi quando suas fortunas estavam no ponto mais baixo e ele próprio foi considerado um rebelde e um fora da lei. E eles permaneceram fiéis a ele por toda a vida. Felizes são aqueles que podem seguir uma boa causa em sua pior condição, pois a verdadeira glória é deles.¹²

Com exceção desses homens de guerra, havia na corte de Davi conselheiros e gestores, cada qual com sua responsabilidade definida. Trabalhar em equipe, saber coordenar, delegar funções, dar liberdade sob supervisão, contratar e demitir, quando necessário, valorizar e corrigir — são todas funções essenciais de um líder público, que estão descritas na Bíblia.

10. Eram bons administradores

Todas as personagens de que estamos tratando de forma especial souberam ser bons administradores onde estavam inseridos. Moisés e Josué

souberam administrar milhões de pessoas nômades, migrando para uma terra de sonhos. Obtiveram esse êxito com organização, principalmente na instituição de capitães dos povos.

Davi e Salomão souberam consolidar um reino expressivo. Salomão aproveitou a paz conquistada pelo pai e implementou várias reformas estruturais em Jerusalém e nas principais cidades do país. Foi no governo dele que o primeiro grande templo foi construído.

José e Daniel se destacam como chefes de governo, ou seja, aqueles que exerceram um cargo equivalente ao de primeiro-ministro nos dias de hoje. Suas contribuições públicas e administrativas são registradas com muita clareza na Bíblia.

José, após a interpretação dos sonhos do faraó, foi nomeado por este como o segundo em comando de todo o Egito, ficando apenas abaixo do rei. Sua função tinha o título de “vizir” no Oriente antigo. Alguns historiadores afirmam que esse título era o de *adon*, criado especialmente para José, cuja tradução seria “governador”. De fato, José foi um chefe de governo, o que significa dizer que tinha o principal cargo público administrativo, pois era o encarregado do tesouro, das execuções judiciais, da supervisão dos decretos reais, das nomeações aos cargos públicos, entre outras funções. O faraó deu-lhe o nome egípcio de Zafenate-Paneia (Gênesis 41.45), que traduzido significa “descobridor das coisas ocultas”.

José soube agir com maestria para salvar o reino do Egito da crise econômica brutal que abateu sobre ele, adotando uma política simples, entretanto muito eficaz: em tempo de abundância, se acumula e poupa para ser usado em tempos de escassez. A Bíblia ainda registra que José viajou por todo o território a fim de supervisionar as plantações, as colheitas e o armazenamento, mandando construir celeiros (Gênesis 41.46-49). Além

disso, foi um homem sábio em vender os alimentos acumulados quando houve maior escassez, inclusive para seus irmãos hebreus, e também em aceitar animais e terras como forma de pagamento, o que fez crescer o poderio do faraó e conseqüentemente o do próprio José.

Já Daniel tinha tanta capacidade administrativa que foi essencial tanto no Império Babilônico quanto no Império Persa, quando este conquistou a Babilônia. Segundo Paul Gardner:

Uma avaliação geral das contribuições de Daniel deve incluir o uso de superlativos [...]. Daniel cresceu de forma notável, até ocupar posições nos mais altos escalões da autoridade imperial e ter influência tanto no Império Babilônico como no Medo-Persa, durante uma carreira que durou mais de 60 anos.¹³

Os historiadores acreditam que Daniel foi peça-chave durante os “setes tempos” (considerando as colheitas, que eram a principal forma de registro temporal na época, provavelmente tenham sido sete anos) em que Nabucodonosor ficou mentalmente doente, motivo pelo qual foi afastado do poder. Daniel tinha a função de conselheiro-chefe e também de chefe dos magos. Sobre isso, Gardner afirma que “é bem provável que oficiais altamente respeitáveis, como Daniel, tenham tratado dos assuntos cotidianos do império até que o rei recuperasse a sanidade”.¹⁴

No governo de Dario, quando os medo-persas conquistaram todo o Império Babilônico, Dario nomeou 120 administradores sobre os assuntos regionais de todo o vasto império, o maior de todos os tempos até então. Sobre eles, Dario nomeou três supervisores, ou presidentes, entre eles Daniel. A Bíblia registra que Daniel era tão competente em suas funções públicas que Dario queria constituí-lo sobre todo o reino. Capacidade administrativa é sinônimo de manutenção no poder (Daniel 6.1-3).

11. A vida deles era totalmente dedicada a Deus

Este é, sem dúvida, como disse no início, o ponto fundamental de todo homem público que desempenhou bem seu papel e está registrado na Bíblia. Sem dúvida, é o que distingue essencialmente o líder cristão dos demais.

Há muitos homens e mulheres competentes na administração pública, como pude observar nas casas legislativas em que fui membro, principalmente da Câmara Federal. Ao contrário do que o censo quer nos fazer crer, existem homens bem-intencionados, extremamente preparados e preocupados em servir ao nosso país, e isso independe de ter a fé cristã.

Portanto, o que diferencia um cristão verdadeiro dos demais homens públicos, mesmo entre os competentes, é um coração entregue a Deus. Refiro-me a cristãos verdadeiros no serviço público porque existem os que se declaram cristãos e fazem de sua plataforma política o cristianismo para obter votos no meio evangélico, mas que estão longe de ter uma vida consagrada ao Deus verdadeiro.

Há políticos que aparecem na televisão fazendo uso de chavões cristãos e com postura de “pastores”, defendendo “valores” que nem eles mesmos observam. Homens que lutam contra a união homoafetiva, ao mesmo tempo que traem a esposa com facilidade; que defendem a Bíblia nos plenários, mas que estão dispostos a enriquecer de forma ilícita e contrária à Palavra. Segundo Paulo, esses são piores que os descrentes e de nós merecem total rejeição (1Coríntios 5.1).

Se quisermos ter o sucesso público que José, Moisés, Davi e tantos outros tiveram, precisamos ser consagrados a Deus como eles foram. Para isso, identifiquei quatro formas:

1. Tinham a Palavra de Deus escrita como bússola de vida

Deus, ao falar com Josué quando este estava assumindo a posição de governante em lugar de Moisés, disse:

“Somente seja forte e muito corajoso! Tenha o cuidado de obedecer a toda a lei que o meu servo Moisés ordenou a você; não se desvie dela, nem para a direita nem para a esquerda, para que você seja bem-sucedido por onde quer que andar. Não deixe de falar as palavras deste Livro da Lei e de meditar nelas de dia e de noite, para que você cumpra fielmente tudo o que nele está escrito. Só então os seus caminhos prosperarão e você será bem-sucedido” (Josué 1.7,8).

A Bíblia que Josué lia, a Torá, deveria ser a referência da vida de Josué. Deveria ser seu manual de vida, e dela não deveria se desviar. O mesmo conselho é dado a Salomão por Davi, seu pai, quando o sucedeu no trono:

“Obedeça ao que o SENHOR, o seu Deus, exige: ande nos seus caminhos e obedeça aos seus decretos, aos seus mandamentos, às suas ordenanças e aos seus testemunhos, conforme se acham escritos na Lei de Moisés; assim você prosperará em tudo o que fizer e por onde quer que for” (1Reis 2.3).

2. Participavam ativamente das atividades eclesiais

Daniel preferiu ser jogado na cova dos leões a deixar de orar ao menos um dia. Davi participava ativamente das celebrações de culto e, muitas vezes, conduzia o povo em adoração.

Jamais um cristão político deve deixar de estar presente em sua congregação. No entanto, é bom recordar que Deus não vê, como o homem, o exterior, mas o coração (1Samuel 16.7).

Não adianta ser membro em uma congregação apenas com fins eleitorais. O cristão verdadeiro não é aquele que apenas “está” na igreja; é, antes de

tudo, aquele que é parte da igreja.

3. Esforçavam-se para viver em santidade

Moisés obedecia a um código de conduta rígido em santidade para representar Deus. Quando exercemos qualquer autoridade, recebemos parte de uma autoridade maior daquele que é o único detentor de toda autoridade. Jesus fala isso a Pilatos quando este lhe diz que tinha autoridade para matá-lo. A resposta de Jesus é clara: toda autoridade provém de Deus (João 19.10,11). Moisés sabia disso, portanto buscava ser santo para agradar a Deus.

Daniel tinha uma vida santa e justa. Não há na Bíblia nenhuma menção de desvio de caráter de Josué, Ester ou Neemias, mas há menções de desvio na vida dos dois reis que estamos considerando: Davi e Salomão.

Ambos erraram na luxúria, mas houve uma diferença primordial na vida de Davi que o levou a ser chamado “homem segundo o coração de Deus”: Davi se arrependia de seus erros e não voltava a repeti-los. Santidade também é se arrepender dos erros e não os repetir.

Como dissemos, José é exemplo no que se refere a manter uma vida correta e em santidade como homem público. Vemos isso sobretudo na passagem que narra o evento com a mulher de Potifar. A Bíblia diz que essa mulher tentou seduzi-lo várias vezes. Da última vez, tentou tirar suas roupas e forçá-lo. José simplesmente saiu correndo (Gênesis 39.7-12).

O homem público deve fugir sempre da tentação! Literalmente, deve sair correndo!

4. Possuíam um mentor espiritual

Gosto muito do tema mentoria, pois tenho convicção bíblica de que foi uma das formas principais que Deus instituiu para a formação de pessoas,

sobretudo de líderes.

Todos os grandes homens públicos da Bíblia tiveram mentores que os assistiram espiritualmente. Embora eu entenda a importância do mentor natural na formação profissional de gestores, aqui especificamente não me refiro a eles, apesar de considerá-los. Falo de um sacerdote espiritual.

Davi e Salomão tinham os profetas Natã e Gade. A relação deles era pastoral e profética. Neemias tinha o apoio espiritual de Esdras. Ester tinha os conselhos do pai adotivo.

O homem público nunca deve deixar de ter um pastor, um conselheiro espiritual e ouvir com atenção os conselhos e a orientação dele. A importância de um pastor espiritual é clara na vida do rei Joás. Em 2Reis 12.2, a Bíblia diz que Joás “fez o que o SENHOR aprova durante todos os anos em que o sacerdote Joiada o orientou”.

Já 2Crônicas 24.15-18 registra que, após a morte de Joiada, o rei se entregou ao conselho de outros homens e se desviou dos caminhos do Senhor. E o que é pior: foi ingrato com Joiada, pois seu filho Zacarias foi levantado como profeta e tentou orientar o rei a voltar aos caminhos do Senhor. O rei, entretanto, determinou que Zacarias fosse morto por apedrejamento (2Crônicas 24.21,22).

O resultado é que Joás foi traído e assassinado por seus assessores (2Crônicas 24.25,26). Um rei que começou muito bem, mas cujo final trágico nos permite ver o que acontece quando deixamos de ouvir Deus por meio de seus conselheiros espirituais.

¹ Cf. Atos 1.8. [N. do A.]

² WIERSEBE, Warren. **Comentários bíblicos expositivos**, p. 417.

³ CALVINO. **Hebreus**, p. 335.

⁴ AUSTIN-SPARKS, T. Artigo publicado na revista *Search a Witness a Testimony*, jun. 1930.

⁵ Pauta de costumes é a expressão usada para definir posturas tradicionais referentes à sociedade, por exemplo, casamento civil. [N. do A.]

⁶ Cf. portal da Universidade Metodista de São Paulo.

⁷ SPROUL, **Qual é a relação entre Igreja e o Estado?**, p. 15.

⁸ Cf. **Magna Moralia**, cap. 20. *Livro 1 de Aristóteles*.

⁹ LEWIS. **Cartas de um diabo a seu aprendiz**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson.

¹⁰ PHILLIPS; DONALD. **Liderança segundo Abraham Lincoln**, p. 53.

¹¹ Disponível em: <administradores.com.br>. Acesso em: 2016.

¹² SPURGEON. **O homem cuja mão prendia à sua espada**, p. 4.

¹³ GARDNER (Org.). **Quem é quem na Bíblia Sagrada**, p. 127.

¹⁴ Ibidem, p. 126.

Os profetas e a política

Você consegue imaginar um homem vestido de pele de animal, magro, barbudo, aproximando-se do presidente dos Estados Unidos ou do presidente do Brasil e condenando-o por seus atos, prevendo o futuro e ainda causando apreensão não só no presidente, mas em todos os principais assessores?

Essa visão era comum nos registros bíblicos, não apenas em meio ao povo hebreu e seus governantes, mas também em meio aos reinos que estavam ao redor.

Os profetas eram homens, e algumas mulheres, chamados e ungidos pelo Senhor Deus para serem comunicadores de sua mensagem. Executavam uma ou várias tarefas, segundo Deus os convocava.

Entre os autores de livros da Bíblia, incluindo os mais conhecidos, há profetas das mais diversas origens geográficas e sociais. Elias era da tribo de Naftali. Eliseu vinha de uma família com posses, da cidade Abel-Meolá. A tradição judaica diz que o profeta Isaías tinha linhagem real. Jeremias era levita nascido na região de Benjamim, filho de um sacerdote. Ezequiel também era filho de um sacerdote. Já Amós foi um simples vaqueiro e agricultor. Segundo a tradição, Miqueias era camponês. Zacarias era filho do profeta Ido que, em sua época, era o principal líder dos profetas e influenciou também o profeta Ageu.

Todos os profetas da Bíblia, além de profunda intimidade com Deus e de serem guias espirituais de seu povo, entregaram mensagens de despertamento social e político. Estas foram mensagens contundentes contra reis e autoridades do povo, contra a corrupção e contra injustiças sociais. Todas vindas diretamente de Deus!

Sobre os profetas, Winston Churchill escreveu:

Todo profeta deve provir da civilização, mas todo profeta tem de ir para o deserto. Deve ter uma impressão profunda de uma sociedade complexa e de tudo que ela tem para dar, e depois atravessar períodos de isolamento e meditação. É por esse processo que a dinamite psíquica é feita.¹

O profeta Isaías denunciava o comportamento de ricos e grandes latifundiários, que desprezavam os mais pobres, explorando-os e negando-lhes justiça. Isaías menciona ricos que celebravam grandes festas e banquetes custeados pelo trabalho dos mais pobres. Sua mensagem profética foi também social, ao falar dos problemas sociais (Isaías 3.1-17).

Profetizou em meio a grandes instabilidades políticas. Além das injustiças sociais, o profeta falou sobre guerras e contra a corrupção nos governos de Jotão e Acáz em Judá. Sua mensagem profética social visava cuidar dos mais pobres e denunciar injustiças “dos que por suborno absolvem o culpado, mas negam justiça ao inocente” (Isaías 5.23).

Vejamos alguns trechos:

“Ah, nação pecadora, povo carregado de iniquidade! Raça de malfeitores, filhos dados à corrupção! Abandonaram o SENHOR, desprezaram o Santo de Israel e o rejeitaram” (Isaías 1.4).

Seus líderes são rebeldes, amigos de ladrões; todos eles amam o suborno e andam atrás de presentes. Eles não defendem os direitos do órfão, e não tomam conhecimento da causa da viúva. Por isso o Soberano, o SENHOR dos Exércitos, o Poderoso de Israel, anuncia: “Ah! Derramarei minha ira sobre os meus adversários e me vingarei dos meus inimigos. Voltarei minha mão

contra você; tirarei toda a sua escória e removerei todas as suas impurezas. Restaurarei os seus juízes como no passado, os seus conselheiros, como no princípio. Depois disso você será chamada cidade de retidão, cidade fiel” (Isaías 1.23-26).

Ai daqueles que fazem leis injustas, que escrevem decretos opressores, para privar os pobres dos seus direitos e da justiça os oprimidos do meu povo, fazendo das viúvas sua presa e roubando dos órfãos! Que farão vocês no dia do castigo, quando a destruição vier de um lugar distante? Atrás de quem vocês correrão em busca de ajuda? Onde deixarão todas as suas riquezas? (Isaías 10.1-3).

Ao profetizar sobre Jesus, Isaías, que foi o mais messiânico dos profetas do Antigo Testamento, ministrou a preocupação do Messias com a justiça social:

“O Espírito do SENHOR repousará sobre ele,
o Espírito que dá sabedoria e entendimento,
o Espírito que traz conselho e poder,
o Espírito que dá conhecimento e temor do SENHOR.
E ele se inspirará no temor do SENHOR.
Não julgará pela aparência,
nem decidirá com base no que ouviu;
mas com retidão julgará os necessitados,
com justiça tomará decisões em favor dos pobres.
Com suas palavras, como se fossem um cajado, ferirá a terra;
com o sopro de sua boca matará os ímpios.
A retidão será a faixa de seu peito, e a fidelidade o seu cinturão” (Isaías 11.2-5).

O fruto da justiça será paz;
o resultado da justiça será tranquilidade e confiança para sempre.
O meu povo viverá em locais pacíficos,
em casas seguras,
em tranquilos lugares de descanso
(Isaías 32.17,18).

No capítulo 7, o profeta registra que aconselhou o rei Acaz a não guerrear contra a Assíria. O rei não o escutou, o que não impediu o profeta

de se manter firme em sua visão. Já no tempo de Ezequias, Isaías tornou-se conselheiro espiritual desse rei.

Jeremias foi profeta e também sacerdote, portanto da tribo de Levi, que profetizou em um período de declínio do chamado Reino do Sul, ou seja, Judá. Nesse período, falou sobre o avanço inevitável da Babilônia que culminou no exílio do povo judeu.

A Bíblia registra o chamado específico de Jeremias:

O SENHOR estendeu a mão, tocou a minha boca e disse-me: "Agora ponho em sua boca as minhas palavras. Veja! Eu hoje dou a você autoridade sobre nações e reinos, para arrancar, despedaçar, arruinar e destruir; para edificar e plantar" (Jeremias 1.9,10).

Deus deu autoridade profética a Jeremias sobre nações e reinos, para edificar e destruir. Durante o reinado de Josias, o profeta condenou a injustiça, a idolatria da nação e ainda advertiu sobre a falsa segurança. Também condenou os pecados e as injustiças durante o reinado de Jeoaquim. Isso levou oficiais da corte, homens poderosos e pessoas do povo a se opor a Jeremias, pois consideravam sua mensagem muito negativa. Nesse tempo, o profeta escreveu suas profecias com a ajuda de um escriba chamado Baruke. O rei raivosamente mandou queimar o rolo escrito. Jeremias escreveu de novo e corajosamente adicionou palavra de condenação ao próprio rei (Jeremias 36).

No reinado do último rei judeu, Zedequias, diante da intenção do rei de se rebelar contra a Babilônia, Jeremias alertou-o profeticamente de não o fazer. O rei não deu ouvidos ao profeta, e o resultado foi praticamente a destruição de Jerusalém após um grande cerco, determinado por Nabucodonosor (Jeremias 34).

Jeremias condenou abertamente o ato do rei Zedequias em voltar a escravizar seus “irmãos hebreus” (Jeremias 34.8-17). Jeremias profeticamente denunciou esse abuso e “exigiu” a abolição total.

Enquanto Ezequiel profetizou mais sobre questões espirituais, outros profetas profetizaram a respeito da vida social.

Na sequência dos registros bíblicos, o profeta Oseias aparece condenando a sociedade de Israel e também trazendo uma mensagem de esperança para Judá (Oseias 1.6,7). Profetizou contra a idolatria e a ingratidão do povo (cap. 2) e mostrou que os israelitas ficariam sem líderes ou reis por muito tempo (cap. 3).

No capítulo 4, Oseias profetizou contra as atitudes pecaminosas do povo, chegando a dizer que o amor desaparecera na terra. Havia uma mensagem clara contra o comportamento social reprovado diante de Deus que levava os judeus a cometerem crimes:

“Só se veem maldição, mentira e assassinatos, roubo e mais roubo, adultério e mais adultério; ultrapassam todos os limites! E o derramamento de sangue é constante” (Oseias 4.2).

Também foi firme contra os sacerdotes por não estarem exercendo seu ofício como deveriam (6.9) e veemente contra os governantes: “seus governantes amam profundamente os caminhos vergonhosos” (4.18b). No capítulo 7, foi veemente contra a corrupção social e pública dos governantes e sacerdotes. Como fazem falta os profetas como Oseias nos dias de hoje.

O profeta Joel também trouxe uma mensagem poderosa contra a corrupção sacerdotal e política em sua época, registrada no capítulo 1 de seus escritos. Nos capítulos 2 e 3, ele traz uma mensagem de restauração e avivamento.

O profeta Amós, criador de ovelhas e vaqueiro, profetizou contra as nações vizinhas de Israel, bem como contra os pecados do povo de Israel.

No capítulo 2, sua mensagem é mais forte em defesa da justiça social:

Assim diz o SENHOR: "Por três transgressões de Israel, e ainda mais por quatro, não anularei o castigo. Vendem por prata o justo, e por um par de sandálias o pobre. Pisam a cabeça dos necessitados como pisam no pó da terra, e negam justiça ao oprimido. Pai e filho possuem a mesma mulher e assim profanam o meu santo nome. Inclina-se diante de qualquer altar com roupas tomadas como penhor. No templo do seu deus bebem vinho recebido como multa" (Amós 2.6-8).

Algo que também encontramos no capítulo 5, falando contra a corrupção dos tribunais na época:

"Vocês estão transformando o direito em amargura e atirando a justiça ao chão, [...] vocês odeiam aquele que defende a justiça no tribunal e detestam aquele que fala a verdade. Vocês oprimem o pobre e o forçam a entregar o trigo. Por isso, embora vocês tenham construído mansões de pedra, nelas não morarão; embora tenham plantado vinhas verdejantes, não beberão do seu vinho. Pois sei quantas são as suas transgressões e quão grandes são os seus pecados. Vocês oprimem o justo, recebem suborno e impedem que se faça justiça ao pobre nos tribunais. Por isso o prudente se cala em tais situações, pois é tempo de desgraças (Amós 5.7,10-13).

Odeiem o mal, amem o bem; estabeleçam a justiça nos tribunais. Talvez o SENHOR, o Deus dos Exércitos, tenha misericórdia do remanescente de José (Amós 5.15).

No capítulo 6, Amós traz uma dura mensagem aos ricos que se consideram "em segurança" por causa das riquezas que possuem. E termina suas profecias com mensagens de esperança ao povo.

O profeta Obadias trouxe uma mensagem contra o egoísmo e a falta de solidariedade do povo de Edom para com seus irmãos, o povo de Israel. Os edomitas são os descendentes de Esaú, ao passo que os judeus são descendentes de Isaque.

Jonas profetizou contra a corrupção e os pecados sociais de Nínive, uma imensa cidade da antiga Assíria. Sua profecia causou tal comoção social que

afetou toda a cidade, dos mais pobres aos mais ricos, dos mais desprezados pelo rei à sua corte. Foi um grande avivamento espiritual e social.

Ao responder à murmuração do profeta Jonas, Deus demonstrou seu grande apego social e amor sobrenatural paterno:

“Contudo, Nínive tem mais de cento e vinte mil pessoas que não sabem nem distinguir a mão direita da esquerda, além de muitos rebanhos. Não deveria eu ter pena dessa grande cidade?” (Jonas 4.11).

Naum também profetizou contra Nínive chamando-a de “cidade sanguinária, repleta de fraudes e cheia de roubos, sempre fazendo as suas vítimas!” (Naum 3.1b).

Contemporâneo de Jeremias, Miqueias profetizou contra a liderança corrupta:

Ai daqueles que planejam maldade, dos que tramam o mal em suas camas! Quando alvorece, eles o executam, porque isso eles podem fazer. Cobiçam terrenos e se apoderam deles; cobiçam casas e as tomam. Fazem violência ao homem e à sua família; a ele e aos seus herdeiros. Portanto, assim diz o SENHOR: “Estou planejando contra essa gente uma desgraça, da qual vocês não poderão livrar-se. Vocês não vão mais andar com arrogância, pois será tempo de desgraça” (Miqueias 2.1-3).

Então eu disse: Ouçam, vocês que são chefes de Jacó, governantes da nação de Israel. Vocês deveriam conhecer a justiça! Mas odeiam o bem e amam o mal; arrancam a pele do meu povo e a carne dos seus ossos. Aqueles que comem a carne do meu povo, arrancam a sua pele, despedaçam os seus ossos e os cortam como se fossem carne para a panela um dia clamarão ao SENHOR, mas ele não lhes responderá. Naquele tempo, ele esconderá deles o rosto por causa do mal que eles têm feito (Miqueias 3.1-4).

Seus líderes julgam sob suborno,
seus sacerdotes ensinam visando lucro,
e seus profetas adivinham em troca de prata.
E ainda se apoiam no SENHOR, dizendo:
“O SENHOR está no meio de nós.
Nenhuma desgraça nos acontecerá”.
Por isso, por causa de vocês,

Sião será arada como um campo,
Jerusalém se tornará um monte de entulho,
e a colina do templo, um matagal
(Miqueias 3.11,12).

O profeta Habacuque, por sua vez, profetizou contra a violência, as injustiças e a maldade (Habacuque 1.2-4). Segundo sua fala, “os ímpios prejudicam os justos, e assim a justiça é pervertida”. A ele é atribuída uma das mais ferrenhas profecias contra a exploração injusta de um povo:

“Escreva: O ímpio está envaidecido;
seus desejos não são bons;
mas o justo viverá por sua fidelidade.
De fato, a riqueza é ilusória,
e o ímpio é arrogante e não descansa;
ele é voraz como a sepultura e como a morte.
Nunca se satisfaz;
apanha para si todas as nações
e ajunta para si todos os povos.
“Todos estes povos um dia rirão dele
com canções de zombaria e dirão:
'Ai daquele que amontoa bens roubados
e enriquece mediante extorsão!
Até quando isto continuará assim?’
Não se levantarão de repente os seus credores?
Não se despertarão os que o fazem tremer?
Agora você se tornará vítima deles.
Porque você saqueou muitas nações,
todos os povos que restaram o saquearão.
Pois você derramou muito sangue
e cometeu violência contra terras,
cidades e seus habitantes.
“Ai daquele que obtém lucros injustos para a sua casa,
para pôr seu ninho no alto
e escapar das garras do mal!
Você tramou a ruína de muitos povos,
envergonhando a sua própria casa e pecando contra a sua
própria vida.
Pois as pedras clamarão da parede,
e as vigas responderão do madeiramento contra você.
“Ai daquele que edifica uma cidade com sangue
e a estabelece com crime!
Acaso não vem do SENHOR dos Exércitos

que o trabalho dos povos seja só para satisfazer o fogo,
e que as nações se afadiguem em vão?” (Habacuque 2.4-13).

O profeta Ageu foi levantado por Deus para ser um apoio espiritual ao governante da província de Judá, Zorobabel, na época do domínio medo-persa (Ageu 1.2-4). O profeta Zacarias profetizou sobre a reconstrução da sociedade de Jerusalém pós-exílio. Também teve uma mensagem profética de forte apelo social:

E a palavra do SENHOR veio novamente a Zacarias: “Assim diz o SENHOR dos Exércitos: Administrem a verdadeira justiça, mostrem misericórdia e compaixão uns para com os outros. Não oprimam a viúva e o órfão, nem o estrangeiro e o necessitado. Nem tramem maldades uns contra os outros” (Zacarias 7.8-10).

Assim diz o SENHOR dos Exércitos: “Assim como eu havia decidido castigar vocês sem compaixão quando os seus antepassados me enfureceram”, diz o SENHOR dos Exércitos, “também agora decidi fazer de novo o bem a Jerusalém e a Judá. Não tenham medo! Eis o que devem fazer: Falem somente a verdade uns com os outros e julguem retamente em seus tribunais; não planejem no íntimo o mal contra o seu próximo e não queiram jurar com falsidade. Porque eu odeio todas essas coisas”, declara o SENHOR. (Zacarias 8.14-17).

Muito poderia ser dito sobre esses homens e sobre outros profetas e suas mensagens. Busquei mostrar apenas alguns exemplos de como suas mensagens proféticas também tinham conotação social.

A mensagem profética também se destinava a uma geografia ou sociedade específica. Esse Deus justo sempre usou e continuará usando a boca dos profetas para denunciar e atacar injustiças. A política não deve se restringir aos detentores de um mandato político ou que exercem um governo. Cabe aos profetas interferir como voz ativa em meio à sociedade carente de direcionamento divino, porque: “Onde não há revelação divina, o povo se desvia” (Provérbios 29.18a).

Salomão registra uma das missões mais importantes de um legítimo representante de Deus à qual devemos atentar:

Erga a voz em favor dos que não podem defender-se, seja o defensor de todos os desamparados. Erga a voz e julgue com justiça; defenda os direitos dos pobres e dos necessitados (Provérbios 31.8,9).

O escritor e pastor americano John Bevere foi brilhante ao definir assim o ministério do profeta:

O profeta é um porta-voz divino. Falar profeticamente é falar por divina inspiração. É a apresentação da mensagem de Deus para um indivíduo, grupo, nação ou geração. Ele deve trazer direção, correção, admoestação, encorajamento ou instrução.²

Concordo afirmando que a mensagem profética pode ter como receptor tanto o indivíduo como toda a sociedade.

Precisamos de profetas com coragem para denunciar as injustiças sociais, enfrentar a corrupção dos governantes, trazer mensagem de condenação às atitudes de impiedade e alento e esperança ao povo, sobretudo aos que sofrem. Essa foi a missão social dos profetas bíblicos e também deve ser a missão social dos profetas na sociedade atual. Sobre isso, concorda Russell Shedd, ao escrever que “Deus rejeita totalmente qualquer separação entre religião e justiça”.³

¹ Cf. CHURCHILL, *Thoughts and Adventure*, p. 304.

² BEVERE. *Assim diz o Senhor?*, p. 16.

³ SHEDD, Russell. *Justiça social e a interpretação da Bíblia*, p. 34.

A política dos apóstolos

A igreja primitiva, instituída e liderada pelos apóstolos de Jesus, era por si só uma declaração política quando passou a existir. Uma declaração contundente, não em manifestações, revoltas ou processos eleitorais, mas em sua essência e forma de ser. Uma declaração forte contra os dois sistemas vigentes: o romano e o judaico, representados pelo Sinédrio e pelo governo local.

O Sinédrio judaico, ou o Grande Sinédrio, sediado em Jerusalém, era uma assembleia de juízes judeus interpretativa da lei e que determinava sua aplicabilidade. O Sinédrio era presidido pelo sumo sacerdote, auxiliado pelo *Av Beit Din* (o segundo membro em importância) e por um *Nasi* (príncipe) e composto por mais 69 membros entre os mais notáveis conhecedores da legislação mosaica, os quais também tinham bom relacionamento com o governo local, bem como com os representantes romanos.

Antes da destruição do templo em 70 d.C., o Sinédrio se reunia no interior do templo todos os dias, exceto aos sábados e nos festivais previstos na Torá.

O governo romano dava certa independência às colônias, sobretudo naquilo que considerava ser um fator cultural. Na época de Jesus, e também dos apóstolos bíblicos, os romanos dividiam seus territórios conquistados em províncias. A região onde viviam os judeus recebeu o título de província, sendo chamada província da Judeia. Para as províncias romanas, o governo

romano instituíra um representante do imperador, que recebia o título de procurador. Na crucificação de Jesus, o procurador romano era Pôncio Pilatos.

Além da Bíblia, poucos são os registros a respeito da figura de Pilatos. O historiador judeu-romano Flávio Josefo fez registros em sua obra a respeito do procurador romano, demonstrando a crueldade deste para com o povo judeu, ao impor a ordem e também na construção de benfeitorias em Jerusalém. Segundo registros históricos, era considerado impiedoso no trato com os samaritanos (em 35 d.C., determinou a morte de milhares de samaritanos). Eusébio, em sua obra *História eclesiástica*, escreveu que Pilatos havia caído em desgraça junto ao imperador Calígula, por isso teria cometido suicídio em 37 d.C.

Os romanos, representados por Pilatos inicialmente nos registros do Novo Testamento, permitiam, de forma limitada, que as regiões por eles dominadas mantivessem governos locais. Quem governava os judeus era a questionável dinastia de Herodes.

Essa dinastia começou a governar a província com Herodes I, chamado de “o Grande”. Registros históricos dizem que ele assumiu o governo ao conseguir o apoio do “Segundo Triunvirato” romano, que dirigiu Roma entre 43 a.C. e 33 a.C. (Otávio César, Marco Antônio e Lépido) após um gordo suborno. Herodes e seus sucessores eram questionados por parte dos judeus dada a sua origem edomita e por não serem descendentes de Davi.

Herodes, o Grande, é conhecido por determinar a morte de todas as crianças com menos de 2 anos após receber a visita dos magos do Oriente. Muitos em Roma quiseram destroná-lo após esse genocídio, mas o apoio de Otávio César, imperador recém-empossado, pesou na manutenção de seu governo.

Quando morreu, deixou em seu testamento a divisão dos territórios das províncias para o governo de seus três filhos, que receberam o título de tetrarcas. A região da Galileia ficou com Herodes Antipas. Foi ele quem decretou a prisão e a decapitação de João Batista, bem como recebeu em sua corte Jesus prestes a ser morto.

A forma de ser da igreja primitiva era um verdadeiro confronto a essas três instituições de governo. Por mais que houvesse, entre seus membros ativos, pessoas de forte convicção política e que ocupassem posições de relevância social, a igreja primitiva não queria tomar ou exercer o poder governamental.

A explicação é muito simples; os apóstolos bíblicos acreditavam que Jesus estava para voltar naquela época. O senso de urgência na propagação do evangelho era tão grande que levou Paulo a aconselhar que os jovens permanecessem solteiros, a fim de se dedicar exclusivamente à propagação do evangelho. As cartas dos apóstolos demonstram claramente que eles viviam como se Jesus estivesse prestes a voltar. Não havia motivo para se envolverem em algo que, segundo eles, acabaria rápido.

O tempo passou, e, como sabemos, Jesus ainda não voltou. Ao longo da História, porém, a Igreja tem participado da política e a influenciado, algo a que voltaremos mais adiante. Aqui, porém, veremos como foi a ação política da igreja primitiva.

É importante entender que a igreja primitiva funcionava em total dependência do Espírito Santo. Alguns textos de Atos demonstram essa realidade:

Os que aceitaram a mensagem foram batizados, e naquele dia houve um acréscimo de cerca de três mil pessoas. Eles se dedicavam ao ensino dos apóstolos e à comunhão, ao partir do pão e às orações. Todos estavam cheios de temor, e muitas maravilhas e sinais eram feitos pelos apóstolos. Os que criam

mantinham-se unidos e tinham tudo em comum. Vendendo suas propriedades e bens, distribuíam a cada um conforme a sua necessidade. Todos os dias, continuavam a reunir-se no pátio do templo. Partiam o pão em casa e juntos participavam das refeições, com alegria e sinceridade de coração, louvando a Deus e tendo a simpatia de todo o povo. E o Senhor lhes acrescentava diariamente os que iam sendo salvos (Atos 2.41-47).

Da multidão dos que creram, uma era a mente e um o coração. Ninguém considerava unicamente sua coisa alguma que possuísse, mas compartilhavam tudo o que tinham. Com grande poder os apóstolos continuavam a testemunhar da ressurreição do Senhor Jesus, e grandiosa graça estava sobre todos eles. Não havia pessoas necessitadas entre eles, pois os que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro da venda e o colocavam aos pés dos apóstolos, que o distribuíam segundo a necessidade de cada um (Atos 4.32-35).

Não é por acaso que a Bíblia registra que a vida em comunidade da igreja primitiva causava inveja ao Sinédrio e preocupação aos romanos. Tratava-se de um povo que crescia extraordinariamente e mudava radicalmente de vida, demonstravam estar sempre satisfeitos, viviam em plena solidariedade uns com os outros, conquistavam o respeito e a admiração de todos. Os cristãos não permitiam que seus membros passassem necessidades, eram bons cidadãos, respeitavam as regras públicas, pagavam impostos e não se envolviam em confusões.

Quando houve a perseguição em Jerusalém, os apóstolos — com exceção de Tiago, irmão de Jesus, que continuou como bispo da igreja em Jerusalém — começaram a difundir o evangelho por todo o mundo, sempre levando não só a mensagem, mas também o estilo de vida transformado pela mensagem do evangelho de Jesus.

Portanto, o estilo de vida e o crescimento da igreja levaram os romanos a perseguirem os cristãos de forma violenta. Em 64 d.C., o imperador Nero instituiu a primeira perseguição oficializada contra os cristãos. Anos depois,

o imperador Diocleciano determinou a que ficou conhecida como “a grande perseguição”, emitindo uma série de éditos que revogavam os direitos legais dos cristãos e exigiam que estes cumprissem as práticas religiosas tradicionais romanas, o que evidentemente foi rejeitado pelos cristãos. Um dos éditos autorizava que os cristãos fossem sacrificados às divindades romanas.

Entretanto, os registros bíblicos se concentram nos governos que foram até Nero. Este entrou para a História como um dos loucos que governaram Roma e também por ter ordenado a execução de Pedro e Paulo.

Como temos dois capítulos adiante sobre Paulo, tratarei aqui mais da visão e da ação dos demais apóstolos, olhando para os fundamentos em seus escritos, bem como para os registros da história de vida de cada um.

Entre os 12 discípulos de Jesus, houve zelotes. O apóstolo Simão foi descrito como um deles. Entendemos que outros apóstolos, incluindo Pedro antes do apostolado, também nutriam simpatia por esse movimento. Os zelotes eram uma seita judaica radical que acreditava que a dominação romana era uma afronta que não podia ser tolerada, mas, sim, combatida. Eles acreditavam que o Messias seria um guerreiro que expulsaria à espada os romanos da terra prometida e governaria ali eternamente.

O nome “zelote” vem do zelo para com a Torá. Eles levavam a devoção à Palavra de Deus ao extremo e acreditavam que deviam fazer o que fosse necessário para defender sua crença, até mesmo matar pessoas. Eles também questionavam a autoridade de Herodes e eram terminantemente contrários ao pagamento de impostos aos romanos.

Por outro lado, a Bíblia diz que um dos discípulos era servidor público romano, Mateus, cujo trabalho era o de coletor de impostos (Mateus 9.9). O que a ideologia política separa, Cristo Jesus une.

Quando o Senhor Jesus estava para ser preso e ensinava princípios do Reino, chegaram a propor que usassem espadas para defendê-lo (Lucas 22.38), algo que Pedro chegou a fazer (João 18.10), mas Jesus veio para manifestar outro tipo de reino e também outro tipo de guerra.

Pedro demorou para entender de que forma o reino de Jesus seria implementado, mas, quando compreendeu a natureza do Reino de Deus e de fato se converteu, tornando-se também a figura mais importante da Igreja, deixou por escrito textos que demonstravam seu posicionamento social, ético e político.

Em sua primeira carta, Pedro orienta os cristãos a “portar-se com temor durante a jornada terrena” (cf. 1Pedro 1.17). Por mais que reconhecesse e afirmasse que temos uma cidadania maior no céu, Pedro não deixava o cristão se esquecer da jornada terrena que tinha pela frente.

Pedro nos chamou de “pedras vivas na edificação de uma casa espiritual para [sermos] sacerdócio santo, oferecendo sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus” (1Pedro 2.5).

Edificar uma casa espiritual pode ter uma interpretação eterna, mas também uma interpretação terrena, tendo em vista a continuação do texto bíblico, no qual diz que fomos chamados para ser sacerdotes santos que oferecem sacrifícios aceitáveis. No céu, onde está a nossa cidadania eterna, não há necessidade de sacerdotes e sacrifícios. Tanto o sacerdócio quanto o sacrifício são um: Jesus. Portanto, Pedro se refere à nossa cidadania terrena.

A continuação é ainda mais clara:

Amados, insisto em que, como estrangeiros e peregrinos no mundo, vocês se abstenham dos desejos carnaís que guerreiam contra a alma. Vivam entre os pagãos de maneira exemplar para que, mesmo que eles os acusem de praticar o mal, observem as boas obras que vocês praticam e glorifiquem a Deus no dia da intervenção dele. Por causa do Senhor, sujeitem-se a toda autoridade constituída entre os homens; seja ao rei, como

autoridade suprema, seja aos governantes, como por ele enviados para punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem. Pois é da vontade de Deus que, praticando o bem, vocês silenciem a ignorância dos insensatos. Vivam como pessoas livres, mas não usem a liberdade como desculpa para fazer o mal; vivam como servos de Deus. Tratem a todos com o devido respeito: amem os irmãos, temam a Deus e honrem o rei (1Pedro 2.11-17).

Pedro entendia que uma das obrigações do cristão era expressar a cidadania celestial por meio da cidadania terrena. É o que fala quando determina que os cristãos devam estar:

[...] preparados para responder a qualquer que pedir a razão da esperança que há em vocês. Contudo, façam isso com mansidão e respeito, conservando boa consciência, de forma que os que falam maldosamente contra o bom procedimento de vocês, porque estão em Cristo, fiquem envergonhados de suas calúnias (1Pedro 3.15,16).

Da mesma forma, Pedro em sua segunda carta, diz que, ao nos tornarmos participantes “da natureza divina”, ou seja cidadãos celestiais, deveríamos “fugi[r] da corrupção que há no mundo, causada pela cobiça”, na condição de cidadãos terrenos. (2Pedro 1.4).

Pedro também ensinou em suas cartas o que considerava ser fundamental na expressão da cidadania cristã:

Quanto ao mais, tenham todos o mesmo modo de pensar, sejam compassivos, amem-se fraternalmente, sejam misericordiosos e humildes. Não retribuam mal com mal, nem insulto com insulto; ao contrário, bendigam; pois para isso vocês foram chamados, para receberem bênção por herança. Pois “quem quiser amar a vida e ver dias felizes guarde a sua língua do mal e os seus lábios da falsidade. Afaste-se do mal e faça o bem; busque a paz com perseverança (1Pedro 3.8-11).

No capítulo 4, Pedro acrescenta: “Sejam mutuamente hospitaleiros, sem reclamação” (v. 9) também como expressão da cidadania cristã terrena.

Portanto, podemos afirmar que a política de Jesus era visível no ensinamento dos apóstolos: solidariedade e amor ao próximo.

Vemos isso claramente na doutrina de João. O apóstolo do amor ensina que “aquele que afirma que permanece nele [em Jesus] deve andar como ele andou” (1João 2.6). Esta é a maior doutrina pública do cristão: viver neste mundo como Jesus viveu.

Outra vez o apóstolo também fala a respeito: “Se vocês sabem que ele é justo, saibam também que todo aquele que pratica a justiça é nascido dele” (1João 2.29). Expressar a justiça de Jesus em meio à sociedade, que é uma justiça fundamentada em amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos, é afirmar o nosso novo nascimento em Cristo Jesus.

Portanto, um cristão jamais deve ver injustiças ou pessoas sofrendo e não se manifestar ou procurar formas de ajudar; isso o afirmamos sob pena de não estarem vivendo o verdadeiro evangelho, o evangelho do novo nascimento. João ainda diz que “Se alguém tiver recursos materiais e, vendo seu irmão em necessidade, não se compadecer dele, como pode permanecer nele o amor de Deus?” (1João 3.17). O posicionamento do cristão deve ser em busca do bem comum e do bem ao próximo.

Desta forma sabemos quem são os filhos de Deus e quem são os filhos do Diabo: quem não pratica a justiça não procede de Deus, tampouco quem não ama seu irmão. Esta é a mensagem que vocês ouviram desde o princípio: que nos amemos uns aos outros. (1João 3.10,11)

Amados, amemos uns aos outros, pois o amor procede de Deus. Aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus. Quem não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor. (1João 4.7,8)

Já o apóstolo Tiago, irmão terreno de Jesus e líder da Igreja em Jerusalém, uma espécie de sede da igreja primitiva na época, demonstrou

também preocupações sociais como forma de expressar o Reino de Deus no reino terreno: “A religião que Deus, o nosso Pai, aceita como pura e imaculada é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas em suas dificuldades e não se deixar corromper pelo mundo” (Tiago 1.27).

Entendo que o cristão só é adepto da religião verdadeira quando exerce na cidadania terrena a expressão da cidadania celestial, cuidando do próximo e não se corrompendo pelo mundo:

Se vocês de fato obedecerem à lei do Reino encontrada na Escritura que diz: “Ame o seu próximo como a si mesmo”, estarão agindo corretamente. Mas, se tratarem os outros com parcialidade, estarão cometendo pecado e serão condenados pela Lei como transgressores (Tiago 2.8,9).

Tiago é ainda mais veemente em uma parte de sua carta que até hoje gera polêmica:

De que adianta, meus irmãos, alguém dizer que tem fé, se não tem obras? Acaso a fé pode salvá-lo? Se um irmão ou irmã estiver necessitando de roupas e do alimento de cada dia e um de vocês lhe disser: “Vá em paz, aqueça-se e alimente-se até satisfazer-se”, sem, porém, lhe dar nada, de que adianta isso? Assim também a fé, por si só, se não for acompanhada de obras, está morta. Mas alguém dirá: “Você tem fé; eu tenho obras”. Mostre-me a sua fé sem obras, e eu mostrarei a minha fé pelas obras (Tiago 2.14-18).

Tiago ainda vaticina com a autoridade que lhe cabia: “Assim como o corpo sem espírito está morto, também a fé sem obras está morta” (Tiago 2.26).

O autor da carta aos Hebreus também fala dessa importância:

Seja constante o amor fraternal. Não se esqueçam da hospitalidade; foi praticando-a que, sem o saber, alguns acolheram anjos. Lembrem-se dos que estão na prisão, como se aprisionados com eles; dos que estão sendo maltratados, como se vocês mesmos estivessem sendo maltratados (Hebreus 13.1-3).

Não se esqueçam de fazer o bem e de repartir com os outros o que vocês têm, pois de tais sacrifícios Deus se agrada (Hebreus 13.16).

Sobre o último versículo, Calvino explica que “devemos fazer conhecida a generosidade por meio de ações de graças e fazer o bem aos nossos irmãos”. Calvino considera a generosidade “um dos verdadeiros sacrifícios com os quais os verdadeiros cristãos devem comprometer-se”.¹ Mais à frente, veremos as ações e os ensinamentos políticos e sociais de Calvino, bem como de Lutero, Wesley, Armínio e demais reformadores.

O apóstolo Paulo, pelo fato de ter sido o maior escritor do Novo Testamento, talvez seja o que mais ensinamentos proferiu sobre a vida social e política do cristão. Por esse motivo, veremos com mais detalhes sua contribuição nos próximos dois capítulos.

¹ CALVINO, **Hebreus**, p. 380.

O pensamento político de Paulo

O apóstolo Paulo é, sem dúvida, o maior doutrinador do cristianismo, portanto uma figura indispensável para ensinar os princípios e os valores que nortearam e nortearão a Igreja de Cristo. Trata-se do maior escritor de livros do Novo Testamento. Suas cartas, muitas delas escritas na prisão, não só edificaram igrejas na época primitiva, como também até hoje são instrumentos de doutrina, inspiração, filosofia e prática da fé cristã. E assim continuará sendo.

Cada um de seus livros tem riqueza vocabular e de conteúdo, bem como riqueza espiritual. Paulo não era iletrado ou um simples pescador, como alguns discípulos — embora o termo “simples” talvez seja contraditório para se referir à classe dos pescadores, uma vez que se tratava de uma das profissões essenciais mais valorizadas e rentáveis na época do Novo Testamento.

Sobre o apóstolo, N. T. Wright, considerado uma das maiores autoridades mundiais sobre a vida de Paulo, escreveu:

Um homem enérgico e falador, mas pouco atraente e de etnia desprezada ia de cidade em cidade falando sobre o único Deus e seu filho, Jesus, estabelecendo, entre aqueles que aceitavam suas palavras, pequenas comunidades e escrevendo-lhes cartas, cujo material explosivo é tão recente nos dias de hoje quanto no tempo em que foi primeiramente ditado.¹

Seu nome de nascimento era Saulo e ficou conhecido como Saulo de Tarso, por causa da região onde nascera, cidade importante da Cilícia, judeu de nascimento, ou seja, filho de pais judeus, da tribo de Benjamim. Paulo era estudado e um verdadeiro intelectual para o seu tempo; ele se autodenominava “hebreu de hebreus”, atestando seu conhecimento e zelo pelas leis de seu povo.

Estudou nas sinagogas da época, começando a ler as Escrituras antes dos 5 anos. Ainda criança, estudou a *Mishná*, considerada a primeira obra importante do judaísmo rabínico e a mais importante fonte do pensamento judaico. Em sua linguagem, ainda encontramos influências da *Septuaginta*, a Bíblia dos judeus, e também dos escritos helenísticos, daí seu grande entendimento de filosofia e ciências da época.

Quanto à interpretação da Lei, Paulo era fariseu. Os fariseus eram formados por devotos extremistas da Torá. Rivalizavam com os saduceus, menos radicais, na interpretação das leis judaicas e foram ferrenhos críticos, opositores e perseguidores ao cristianismo em seu surgimento.

Provavelmente, antes dos 13 anos, Paulo foi enviado pelos pais, judeus com boa condição financeira, para estudar em Jerusalém, centro cultural e religioso do povo hebreu. Foi quando passou a estudar (e provavelmente morar) com Gamaliel, um dos mais respeitados sábios, também membro do Sinédrio de Jerusalém.

Gamaliel era neto de Hillel, considerado um dos maiores rabinos judeus de todos os tempos, fundador de uma escola que levava seu nome. Gamaliel continuou na direção dessa escola. Em Atos 5, lemos que Gamaliel era um líder “respeitado por todo o povo”. Estudar com Gamaliel e em sua escola era, para os judeus, como estudar nos dias de hoje em Harvard, ou algo parecido.

Com toda a certeza, Paulo se destacou entre os demais estudantes e fariseus, a ponto de permanecer em Jerusalém e não voltar para a terra dos pais, como era costume dos formandos. Estudos indicam que Paulo deve ter sido membro do chamado “Grande Sinédrio”.

Como membro desse Sinédrio, participou da execução do primeiro mártir do cristianismo: Estêvão. Lucas, autor do livro de Atos e discípulo de Paulo, que conhecia bem a biografia do apóstolo, escreveu: “E Saulo estava ali, consentindo na morte de Estêvão” (Atos 8.1).

O próprio apóstolo Paulo, sobre a forma de agir com os cristãos antes de sua conversão, declara:

Vocês ouviram qual foi o meu procedimento no judaísmo, como perseguia com violência a igreja de Deus, procurando destruí-la. No judaísmo, eu superava a maioria dos judeus da minha idade, e era extremamente zeloso das tradições dos meus antepassados (Gálatas 1.13,14).

Saulo assumiu um papel importante na perseguição dos cristãos: “Saulo, por sua vez, devastava a igreja. Indo de casa em casa, arrastava homens e mulheres e os lançava na prisão” (Atos 8.3).

E também:

Enquanto isso, Saulo ainda respirava ameaças de morte contra os discípulos do Senhor. Dirigindo-se ao sumo sacerdote, pediu-lhe cartas para as sinagogas de Damasco, de maneira que, caso encontrasse ali homens ou mulheres que pertencessem ao Caminho, pudesse levá-los presos para Jerusalém (Atos 9.1,2).

No caminho de Damasco, sua vida foi radicalmente transformada ao se encontrar com Cristo Jesus em glória. Deixou de ser Saulo e se autodenominou Paulo, “o pequeno”. A conversão dele foi tão poderosa que logo começou a pregar o evangelho.

Logo começou a pregar nas sinagogas que Jesus é o Filho de Deus. Todos os que o ouviam ficavam perplexos e perguntavam:

“Não é ele o homem que procurava destruir em Jerusalém aqueles que invocam este nome? E não veio para cá justamente para levá-los presos aos chefes dos sacerdotes?” Todavia, Saulo se fortalecia cada vez mais e confundia os judeus que viviam em Damasco, demonstrando que Jesus é o Cristo. (Atos 9.20-22)

Pelo fato de ser um profundo conhecedor das tradições e Escrituras sagradas hebraicas, Paulo tornou-se um grande pregador em Damasco, provando que Jesus era o Messias, confundindo, assim, os mestres da lei. Isso foi considerado perigoso para a religiosidade dominante e para a política vigente, de modo que decidiram matá-lo; por esse motivo, Paulo teve que fugir para Jerusalém.

Em Jerusalém, tentou encontrar-se com os apóstolos de Jesus, mas houve resistência por parte deles, que estavam desconfiados sobre quais seriam as verdadeiras intenções de Paulo. Barnabé intermediou um encontro com eles, e assim Paulo passou a ser integrante do chamado Caminho.

Paulo deve ter sido enviado para sua cidade, Tarso, pelos próprios apóstolos, e ali provavelmente organizou uma igreja e por alguns anos pôde buscar e aprender mais do Espírito Santo.

Quando Barnabé foi enviado para Antioquia pelos apóstolos, resolveu convidar seu amigo Paulo. Ambos ficaram em Antioquia, atual Turquia, por cerca de um ano, edificando a igreja local, que se tornou uma das maiores da chamada Ásia Menor. Em Antioquia, os membros da igreja começaram a ser chamados de cristãos (Atos 11.26). Eles se pareciam tanto com Jesus, no jeito de pensar, agir e falar, que começaram a dizer que se tratava dos “pequenos cristos”.

Certa vez, a igreja de Antioquia recebeu alguns profetas de Jerusalém. Um deles, chamado Ágabo, recebeu a revelação do Espírito Santo de que viria uma grande crise econômica que geraria fome em todo o mundo. Lucas registra que de fato isso aconteceu nos dias do imperador Cláudio. Os

irmãos da igreja local, cada um conforme as suas posses, ajuntaram recursos para enviar aos irmãos da Judeia e ajudá-los nos dias de fome que viriam. Paulo e Barnabé foram escolhidos para levar os recursos.

Essa mesma igreja, ouvindo o Espírito Santo, enviou a dupla para espalhar o evangelho pelo mundo (Atos 13.1-3). Começava a bem-sucedida vida apostólica de Paulo.

O momento marcante na vida de Paulo, e na história do cristianismo, ocorre quando Paulo decide, impulsionado pelo Espírito Santo, concentrar seu ministério entre os chamados “gentios”. Isso aconteceu em uma cidade também chamada Antioquia, mas que, diferente da primeira, localizava-se na região da Pisídia (Atos 13.14).

Tratava-se de algo revolucionário. Os judeus acreditavam que a mensagem do Messias deveria ser restrita ao povo de Israel. Paulo começa a pregar aos gentios, que recebem a mensagem do evangelho com alegria (Atos 13.48).

Derivada do termo latino *gens*, a palavra traduzida cujo significado é “clã”, era usada para identificar os que não eram israelitas, ou seja, aqueles que não eram de descendência judaica. Só se considerava judeu, e isso até os dias de hoje, aquele cujos pais eram judeus, independentemente do local em que tivessem nascido. Os não judeus eram chamados, de forma pejorativa, de gentios pelos judeus, já que estes eram escolhidos por Deus e os demais não.

Durante seu ministério, Paulo levou milhares à conversão do evangelho. Enfrentou lideranças religiosas, autoridades regionais e também romanas. Por isso, foi preso, chicoteado, apedrejado, humilhado e passou por muitos perigos. Veja o relato do próprio Paulo:

Cinco vezes recebi dos judeus trinta e nove açoites. Três vezes fui golpeado com varas, uma vez apedrejado, três vezes sofri

naufrágio, passei uma noite e um dia exposto à fúria do mar. Estive continuamente viajando de uma parte a outra, enfrentei perigos nos rios, perigos de assaltantes, perigos dos meus compatriotas, perigos dos gentios; perigos na cidade, perigos no deserto, perigos no mar e perigos dos falsos irmãos. Trabalhei arduamente; muitas vezes fiquei sem dormir, passei fome e sede, e muitas vezes fiquei em jejum; suportei frio e nudez. Além disso, enfrento diariamente uma pressão interior, a saber, a minha preocupação com todas as igrejas (2Coríntios 11.24-28).

Paulo andou quilômetros a pé para propagar o evangelho. Partindo da Ásia, alcançou a Europa pessoalmente, propagando as boas-novas.

Quando foi preso em Jerusalém, seus acusadores o levaram ao procurador romano da época, Félix, na tentativa de condená-lo à morte. Paulo era cidadão romano, portanto somente a autoridade romana poderia sentenciá-lo.

Os judeus acusaram-no de haver profanado o templo e de ter criado uma revolta civil em Jerusalém (Atos 24.1-9). Félix exigiu mais provas do tribunal em Jerusalém, mas, antes que essas provas chegassem, Félix, provavelmente por ser um governante corrupto, foi substituído por um novo procurador, Pórcio Festo.

Esse novo oficial pediu aos acusadores de Paulo que viessem de novo a Cesareia, onde se localizava a residência de verão dos representantes de Roma. Ao chegarem, Paulo fez valer os direitos que tinha como cidadão romano de apresentar seu caso perante César.

Mesmo não vendo necessidade nem tendo provas contra ele, Festo foi obrigado a cumprir o que a legislação romana determinava e enviou Paulo a Roma, para ser julgado pelo tribunal de César.

Não há registros bíblicos sobre o julgamento de Paulo. A Bíblia relata que o apóstolo ficou pelo menos dois anos em Roma antes de ser julgado,

em uma espécie de prisão domiciliar, e com certa liberdade, onde evidentemente Paulo fazia reuniões e pregava o evangelho.

Apesar da falta de informação bíblica, os registros históricos mostram que o imperador Nero condenou Paulo à morte, por decapitação. Alguns historiadores dizem que Nero pôs em Paulo (e em Pedro) a culpa pelo grande incêndio de Roma, em 64 d.C.

A grande contribuição de Paulo à doutrina cristã foi, sem dúvida, seus escritos. Neles encontramos um Paulo pregador principalmente da graça, mas também transmissor de poderosas mensagens sociais.

Wright escreveu que “para Paulo, o importante não eram ‘almas salvas’ sendo resgatadas do mundo e levadas a um ‘céu’ distante, mas a própria unificação do céu e da terra em um grande ato de renovação cósmica”.²

Paulo acreditava que deveríamos viver da melhor forma possível a vida terrena enquanto a vida celestial não chegasse, construindo uma ponte entre o céu e a terra por meio de Jesus.

Em Romanos, ele denunciou uma sociedade repleta de:

[...] toda sorte de injustiça, maldade, ganância e depravação. Estão cheios de inveja, homicídio, rivalidades, engano e malícia. São bisbilhoteiros, caluniadores, inimigos de Deus, insolentes, arrogantes e presunçosos; inventam maneiras de praticar o mal; desobedecem a seus pais; são insensatos, desleais, sem amor pela família, implacáveis (Romanos 1.29-31).

Também é marcante na mensagem de Paulo a preocupação com a vida civil e seu direito intrínseco. Ele falou muito sobre casamento e os direitos advindos dessa união, bem como da constituição familiar e da criação de filhos (1Coríntios 7; Efésios 5.22-28; Efésios 6.1-4).

Paulo defendeu os homens que foram escolhidos para exercer o ministério em tempo integral. Defendeu o direito de que sustentem sua família e sejam assalariados (1Coríntios 9.4-15; 1Tessalonicenses 5.12,13).

Entretanto, Paulo também tinha uma palavra dura contra os líderes da igreja que se deixavam dominar pela cobiça e que “mercantilizavam” a mensagem do evangelho. Sobre isso, escreveu: “Ao contrário de muitos, não negociamos a palavra de Deus visando a algum lucro” (2Coríntios 2.17a).

A mensagem de Jesus de amor ao próximo era viva em seus escritos. Aos Gálatas, afirma que se esforçava para “[lembrar] dos pobres” (Gálatas 2.10), em uma referência clara a uma atividade solidária com os menos favorecidos. Vejamos outros exemplos:

Ninguém deve buscar o seu próprio bem, mas sim o dos outros (1Coríntios 10.24).

Também eu procuro agradar a todos, de todas as formas. Porque não estou procurando o meu próprio bem, mas o bem de muitos, para que sejam salvos (1Coríntios 10.33).

Nosso desejo não é que outros sejam aliviados enquanto vocês são sobrecarregados, mas que haja igualdade. No presente momento, a fartura de vocês suprirá a necessidade deles, para que, por sua vez, a fartura deles supra a necessidade de vocês. Então haverá igualdade, como está escrito: “Quem tinha recolhido muito não teve demais, e não faltou a quem tinha recolhido pouco” (2Coríntios 8.13-15).

Sejam bondosos e compassivos uns para com os outros, perdoando-se mutuamente, assim como Deus os perdoou em Cristo (Efésios 4.32).

Nada façam por ambição egoísta ou por vaidade, mas humildemente considerem os outros superiores a vocês mesmos. Cada um cuide, não somente dos seus interesses, mas também dos interesses dos outros.

Seja a atitude de vocês a mesma de Cristo Jesus (Filipenses 2.3-5).

Para a vida em sociedade, Paulo desafiava e encorajava os cristãos a serem bons cidadãos: “E não nos cansemos de fazer o bem, pois no tempo próprio colheremos, se não desanimarmos”, escreveu aos gálatas (Gálatas 6.9).

Aos efésios disse: “[...] rogo-lhes que vivam de maneira digna da vocação que receberam. Sejam completamente humildes e dóceis, e sejam pacientes, suportando uns aos outros com amor” (Efésios 4.1,2).

Na carta a Tito, o apóstolo diz:

Ensine os homens mais velhos a serem moderados, dignos de respeito, sensatos e sadios na fé, no amor e na perseverança. Semelhantemente, ensine as mulheres mais velhas a serem reverentes na sua maneira de viver, a não serem caluniadoras nem escravizadas a muito vinho, mas a serem capazes de ensinar o que é bom (Tito 2.2,3).

Ele também instrui: “não caluniem ninguém, sejam pacíficos, amáveis e mostrem sempre verdadeira mansidão para com todos os homens” (Tito 3.2).

Paulo ordenou a Timóteo que a igreja que ele pastoreava cuidasse das viúvas desassistidas, bem como determinou que as que tinham famílias fossem cuidadas por seus parentes (1Timóteo 5.3-10).

Aos donos de escravo, o que era permitido na época, disse: “Vocês, senhores, tratem seus escravos da mesma forma. Não os ameacem, uma vez que vocês sabem que o Senhor deles e de vocês está nos céus, e ele não faz diferença entre as pessoas” (Efésios 6.9). Sua carta a Filemom foi escrita em defesa de um escravo chamado Onésimo.

Paulo também escreveu sobre o respeito e a obediência que o cristão deve ter para com as autoridades civis. Em Tito, determina que devemos ser obedientes às autoridades e estar prontos para fazer o bem (Tito 3.1). Em Timóteo, demonstrou a importância de orarmos pelos nossos governantes, “para que tenhamos uma vida tranquila e pacífica, com toda a piedade e dignidade. Isso é bom e agradável perante Deus, nosso Salvador” (1Timóteo 2.1-3).

Em Romanos, fala sobre o dever de consciência que devemos ter, como cristãos, para com as autoridades naturais constituídas. Paulo entendia que as autoridades haviam recebido de Deus essa função, mesmo que por pouco tempo, e diante de Deus iriam responder pelos seus atos enquanto investidos de autoridade:

Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas. Portanto, aquele que se rebela contra a autoridade está se opondo contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos (Romanos 13.1,2).

Portanto, é necessário que sejamos submissos às autoridades, não apenas por causa da possibilidade de uma punição, mas também por questão de consciência. É por isso também que vocês pagam imposto, pois as autoridades estão a serviço de Deus, sempre dedicadas a esse trabalho (Romanos 13.5,6).

Sobre obedecer às autoridades ou não, tratamos a respeito no capítulo 15, sobre a ética cristã. Por enquanto, é necessário entender que a mensagem de Paulo a respeito das autoridades civis era viva em suas cartas, ensinando a importância de uma vida cidadã íntegra do cristão.

Paulo foi o maior doutrinador da Igreja cristã depois do próprio Senhor Jesus. Portanto, escreveu sobre vários temas. Para N. T. Wright, “é seguro dizer que suas cartas, página por página, geraram mais comentários, mais sermões e seminários, mais monografias e dissertações do que quaisquer outros escritos do mundo antigo”,³ incluindo Aristóteles, Sócrates e Cícero.

No capítulo seguinte, abordaremos sobre o pensamento de Paulo e por que ele considerava que não podemos nos conformar com o nosso tempo.

¹ WRIGHT, **Paulo**, p. 15.

² WRIGHT. **Paulo**, p. 23.

³ WRIGHT. **Paulo**, p. 16.

Paulo e o “Não se amoldem”

A maior carta de Paulo escrita e publicada nas Sagradas Escrituras é a carta aos Romanos. Em Romanos 12.2, encontramos a frase-tema de um cristão diante do seu tempo: “Não se amoldem ao padrão deste mundo”; ou, como dizem algumas versões, “Não vos conformeis com este mundo”.

Paulo faz um chamado para que o cristão seja um inconformado com este século. O chamado é para fugir do padrão, do “modelo” do sistema vigente. Em outras palavras, para que vivamos na contracultura. Trata-se de um chamado radical para permanecermos nas nossas convicções, não permitindo que o mundo as molde.

Somos chamados a ser inconformados.

Quero ajudar o leitor a entender o compromisso bíblico e os compromissos filosófico, prático e espiritual do inconformismo que estão aliados ao primeiro. Não é à toa que, no versículo anterior, Paulo se refere ao “culto racional”:

Portanto, irmãos, rogo pelas misericórdias de Deus que se ofereçam em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus; este é o culto racional de vocês (Romanos 12.1).

“Racional”, no grego original, vem da palavra *logikos*; ou seja, o culto racional a que Paulo se refere em Romanos 12 trata de um culto lógico e ao mesmo tempo espiritual.

O apóstolo estava ensinando que a adoração do cristão a Deus é espiritualmente natural e naturalmente espiritual. Uma questão lógica, segundo Paulo (porque para o apóstolo nada mais lógico do que uma espiritualidade natural), por isso a adoração precisava ser expressa.

O versículo não deixa nenhuma dúvida sobre a que Paulo se referia ao mencionar o corpo como sacrifício “vivo, santo e agradável a Deus”. Adoração expressa! Ser inconformado com o mundo é expressar a nossa adoração de uma forma lógica, natural.

Tiago tinha a convicção, como todos os apóstolos e líderes da igreja primitiva, de que a salvação era exclusivamente pela graça de Deus, por meio da obra de Jesus. O acesso a essa salvação e graça se dá pela fé no Filho de Deus. Mas, debaixo da revelação do Espírito Santo, Tiago afirmou que demonstramos a nossa fé por meio de ações: “De que adianta, meus irmãos, alguém dizer que tem fé, se não tem obras? Acaso a fé pode salvá-lo?” (Tiago 2.14).

Não podemos ter uma fé silenciosa. A nossa fé deve se expressar para que a nossa luz brilhe “diante dos homens, para que vejam as [nossas] boas obras e glorifiquem ao Pai [...], que está nos céus” (Mateus 5.16).

Essas boas obras, ou a luz que deve brilhar diante dos homens, se expressam por meio da prática, do louvor e também de ideias, fundamentadas na lógica do Espírito Santo e expressas na Palavra.

Para C. S. Lewis, “Deus nunca pretendeu fazer do homem uma criatura estritamente espiritual. Esta é a razão pela qual ele usa coisas materiais como o pão e o vinho para transmitir a nova vida”. E mais: “Deus gosta de matéria, foi ele quem a criou”.¹ Sim, o culto só tem sentido se, ao mesmo tempo, ele for racional e espiritual.

Devemos buscar à luz da Bíblia princípios nos quais o cristão deve se basear para apoiar seus valores de inconformado com este mundo. A Bíblia sempre será a minha bússola de vida, a minha maior fonte de inspiração, o meu livro-guia, o meu código de conduta e valores. Ela é o fundamento do que acredito e defendo.

Aos inconformados, cabe fazer um alerta: Não será fácil. Aliás, nunca foi fácil “remar contra a maré”. Desde os primórdios da humanidade, os da contracultura sofrem para manter firme seus valores e principalmente para difundi-los. Não porque seus valores e princípios os façam sofrer; pelo contrário, são eles que os mantêm livres. Mas porque o mundo e a cultura vigente resistem a serem contraditados.

Jesus falou a respeito disso aos discípulos. Deus alertou os profetas sobre isso. O próprio Cristo foi condenado injustamente, mesmo sendo justo, porque vivia na contramão do sistema romano e judaico.

O evangelho de Cristo Jesus é essencialmente contra o sistema. Quando o mundo ordena ser forte, o evangelho ordena ser fraco. Quando o mundo diz para ser fraco, o evangelho manda ser forte. Quando o mundo ordena bater, o evangelho diz para se acalmar. Quando o mundo manda se acalmar, o evangelho orienta a se revoltar. Trata-se de uma guerra interior, dentro de cada homem, e exterior, já que luta com a sua humanidade. Tem sido assim no decorrer de anos e décadas por mais de dois mil anos. Será assim até o final dos tempos.

O evangelho de Cristo Jesus sempre nos mandará confrontar o mundo que há no nosso interior e o mundo que nos circunda exteriormente. Tiago diz: “Quem quer ser amigo do mundo faz-se inimigo de Deus” (Tiago 4.4).

O apóstolo João nos alerta em sua primeira epístola: “[...] o mundo todo está sob o poder do Maligno” (1João 5.19). Segundo João, estamos

enfrentando aqueles que se acham donos do mundo. Não deixa de ser uma verdade, porque o reino da maldade sempre quis vencer o homem. A luta do bem contra o mal não é a luta de Deus contra o Diabo, uma vez que essa luta já aconteceu e Deus saiu vencedor: o Diabo, ao ser vencido, foi lançado na terra.

Quando Deus criou o homem, ele o criou com objetivos bem definidos: com o propósito de dominar, multiplicar, cuidar da terra e com o propósito de o homem ser à imagem e semelhança dele. Ser à imagem e semelhança de Deus foi algo que Satanás almejou, mas não conseguiu, e foi exatamente isso que Deus concedeu em sua graça ao homem.

Desde então, Satanás guerreia pelo domínio contra aqueles que receberam de Deus a designação de criaturas à sua imagem e semelhança. Começou no jardim do Éden, onde o mal se consagrou campeão por meio do pecado e continuou no decorrer da História, lutando contra inconformados como José, Samuel e Daniel.

Foi quando Jesus determinou uma nova história. Inconformado com o reinado do pecado sobre seus “semelhantes”, o Filho desceu e estabeleceu um novo marco, uma nova aliança. Ao morrer, foi contra a vida. Ao ressuscitar, venceu a morte. Ao subir aos céus, estabeleceu uma nova vida por meio de sua graça e da ação do Espírito Santo.

A guerra entre o bem e o mal, entre o homem criatura e a criatura que se tornou a personificação do mal — Satanás —, e os demais seres caídos, continuou e continua, mas agora com base em outros padrões e aspectos. O balizamento foi Jesus. Ele estabeleceu novos padrões de inconformismo.

Isso é fé. E essa fé estabelece todo o conjunto de crenças. Sou um cristão convicto. Por essa fé vivo, prego e me movo. Nessa fé estou estabelecido.

Tomás de Aquino ensinou que “é muito mais grave corromper a fé, da qual vem a vida da alma, que falsificar dinheiro, pelo qual a vida temporal é sustentada”.² Aquino sabia que só uma fé bem firmada, incorruptível, poderia se opor ao sistema mundano, representado pelo dinheiro, no qual o sistema se sustenta. Outra vez, escrevendo sobre fé, também disse que “para que alguém tenha fé, nenhuma explicação é necessária”.³ A fé por si só se explica.

Mas o sistema não aceita a fé. Continuemos a estudar as palavras de João:

Sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não está no pecado; aquele que nasceu de Deus o protege, e o Maligno não o atinge. Sabemos que somos de Deus e que o mundo todo está sob o poder do Maligno (1João 5.18,19).

Ser de Deus, ou seja, ter a fé firme em Deus, em seus valores e princípios imutáveis, é o que impede que o sistema maligno contamine as ideias do cristão, ou que lhe engane a mente, ou que o toque de alguma forma.

O enfrentamento se dá pelo domínio. Quem domina não quer abrir mão de seu domínio, principalmente do que se conquistou por falha do adversário. O homem perdeu o domínio dado por Deus por causa do pecado, mas por meio de Jesus obteve vitória sobre o erro e o pecado, e assim estabeleceu novos padrões de batalha expressos em novos valores e princípios.

O que nos move? O que move um inconformado? Ao discursar no Areópago em Atenas, Paulo disse:

“Deus fez isso para que os homens o buscassem e talvez, tateando, pudessem encontrá-lo, embora não esteja longe de cada um de nós. ‘Pois nele vivemos, nos movemos e existimos’, como disseram alguns dos poetas de vocês: ‘Também somos descendência dele’. Assim, visto que somos descendência de Deus, não devemos pensar que a Divindade é semelhante a uma escultura de ouro,

prata ou pedra, feita pela arte e imaginação do homem” (Atos 17.27-29).

O Areópago era uma espécie de tribunal em Atenas, situado no monte de Marte (colina de Ares), em frente à famosa Acrópole. Nesse tribunal, se reunia um grupo seletivo de atenienses, chamados de “areopagitas”, onde julgavam, ao ar livre, assuntos relacionados a ciência, educação e religião, à luz da filosofia grega. O grupo tinha a fama de primar pela justiça em seus julgamentos.

A Bíblia relata que Paulo, ao chegar a Atenas, famosa por seus estudos e arte, se revoltou por causa da grande idolatria que havia naquele lugar. Pregava aos judeus da cidade, mas também aos gregos. E com isso discutia filosofia com os filósofos epicuristas e estoicos (Atos 17.18).

Os epicuristas seguiam os ensinamentos de Epicuro de Samos, que pregava a procura dos prazeres de forma moderada, a fim de atingir a paz de espírito e, com isso, a libertação dos medos e das dores do mundo. Para Epicuro, o prazer não é um mal em si; mas certos prazeres trazem mais dor do que felicidade.

Já os estoicos seguiam a escola fundada por Zenão de Cítio, que, na época de Paulo, era a crença filosófica predominante. Com muitas ideias dos “cínicos” (outra corrente filosófica), ensinavam certa forma religiosa segundo a qual o ser humano só atinge a plenitude da felicidade quando abandona todas as paixões terrenas, suas vontades, contrariedades e o próprio destino. Diferenciavam-se dos epicuristas por entender que era a virtude que constituía o bem supremo, não o prazer.

Provavelmente, guiado pelos famosos filósofos membros daquela assembleia, Paulo fez seu famoso discurso a respeito do “Deus desconhecido”, reverenciado pelos atenienses. Em meio a epicuristas e estoicos, Paulo fala sobre o que lhe dava mais prazer, virtude e destino.

Paulo lança aos filósofos a moral divina que o guiava. Nela, ele vivia, se movia e existia. Pregou um Deus que não era feito por mãos humanas, “semelhante a uma escultura de ouro, prata ou pedra, feita pela arte e imaginação do homem”, mas criou a humanidade por completo. Um Deus que não podia ser detido ou guiado, pois ele é tudo! Mesmo “tateando”, o homem “poderia encontrá-lo”.

Por Deus e sua moral é que Paulo vivia. Eis a moral absoluta de um inconformado segundo a ótica de Paulo: Deus! Eis a moral que nos move, foi o que Paulo demonstrou debatendo com os grandes filósofos atenienses da época e diante de seu tribunal filosófico. Deus resume tudo. Deus em tudo.

O que move uma sociedade, um país, uma família, uma vida é Deus e sua moral. Alvin Plantinga, filósofo cristão mundialmente conhecido, em famoso artigo, resumia seus conselhos no que ele chamou de “duas sugestões interligadas junto de uma explicação”. Primeiro, os crentes em Deus “devem demonstrar mais autonomia e mais independência do resto do mundo filosófico”. Segundo, “filósofos cristãos devem mostrar integridade — integridade no sentido original da palavra, ser um inteiro”. Para as duas sugestões, segundo Plantinga, é necessário ter “coragem cristã, ou ousadia, ou força, ou talvez autoconfiança cristã. Nós, filósofos cristãos, devemos mostrar mais fé, mais confiança no Senhor; nós devemos vestir toda a armadura de Deus”.⁴

Sirvo-me do conselho de Plantinga e do discurso de Paulo para afirmar: pelo que “vivemos, nos movemos e existimos”, portanto devemos ser autônomos e independentes das filosofias ateias, demonstrando integridade com a moral que elegemos, e de forma integral viver com coragem, ousadia, força e autoconfiança, perseverando até o fim!

Jamais devemos nos envergonhar ou nos esconder ou aquietar. Devemos expressar a fé, lutar e defendê-la. Acima de tudo, devemos viver demonstrando primeiramente em nós mesmos os frutos.

No livro *Em seus passos o que faria Jesus?*, Charles M. Sheldon conta a história de alguns membros de uma igreja pastoreada pelo reverendo Henry Maxwell da cidade de Raymond. Em um sermão, o reverendo Maxwell desafia a igreja a se questionar dia a dia com a frase que leva o título do livro, para assim impactar vidas, famílias, bem como a sociedade.

Eis uma pergunta que os inconformados devem sempre fazer: O que faria Jesus diante de tudo isso que estamos vivendo? Sim, essa é a revolução que estou propondo — espelhar-me nele.

Veremos adiante sobre como pôr essa moral em prática nos dias de hoje. Como de fato viver, mover e existir com base nesses valores e princípios.

Chama a atenção no conceito dos “sete montes”, que mencionei no início do livro, que a mesma mensagem tem sido pregada por vários pregadores em todo o mundo. Lugares nos quais é necessário que os inconformados ajam, influenciem, dominem e exerçam seu chamado para com a sociedade, na qual há o ataque de inúmeros movimentos seculares que tentam, de todas as formas, banir o pensamento cristão. A nossa moral absoluta: Deus.

Nunca o conceito original de família e lar foi tão atacado e desprezado. Nunca a religiosidade e a fé das pessoas, sobretudo dos cristãos, foram tão violentadas. Da mesma forma acontece com a educação ideológica, a política cada vez mais corrompida, a mídia sem valores e contra as virtudes, as artes e a economia. Áreas essas que, ao longo de muitos anos, foram desprezadas equivocadamente pelos cristãos, que acreditavam em uma ação estritamente espiritual ou até mesmo da consumação dos tempos com a

volta de Jesus. Contudo, não há avivamento sem ação prática, sem impactar a geografia e a sociedade, como não há fé sem obras. Sem elas, a fé é morta!

O profeta Isaías decretou:

Nos últimos dias o monte do templo do SENHOR será estabelecido como o principal; será elevado acima das colinas, e todas as nações correrão para ele.

Virão muitos povos e dirão: "Venham, subamos ao monte do SENHOR, ao templo do Deus de Jacó, para que ele nos ensine os seus caminhos, e assim andemos em suas veredas". Pois a lei sairá de Sião, de Jerusalém virá a palavra do SENHOR (Isaías 2.2,3).

Os inconformados precisam entender e se apropriar desta palavra: o monte do templo do Senhor será estabelecido como o principal nos últimos dias. Como agentes desse "monte do templo", devemos ser usados e ousados para quando esse momento ímpar chegar.

Portanto, uma coisa é básica e importante: preparo! O inconformado precisa estar preparado; com o espírito inabalável e o intelecto fortalecido. É necessário muito estudo, capacitação, busca de sabedoria. Veja alguns conselhos de Salomão no livro de Provérbios:

Como é feliz o homem que acha a sabedoria, o homem que obtém entendimento (Provérbios 3.13).

O conselho da sabedoria é: Procure obter sabedoria; use tudo o que você possui para adquirir entendimento (Provérbios 4.7).

Compre a verdade e não abra mão dela, tampouco da sabedoria, da disciplina e do discernimento (Provérbios 23.23).

Só estaremos em lugares altos, influenciando as regiões de influência da sociedade, com muito estudo e preparo. Sócrates dizia que o homem, para ser completo, precisa trabalhar, estudar e lutar. São três coisas intrínsecas: estude, trabalhe, lute para poder conquistar as regiões de influência.

O maior exemplo brasileiro são os concursos públicos. Algumas das profissões de maior influência social no Brasil são conquistadas por meio de concursos, como magistratura, promotoria de justiça e magistério em faculdades públicas. Para passar em um concurso, é necessário o óbvio: muita dedicação ao estudo ou adquirir conhecimento, para usar as palavras de Salomão.

Os “inconformados” com este mundo precisam investir nos estudos naturais. Veja os homens que influenciaram suas próprias gerações na Bíblia: Moisés, antes de ser o primeiro governante do povo de Israel após o tempo dos patriarcas, foi “educado em toda a sabedoria dos egípcios e veio a ser poderoso em palavras e obras” (Atos 7.22). Naquela época, não havia civilização mais avançada do que a egípcia. Como “neto” do faraó, Moisés teve acesso ao que havia de melhor para adquirir conhecimento em seu tempo. Anteriormente a ele, José, antes de se tornar uma espécie de primeiro-ministro do Egito, ficou um tempo na casa de Potifar, comandante do exército, onde aprendeu a administrar, pois ele confiara a José toda a sua imensa renda.

Com Daniel não foi diferente; o rei babilônio determinou que, entre os hebreus que haviam sido conquistados, seus servos deveriam recrutar jovens “cultos, inteligentes, que dominassem os vários campos do conhecimento e fossem capacitados para servir no palácio do rei. Ele deveria ensinar-lhes a língua e a literatura dos babilônios” (Daniel 1.4). A literatura babilônica, sem dúvida, era o que havia de melhor em seu tempo.

Somente por meio da aquisição do conhecimento é que as pessoas espirituais alcançam influência natural. A influência espiritual se alcança na esfera espiritual; no entanto, a influência natural por meio da fé se expressa de forma natural.

Precisamos entender que, quando valorizamos alguém, é preciso atribuir grande valor às “coisas” dessa pessoa. Não é possível atribuir a Deus o motivo da nossa existência, vivência e movimento se não atribuirmos o mesmo valor ao que ele valoriza.

É preciso entender isso antes de passarmos a enfrentar o mundo e suas convicções. Não se pode ir para um combate de ideias e convicções sem raízes profundas. Foi o que Jesus ensinou na parábola do semeador. Sem raízes profundas, seremos queimados pelo sol da cultura dominante e sufocante (Mateus 13.19-23).

Penso ser de grande estima e valor para Deus duas coisas fundamentais: sua Palavra e a Igreja.

Baseado na revelação divina que temos no Novo Testamento. Por meio da graça é que me aproximo com coragem do trono da graça, mas, ao falar da Palavra de Deus, ou seja, a Bíblia, e sobre a Igreja de Cristo Jesus, me refiro evidentemente ao óbvio.

A Bíblia é a Palavra de Deus. Tal verdade deve nortear o coração dos não conformistas com este tempo e vai contra a cultura dominante. Compreender e aceitar isso é predominante na carreira de qualquer cristão.

Sobre a Bíblia, levemos em consideração sua história. Escrita por escritores seletos ao longo de séculos, embora inspirados pelo Espírito Santo, a Bíblia sobrevive há séculos com praticamente o mesmo texto, sendo a mais importante fonte cultural, histórica e filosófica da humanidade. É possível encontrar a Bíblia, completa ou em porções, em mais de 2.500 línguas. É o livro mais lido do mundo.

A Bíblia, porém, vai além da importância histórica. Como mencionado, para o inconformado a Bíblia é a Palavra de Deus revelada ao homem. Se é a Palavra de Deus, é onde encontramos valores, pensamentos e essência. O

arqueólogo Werner Keller, em seu famoso livro *E a Bíblia tinha razão*, fala com propriedade:

Nenhum dos livros de história da humanidade jamais produziu um efeito tão revolucionário, exerceu uma influência tão decisiva no desenvolvimento de todo o mundo ocidental e teve uma difusão tão universal como o “Livro dos livros”.⁵

Contudo, a mentalidade dominante, mesmo sendo a minoria, desde que esteja nos lugares estratégicos da sociedade, combate a Bíblia como verdade absoluta, chegando a menosprezá-la. Como “toda tentativa para menosprezar a Bíblia é um crime contra a humanidade”⁶ segundo Kant, os inconformados precisam ser revestidos dela, não defendê-la, pois ela não precisa de defesa, mas ser usada.

Também é de fundamental importância a Igreja. Não apenas no sentido de ser um corpo local que se reúne e congrega, como também o conjunto que representa a Igreja de Jesus como um todo. Falo da instituição natural, *ekklesia*, estrutural, mas falo também da estrutura espiritual edificada que Paulo menciona.

Os aspectos de congregar e defender a Igreja são fundamentais na vida de um inconformado. Sem isso, não há abastecimento da graça ou o fortalecimento da fé. Na Igreja, e por meio dela, é que o Espírito Santo é ministrado, pois ela é o corpo pelo qual o Espírito Santo se movimenta.

Entenda: você não terá valores e conceitos suficientes para enfrentar o mundo e o mundano se a sua vida não tiver como fundamento o que Deus considera de grande valor: a Bíblia e a Igreja.

Os conceitos básicos de uma fé enraizada são ministrados e conhecidos por meio da Bíblia e da Igreja; conceitos como fé, graça, unção, sabedoria e o próprio evangelho de Cristo Jesus, os quais formam a base para qualquer vida realmente vitoriosa. Paulo em sua carta aos Efésios fala sobre o tema:

Portanto, vocês já não são estrangeiros nem forasteiros, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, tendo Jesus Cristo como pedra angular, no qual todo o edifício é ajustado e cresce para tornar-se um santuário santo no Senhor. Nele vocês também estão sendo edificados juntos, para se tornarem morada de Deus por seu Espírito (Efésios 2.19-22).

Paulo chama os membros da Igreja de “membros da família de Deus” e “concidadãos dos santos”. Nessa família, somos edificados com o fundamento dos apóstolos e profetas — a Bíblia — e somos ajustados de tal forma que vamos crescendo e nos tornando santuário santo no Senhor e morada de Deus por seu Espírito, tendo Jesus como a nossa pedra angular. Esse é o caminho!

O autor de Hebreus enfaticamente ensina que não devemos deixar de nos reunir como igreja, segundo o costume de alguns (cf. Hebreus 10.25a). Tal ajuntamento serve-nos de encorajamento segundo Paulo. Coragem é algo de que o inconformado precisa. Coragem com fundamentos. Depois de entendermos na prática esses divinos valores, seremos capazes de agir com proveito.

¹ LEWIS. **Cristianismo puro e simples**.

² TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**, V, artigo III.

³ Ibidem.

⁴ PLANTINGA, Alvin. **Conselhos aos filósofos cristãos**, 1984.

⁵ KELLER, Werner. **E a Bíblia tinha razão**. São Paulo: Melhoramentos, 1995. p. 5.

⁶ KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**.

O Jesus “político”

Não se pode resumir a pessoa de Jesus por meio de nenhum dos matizes ideológicos e políticos existentes. Todas as tentativas de tentar fazê-lo serão um fracasso. Jesus, o autor da vida, está acima de qualquer definição ou subgrupos. Ele é o todo. Todas as coisas foram criadas por meio dele, e para ele todas as coisas existem e foram criadas. Portanto, Jesus não é de esquerda, nem de direita, muito menos de centro. Jesus é Jesus.

No entanto, na pessoa de Jesus, conforme registro nos Evangelhos bíblicos, encontramos o nosso grande exemplo de vida, de moral e costume e objeto de adoração e subserviência. Jesus é o exemplo para toda a humanidade, e isso inclui o homem público. Jesus é o maior exemplo de como viver da melhor forma possível na nossa peregrinação terrena.

Como Churchill, afirmamos que Jesus é o maior exemplo de cidadão e integridade. Mesmo aqueles que não professam a fé cristã podem encontrar em Jesus seu maior exemplo. Caso assim o façam, não serão religiosos no sentido bíblico, mas bons cidadãos.

Augusto Cury, psiquiatra, escritor mundialmente conhecido e grande estudioso sobre a vida terrena de Jesus, escreveu vários livros e teses a esse respeito. Em sua obra *O Mestre dos mestres*, a respeito de Jesus, ele diz:

Cristo tinha conhecimento da miséria social do ser humano e da ansiedade que estava na base da sua sobrevivência. Queria mesmo aliviar essa carga de ansiedade e tensão que carregamos em nossa trajetória de vida. Embora tivesse plena consciência da

angústia social e do autoritarismo político que as pessoas viviam em sua época, ele detectava uma miséria mais profunda do que a sociopolítica, uma miséria presente no íntimo do ser humano e fonte de todas as outras misérias e injustiças humanas.¹

Apesar de Cury entender que “sua revolução não era política, mas íntima, clandestina”, defende que Jesus “abalaria qualquer sistema político sob o qual tivesse vivido”.

Ele acrescenta:

O fato de Cristo procurar se isolar toda vez que era muito assediado, de ser muito sensível às misérias físicas e psíquicas, de estar sempre procurando aliviar a dor do outro, de tocar profundamente nos sentimentos humanos e de não fazer acordos com qualquer tipo de político já causaria incômodo a qualquer governo que, por mais democrático que fosse, tivesse conchavos nos seus bastidores. Para alguns políticos, ele seria condenado por pôr em risco o regime; para outros, por representar uma ameaça aos ganhos secundários do poder. Cristo abalaria qualquer governo em qualquer época em que vivesse. Seu desejo de libertar o ser humano dentro de si mesmo e sua revolução interior não seriam compreendidos por nenhum sistema político.²

É fato afirmar que o homem Jesus é a pessoa mais importante que já andou pela terra em toda a história da humanidade. Adorado pelos cristãos, respeitado pelos judeus, reverenciado como profeta pelos muçulmanos, citado como exemplo na maioria das religiões orientais, sua importância é atemporal. Até o tempo histórico foi dividido segundo seu nascimento: a.C., antes de Cristo; d.C., depois de Cristo.

O seguidor de Jesus que deseja ocupar um cargo público precisa ser uma expressão do caráter, da justiça e da motivação de seu Mestre. Nas palavras do próprio Jesus,

“O discípulo não está acima do seu mestre, nem o servo acima do seu senhor. Basta ao discípulo ser como o seu mestre, e ao servo, como o seu senhor” (Mateus 10.24,25a).

O fato de a política israelita se confundir com a religião judaica — o que continua até hoje — nos mostra que seu eixo era a pessoa do Messias: a chegada deste, as profecias que o cercavam de forma mística ou a crença de um libertador guerreiro que agiria e governaria sendo Deus na terra. Portanto, toda a vida de Jesus teve fortes conotações políticas, mesmo não sendo esse seu principal objetivo (o principal objetivo era salvar e redimir o homem do pecado e do salário do pecado, a morte).

No livro *O Reino inabalável*, meu grande amigo Teófilo Hayashi escreveu: “Jesus quebrava os moldes, desafiava os rótulos e ofendia os preconceitos religiosos com sua mensagem”.³ Para Hayashi, as palavras do Mestre “escandalizavam os acadêmicos e religiosos da época”, o que indica que Jesus era um ser político e único.

Quando nasceu, Jesus foi adorado como o novo rei pelos pastores que guardavam os rebanhos. Aos 8 dias de nascimento, como dita a tradição judaica, foi levado ao templo para ser circuncidado e apresentado. Ao chegarem dois profetas idosos, Ana e Simeão, reconhecendo que aquele bebê tratava-se do Messias, anunciaram sua vinda aos que estavam perto.

Logo depois, alguns magos do Oriente, homens sábios, ricos e instruídos (a Bíblia não os chama de reis, nem diz que eram três), ao “consultar os astros” e os ensinamentos antigos, saíram de longe para reverenciar o “novo rei dos judeus”, levando consigo substâncias de presentes que representavam governo: ouro, incenso e mirra.

Os pais terrenos de Jesus tiveram que fugir da fúria de um ciumento e amedrontado Herodes (Herodes, o Grande, primeiro da dinastia), que determinou a morte das crianças nascidas no mesmo período. Após a morte deste, a família voltou do Egito e se estabeleceu em Nazaré, na região da Galileia.

Praticamente não há registro da infância e juventude de Jesus, com exceção da passagem descrita no evangelho de Lucas, que narra que aos 12 anos, em uma das subidas anuais que Jesus fazia com sua família natural a Jerusalém, se afastou deles por três dias. Seus pais o encontraram no meio dos doutores e estudiosos da Lei, debatendo com eles. Todos ficaram admirados com sua capacidade comunicativa, bem como com seu conhecimento muito superior para a sua idade. Jesus ainda criança já conhecia e debatia com autoridade as leis que regiam a religião judaica e a Judeia. Além disso, ao responder a seus pais aflitos, Jesus afirma que “estava cuidando dos negócios do Pai”. Jesus sabia quem era!

Seu ministério público iniciou-se quando tinha aproximadamente 30 anos de idade. Veio a ser batizado por seu primo de segundo grau João Batista. Em seguida, foi ao deserto, onde em jejum buscava a Deus Pai. Ali foi tentado por Satanás.

Na tentação de Jesus, encontramos dois aspectos importantes sobre seu caráter e que devem estar no coração do homem público cristão: a) Jesus não aceitou a proposta do Diabo para reconquistar o reino da terra e b) considerou que a Palavra de Deus é tão importante para o sustento do homem como a comida. Ao resistir a Satanás, deixou claro que o poder se recebe segundo a vontade de Deus, não negociando com o Maligno.

Em Mateus 5—7, encontramos o Sermão do Monte, mencionado no início deste livro. Mas aqui queremos destacar o fato de que esse sermão, ou pregação de Jesus, trata de um conjunto de princípios e condutas éticas essenciais.

Sua mensagem de bem-aventuranças vai ao encontro de corações sofridos e machucados, mas também de uma sociedade ferida:

“Bem-aventurados os pobres em espírito,
pois deles é o Reino dos céus.

Bem-aventurados os que choram,
pois serão consolados.
Bem-aventurados os humildes,
pois eles receberão a terra por herança.
Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça,
pois serão satisfeitos.
Bem-aventurados os misericordiosos,
pois obterão misericórdia.
Bem-aventurados os puros de coração,
pois verão a Deus.
Bem-aventurados os pacificadores,
pois serão chamados filhos de Deus.
Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça,
pois deles é o Reino dos céus.
Bem-aventurados serão vocês quando, por minha causa, os insultarem, os perseguirem e levantarem todo tipo de calúnia contra vocês. Alegrem-se e regozijem-se, porque grande é a sua recompensa nos céus, pois da mesma forma perseguiram os profetas que viveram antes de vocês” (Mateus 5.3-12).

Jesus fez um apelo à justiça, ao afirmar que, aos cristãos verdadeiros, esta deveria ser “muito superior à dos fariseus e mestres da lei”, para entrarem no Reino dos céus.

Aliás, a crítica social a esse grupo específico de religiosos e políticos que dominavam a vida pública judaica sempre esteve presente no ministério de Jesus. Em Mateus 16, há o registro de uma conversa de Jesus com os discípulos em que ele diz que deveriam ter “cuidado com o fermento dos fariseus e dos saduceus” (v. 6). Jesus falava sobre os ensinamentos desses dois grupos (v. 12) e que seus discípulos deveriam rejeitá-los.

Os fariseus e os saduceus eram os dois grupos políticos religiosos antagônicos e dominantes da região, mas juntos mantinham o sistema. Os fariseus, cujo significado é “segregados” ou “separados”, eram extremamente devotos da Torá, mas também criavam leis específicas com base nas interpretações das leis mosaicas, o que chamavam de lei oral, que foram

instituídas nas sinagogas. Os fariseus se tornaram precursores do judaísmo rabínico.

Em suas interpretações, aceitavam os livros do Antigo Testamento como Escrituras sagradas. Consideravam a soberania de Deus nos decretos divinos, a responsabilidade moral do homem, a imortalidade da alma, a existência dos espíritos e a ressurreição do corpo. Eles também acreditavam na doutrina da retribuição dos pecados e dos erros, tanto em vida quanto nas gerações futuras. Também consideravam a importância do dízimo e a observância das leis sabáticas de forma rígida. A Bíblia diz que Saulo, antes de ser Paulo, em suas próprias palavras se definiu como um deles: “[...] como fariseu, vivi de acordo com a seita mais severa da nossa religião” (Atos 26.5). Ainda podemos afirmar que Nicodemos, Gamaliel, Anás e Caifás eram desse partido.

Seus adversários mais expressivos, os saduceus, discordavam veementemente da forma doutrinária e jurídica dos fariseus. Limitavam seus credos aos textos escritos na Torá (os cinco primeiros livros da Bíblia) e não aceitavam nada além desses livros como Palavra de Deus. Não criam, por exemplo, na ressurreição dos mortos, em espíritos ou anjos e negavam a existência da alma. Não há registros de personagens bíblicas que tenham sido saduceus, apesar de haver registros na história do povo judeu de outros homens.

A rivalidade dos dois grupos era tanta que Paulo, ao ser julgado e maltratado pelo Sinédrio quando preso por eles, de forma inteligente criou uma confusão entre os dois grupos:

Então Paulo, sabendo que alguns deles eram saduceus e os outros fariseus, bradou no Sinédrio: “Irmãos, sou fariseu, filho de fariseu. Estou sendo julgado por causa da minha esperança na ressurreição dos mortos!” Dizendo isso, surgiu uma violenta discussão entre os fariseus e os saduceus, e a assembleia ficou

dividida. (Os saduceus dizem que não há ressurreição nem anjos nem espíritos, mas os fariseus admitem todas essas coisas.) Houve um grande alvoroço, e alguns dos mestres da lei que eram fariseus se levantaram e começaram a discutir intensamente, dizendo: "Não encontramos nada de errado neste homem. Quem sabe se algum espírito ou anjo falou com ele?" A discussão tornou-se tão violenta que o comandante teve medo de que Paulo fosse despedaçado por eles. Então ordenou que as tropas descessem e o retirassem à força do meio deles, levando-o para a fortaleza (Atos 23.6-10).

Esses grupos se opunham a Jesus, e Jesus se opunha a eles. Reiteradamente, demonstravam a hipocrisia, a falta de temor a Deus, mesmo quando achavam estar a serviço dele. O Mestre chegou a chamá-los de "raça de víboras" e "sepulcros caiados". Segundo a Bíblia, um dos motivos humanos que os levou a entregar Jesus à morte foi a inveja.

No Sermão do Monte, Jesus elevou a santidade social e moral a outros patamares. Temas como adultério, divórcio, juramentos, solidariedade, amor ao próximo, acúmulo de riquezas, oração e falsa religiosidade foram expostos em seu discurso mais famoso.

Jesus rompe as tradições culturais e religiosas ao dar atenção a mulheres, ao ministrar cura aos doentes, sobretudo aos leprosos, parálíticos e cegos que eram tidos como imundos e pecadores, por isso mesmo rejeitados e relegados à indigência, e também quando curava estrangeiros e atendia oficiais romanos. Jesus rompeu a tradição sabática ao curar doentes no sábado.

Jesus pregava tanto para os pobres quanto para os ricos. Sua mensagem de salvação era para todos. Seu repertório atendia desde os mais ferrenhos adversários de Roma aos líderes de sinagogas. Dos mais pobres aos cobradores de impostos.

Sua mensagem principal era sobre seu Reino. Ao enviar os discípulos às cidades da Galileia, disse: "Por onde forem, puguem esta mensagem: O

Reino dos céus está próximo” (Mateus 10.7).

Na famosa oração do Pai-nosso, declarou: “Venha o teu Reino; seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu” (Mateus 6.10). Um Reino que deveríamos buscar com prioridade máxima, bem como a justiça desse Reino:

“Busquem, pois, em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas serão acrescentadas a vocês” (Mateus 6.33).

Um Reino cuja entrada era marcada pelo novo nascimento a fim de que pudesse ser alcançado (cf. João 3.3). Um Reino que não vem de modo visível, porque o Reino de Deus está no meio de nós (cf. Lucas 17.20,21). Um Reino de “justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Romanos 14.17). Um Reino do qual para os amantes do dinheiro seria difícil ou quase impossível fazer parte (Marcos 10.22,23).

Somente a menção de um reino, mesmo que espiritual (João 18.36), já era uma afronta política aos detentores do poder na época. Ao contar certa parábola, Jesus deixou transparecer que seu Reino afrontava os reinos naturais: “[...] o Reino dos céus é como um rei que desejava acertar contas com seus servos” (Mateus 18.23).

Ao responder sobre seu Reino a Pilatos, Jesus registra sua missão institucional como dono do Reino:

Disse Jesus: “O meu Reino não é deste mundo. Se fosse, os meus servos lutariam para impedir que os judeus me prendessem. Mas agora o meu Reino não é daqui”. “Então, você é rei!”, disse Pilatos. Jesus respondeu: “Tu dizes que sou rei. De fato, por esta razão nasci e para isto vim ao mundo: para testemunhar da verdade. Todos os que são da verdade me ouvem” (João 18.36,37).

A missão de Jesus era testemunhar a verdade do Reino de que ele era Rei! Um Reino cujas chaves foram dadas à Igreja, que foi comissionada para

agir poderosamente na terra: “Eu darei a você as chaves do Reino dos céus; o que você ligar na terra terá sido ligado nos céus, e o que você desligar na terra terá sido desligado nos céus” (Mateus 16.19).

Jesus denunciou o que considerava errado na sociedade em que vivia, chamando seus líderes e religiosos de “uma geração perversa e adúltera” (Mateus 12.39). Diante de uma mulher flagrada em adultério, ele a defendeu, não desprezando o peso do pecado, mas denunciando seus acusadores, com uma sagacidade incrível: “Se algum de vocês estiver sem pecado, seja o primeiro a atirar pedra nela” (João 8. 7b).

Diante de uma multidão de mais de 5 mil pessoas, foi instigado pelos discípulos para que os liberasse a fim de que pudessem ir a vilas e povoados próximos adquirir comida. Jesus respondeu que os próprios discípulos deveriam alimentar as pessoas. Sob os cuidados dos discípulos, só havia cinco pães e dois peixes, mas Jesus multiplicou os alimentos e saciou aquela multidão (Marcos 6.30-44).

Com isso, ensinou um princípio: seus discípulos devem estar sempre preparados para alimentar as multidões, sejam quais forem as necessidades que tenham, e que ele usa o que os discípulos têm à disposição para atender a essas necessidades, se preciso for até mesmo multiplicando. Esse princípio serve para a vida pública também.

O Mestre determinou que devemos cuidar daquilo que guardamos no coração, pois do coração corrompido e caído do homem procedem “os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as imoralidades sexuais, os roubos, os falsos testemunhos e as calúnias” (Mateus 15.19), que tornam o homem “impuro” (v. 20).

Sobre o que compete às autoridades terrenas, há duas passagens envolvendo Jesus. Ao chegar a Cafarnaum, cidade em que ele e Pedro

moravam, os cobradores de impostos cobraram de Pedro o imposto referente aos dois: “ ‘O mestre de vocês não paga o imposto do templo?, ‘Sim, paga’, respondeu ele [Pedro] (Mateus 17.24b,25a). Mas Pedro ficou muito incomodado:

Quando Pedro entrou na casa, Jesus foi o primeiro a falar, perguntando-lhe: “O que você acha, Simão? De quem os reis da terra cobram tributos e impostos: de seus próprios filhos ou dos outros?” “Dos outros”, respondeu Pedro. Disse-lhe Jesus: “Então os filhos estão isentos. Mas para não escandalizá-los, vá ao mar e jogue o anzol. Tire o primeiro peixe que você pegar, abra-lhe a boca, e você encontrará uma moeda de quatro dracmas. Pegue-a e entregue-a a eles, para pagar o meu imposto e o seu” (Mateus 17.25-27).

Outra passagem bastante conhecida, Marcos 12.13-17, nos mostra como os fariseus, em conluio com partidários de Herodes, enviaram homens para tentar Jesus a cair em uma cilada que o levasse a bater de frente com os romanos.

Esses homens perguntaram a Jesus se era justo pagar impostos aos romanos. Conhecendo a hipocrisia e as reais intenções daqueles homens, Jesus pediu uma moeda romana. Com ela em mãos, perguntou de quem era a imagem naquela moeda. Era de Otávio César, imperador de Roma. Jesus então respondeu: “Então, deem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22.21b) instituindo nessa ocasião, pela primeira vez, a separação entre Estado e religião.

Jesus tinha grande atenção e carinho pelas crianças. Ele disse: “Deixem vir a mim as crianças, não as impeçam; pois o Reino de Deus pertence aos que são semelhantes a elas” (Marcos 10.14). Também ensinou que “Quem recebe uma destas crianças em meu nome, está me recebendo; e quem me recebe, não está apenas me recebendo, mas também àquele que me enviou” (Marcos 9.37).

Jesus foi claro sobre a nossa responsabilidade e o cuidado no trato com as crianças:

“Mas, se alguém fizer cair no pecado um destes pequeninos que creem em mim, melhor lhe seria amarrar uma pedra de moinho no pescoço e se afogar nas profundezas do mar” (Mateus 18.6).

“Cuidado para não desprezarem um só destes pequeninos! Pois eu digo que os anjos deles nos céus estão sempre vendo a face de meu Pai celeste” (Mateus 18.10).

Ao chegar a Jerusalém, ocorre uma passagem extremamente política, no sentido didático da palavra. Jesus entrou na cidade santa montado em um jumentinho, como previu o profeta Zacarias:

Alegre-se muito, cidade de Sião! Exulte, Jerusalém! Eis que o seu rei vem a você, justo e vitorioso, humilde e montado num jumento, um jumentinho, cria de jumenta (Zacarias 9.9).

O texto seguramente era muito conhecido pelos membros do Sinédrio, que viram nesse ato uma afronta. Até porque havia uma multidão que ia adiante estendendo seus mantos e ramos de árvores pelo caminho, enquanto gritavam: “Hosana ao Filho de Davi” (cf. Mateus 21.7-11)

À descendência de Davi, cabia o trono de Israel, e os religiosos sabiam que o Messias seria dessa linhagem. O fato de estenderem seus mantos e também ramos de árvores no caminho tinha um significado peculiar, pois era um ato de homenagem reservado à realeza (cf. 2Reis 9.13). Jesus estava abertamente declarando ao povo que era seu rei e o Messias por quem estavam esperando.

Com certo ímpeto de revolta, Jesus entrou no templo e expulsou os cambistas que estavam usando o pátio como mercado. Derrubou as mesas e as cadeiras, fez um verdadeiro reboiço. O Evangelista Marcos diz que Jesus usou um chicote, provavelmente tomado da mão de um dos comerciantes de

animais (cf. Marcos 11.15,16). Os comerciantes haviam transformado aquele lugar de oração em um covil de ladrões (Lucas 19.46).

Não era algo simples, e pouco tem a ver com as “lojinhas” que a maioria dos templos religiosos possuem hoje. Os comerciantes se aproveitavam dos peregrinos, vendendo os animais para ritos sacrificiais e trocando dinheiro para o imposto do próprio templo. Tal prática tornava os judeus em religiosos no mínimo preguiçosos, e, o que é pior, mercadores estavam roubando o povo dentro da casa de Deus!

Jesus tinha zelo pelo templo de Deus (cf. João 2.17). Os mercadores estavam profanando um lugar sagrado e abusando dos que eram fiéis a Deus e das liturgias. A atitude de Jesus gerou indignação no coração dos sacerdotes, que provavelmente lucravam com aquele movimento todo, mas obteve o apoio popular!

Quando foi traído por Judas no Getsêmani, um agrupamento fortemente armado foi designado para prender Jesus, os soldados da guarda do Sinédrio, e o prenderam durante a noite, pois temiam a reação do povo. Judas o traiu por 30 moedas de prata. Enquanto os discípulos fugiam, Pedro pegou uma espada, na tentativa de defender Jesus. Ao atacar Malco, um servo do sumo sacerdote, decepou uma de suas orelhas. Jesus rechaçou tal atitude:

Disse-lhe Jesus: “Guarde a espada! Pois todos os que empunham a espada, pela espada morrerão. Você acha que eu não posso pedir a meu Pai, e ele não colocaria imediatamente à minha disposição mais de doze legiões de anjos?” (Mateus 26.52,53).

À multidão que foi prendê-lo formada por soldados, alguns sacerdotes e anciãos do povo, Jesus falou de uma maneira com forte conotação política:

“Estou eu chefiando alguma rebelião, para que vocês venham prender-me com espadas e varas? Todos os dias eu estive ensinando no templo, e vocês não me prenderam! Mas tudo isso

aconteceu para que se cumprissem as Escrituras dos profetas”
(Mateus 26.55,56a).

A importância política de Jesus era tão grande que ele passou por três julgamentos distintos. Primeiro, pelo Sinédrio, em duas etapas, que se reuniu na casa de Caifás, o sumo sacerdote. Ali Jesus foi “interrogado” por Anás e depois por toda a corte, sob o comando de Caifás. Segundo, por Herodes, governante da Judeia. Por fim, pelo procurador romano Pilatos.

No julgamento do Sinédrio, tentaram usar argumentos e depoimentos falsos para condená-lo, usando até mesmo falsas testemunhas, que não eram coerentes em suas falas. Depois de o terem humilhado, levaram-no a Pilatos, o qual enviou Jesus para ser ouvido por Herodes, que o devolveu a Pilatos sem nenhuma manifestação.

Pelo fato de Jerusalém ser uma cidade de grande importância para o Império Romano, ali existia uma regra que somente a autoridade romana poderia condenar alguém à morte. Tal regra era conhecida como *jus gladii*, ou seja, apenas Pilatos na condição de representante oficial de Roma podia, pelo direito romano, condenar alguém à pena capital. Por isso, os oficiais judeus recorreram a Pilatos.

Depois de interrogá-lo, Pilatos não achou motivo algum na legislação romana para condená-lo à morte e chegou a repetir isso três vezes, provando que Jesus foi morto inocente até mesmo pela legislação vigente.

De forma astuta, os membros do Sinédrio, que haviam feito a acusação diante do tribunal, declararam a Pilatos que Jesus se fizera rei, portanto algo contra César. Os acusadores chegaram a ponto de dizer a Pilatos que, se Jesus fosse absolvido, aquele seria considerado inimigo de César. Sobre o tema, Pierre Barbet, médico francês que investigou todo o processo de crucificação de Jesus e publicou *A crucificação como nunca tinha sido descrita*, esclarece:

Astúcia verdadeiramente satânica, porque, além de incluir um capítulo de acusação regular de bastante gravidade, a rebelião contra César, veio perturbar profundamente a inquietude egoísta de um pobre funcionário colonial, que temia desgostar o governo central e mesmo vir a ser incluído em tentativa subversiva contra o imperador [...]. A partir desse momento, a condenação foi automática e a aplicação da lei exigiu a morte por crucificação: rebelião contra César.⁴

Jesus foi açoitado, espancado, dilacerado, humilhado e, por fim, crucificado. Morreu e ressuscitou três dias depois como havia prometido, começando a maior revolução da história da humanidade: o cristianismo.

Sua maior expressão foi o amor à humanidade. Seu maior ensinamento foi o amor ao próximo. Sobre isso falaremos no capítulo seguinte.

¹ CURY, Augusto. **O Mestre dos mestres**, p. 87.

² Ibidem, p. 85.

³ HAYASHI, **O Reino inabalável**, p. 76.

⁴ BARBET, **A crucificação como nunca tinha sido descrita**, p. 24.

Amor ao próximo

Os Evangelhos narram um encontro entre um perito da lei, enviado pelos fariseus, e Jesus. Nesse encontro, o perito perguntou a Jesus qual era o principal mandamento. Não se sabe ao certo qual era a astúcia que tal homem usava com o Mestre, nem mesmo o que ele conseguiria com aquilo, mas os capítulos nos quais a passagem está inserida narra vários encontros que ocorreram no mesmo dia que visavam flagrar Jesus em alguma desobediência civil.

Jesus respondeu:

“ ‘Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento’. Este é o primeiro e maior mandamento. E o segundo é semelhante a ele: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mateus 22.37-40).

Marcos acrescenta que o perito concordou com Jesus, por isso ouviu dele: “Você não está longe do Reino de Deus” (Marcos 12.34).

Sua mensagem era firmemente enraizada nos dois grandes mandamentos. Para Jesus, esses dois mandamentos resumiam a Lei e os Profetas. Todo pecado é contra o amor a Deus de todo o coração e o amor ao próximo como a si mesmo.

Sobre isso os apóstolos escreveram em suas cartas.

Tiago diz que “Se vocês de fato obedecerem à lei do Reino encontrada na Escritura que diz: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’, estarão agindo

corretamente” (Tiago 2.8). Tiago se refere ao texto da Torá, a Escritura lida pelos judeus, que diz em Levítico 19.18: “Não procurem vingança nem guardem rancor contra alguém do seu povo, mas ame cada um o seu próximo como a si mesmo. Eu sou o SENHOR”.

João, que escreveu um verdadeiro tratado sobre o amor, disse: “Amados, amemos uns aos outros, pois o amor procede de Deus. Aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus. Quem não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor” (1João 4.7,8).

Paulo, em Romanos, diz: “Não devam nada a ninguém, a não ser o amor de uns pelos outros, pois aquele que ama seu próximo tem cumprido a Lei” (13.8). Em 1 Tessalonicenses, deseja: “Que o Senhor faça crescer e transbordar o amor que vocês tem uns para com os outros” (3.12a).

Pedro, em sua primeira carta, faz um apelo: a que “[...] sobretudo, amem-se sinceramente uns aos outros” (1Pedro 4.8a). E o autor de Hebreus escreve: “Seja constante o amor fraternal” (Hebreus 13.1).

Portanto, amar ao próximo como a si mesmo é algo intrínseco à vida de um cristão, incluindo a vida de um homem público discípulo de Jesus.

No entanto, o que seria amar ao próximo como a nós mesmos?

Primeiro, de acordo com a teologia, é impossível você não se amar. Paulo diz em Efésios 5.29 que “ninguém jamais odiou o seu próprio corpo”. Portanto, é da natureza do homem amar a si mesmo. Caso você não sinta essa verdade na sua vida, é preciso buscar ajuda. C. S. Lewis dizia tratar-se de um suposto mandamento que todos devemos cumprir. Amar a si mesmo é um mandamento dentro dos mandamentos fundamentais da fé cristã.

Amar ao próximo vai além de demonstração de sentimento. David Wilkerson, pastor e autor de diversos livros, com uma história apaixonante de vida e um ministério vibrante em servir às pessoas, tinha como lema: “O

amor não é uma coisa que se sente. É uma coisa que se faz”. Realmente acredito que o amor se expressa em atitudes.

Amar ao próximo como a nós mesmos é entender que o próximo deve ser alvo de ter e receber aquilo que temos ou recebemos. Se eu tenho o que comer em casa, o meu próximo também deve ter. Se eu tenho o que vestir, o meu próximo também deve ter. Se eu tenho os cuidados de saúde necessários, o meu próximo também deve ter os mesmos cuidados. Se os meus filhos têm acesso à boa educação, os filhos do meu próximo também devem ter. Se eu tenho emprego e assim consigo pagar as minhas contas, o meu próximo também deve estar empregado dignamente. E assim sucessivamente.

John Piper concorda com essa ideia:

Jesus ordena: “Assim como você ama a si mesmo, ame o seu próximo”. O que quer dizer: assim como você anseia por comida quando está com fome, anseie por alimentar o seu próximo quando ele está com fome. Assim como você anseia por roupas bonitas, anseie por roupas bonitas para o seu próximo. Assim como você deseja ter um lugar confortável para viver, deseje um lugar confortável para o seu próximo viver. Assim como você procura estar seguro e protegido de calamidades e violência, procure consolo e segurança para o seu próximo. Assim como você quer que a sua vida faça diferença positiva, deseje o mesmo sentido de vida para o seu próximo. Assim como você se esforça para tirar boas notas, ajude o seu próximo para que ele também tire boas notas. Assim como você gosta de ser bem recebido em ambientes novos, receba bem um estranho no meio em que você está. O que você gostaria que as pessoas fizessem a você, faça-o a elas.¹

O entendimento de amar ao próximo como a nós mesmos deve ser amplo como o cristianismo é amplo, alcançando a todos. Contudo, a todos só o amor de Jesus pode alcançar. Como explicar?

Ao narrar um encontro de Jesus com outro perito na lei, Lucas foi mais detalhista. O homem perguntou ao Mestre o que deveria fazer para ter a

vida eterna. Jesus lhe respondeu fazendo-lhe outra pergunta, uma ferramenta de comunicação muito usada por Jesus. O diálogo se estendeu assim:

Certa ocasião, um perito na lei levantou-se para pôr Jesus à prova e lhe perguntou: "Mestre, o que preciso fazer para herdar a vida eterna?"

"O que está escrito na Lei?", respondeu Jesus. "Como você a lê?"

Ele respondeu: "Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todas as suas forças e de todo o seu entendimento" e "Ame o seu próximo como a si mesmo".

Disse Jesus: "Você respondeu corretamente. Faça isso e viverá".

Mas ele, querendo justificar-se, perguntou a Jesus: "E quem é o meu próximo?" (Lucas 10.25-29).

Em continuação, Jesus conta a famosa parábola do bom samaritano, em que narra a história de um homem que, ao transitar pela estrada que ligava Jerusalém a Jericó, é atacado por bandidos, que o espancaram, "deixando-o quase morto". Tempo depois, um sacerdote passou por ali e, vendo o homem naquele estado, foi para o outro lado, sem dar nenhuma assistência ou mesmo demonstrar que se importava com o homem ferido. Um levita fez o mesmo. Mas um samaritano, que estava viajando por aquelas bandas, vendo o homem, cuidou de suas feridas com vinho e óleo e lhe fez curativos. Ele colocou o homem, que tudo indicava ser um judeu, em seu próprio animal e o levou a uma hospedaria próxima, onde deu continuidade aos cuidados. Na manhã seguinte, deu dinheiro ao dono da hospedaria, determinando que cuidasse do homem até que ele melhorasse. Além disso, caso as despesas com a hospedagem e os cuidados com o homem ferido fossem maiores que o pagamento efetuado, quando ele voltasse àquela estalagem ressarciria o dono. Essa história está escrita em Lucas 10.30-35.

Ao terminar a história, Jesus perguntou ao perito na lei:

“Qual destes três você acha que foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes?” “Aquele que teve misericórdia dele”, respondeu o perito na lei. Jesus lhe disse: “Vá e faça o mesmo” (Lucas 10.36,37).

Quem é o nosso próximo? Aquele que precisa de nós. Devemos fazer aquilo que está ao nosso alcance para ajudá-lo em suas necessidades.

Lutero escreveu: “Cristão vive não em si mesmo, mas em Cristo e no próximo. De outro modo, ele não será um cristão”.² Jesus, por sua vez, eleva o nível, ao dizer que o mandamento dele é este: “Amem-se uns aos outros como eu os amei” (João 15.12), ao falar diretamente aos discípulos.

“Quando o Filho do homem vier em sua glória, com todos os anjos, ele se assentará em seu trono na glória celestial. Todas as nações serão reunidas diante dele, e ele separará umas das outras como o pastor separa as ovelhas dos bodes. E colocará as ovelhas à sua direita e os bodes à sua esquerda.

Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: ‘Venham, benditos de meu Pai! Recebam como herança o Reino que foi preparado para vocês desde a criação do mundo. Pois eu tive fome, e vocês me deram de comer; tive sede, e vocês me deram de beber; fui estrangeiro, e vocês me acolheram; necessitei de roupas, e vocês me vestiram; estive enfermo, e vocês cuidaram de mim; estive preso, e vocês me visitaram’. Então os justos lhe responderão: ‘Senhor, quando te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? Quando te vimos como estrangeiro e te acolhemos, ou necessitado de roupas e te vestimos? Quando te vimos enfermo ou preso e fomos te visitar?’

O Rei responderá: ‘Digo a verdade: O que vocês fizeram a algum dos meus menores irmãos, a mim o fizeram’. Então ele dirá aos que estiverem à sua esquerda: ‘Malditos, apartem-se de mim para o fogo eterno, preparado para o Diabo e os seus anjos’.” (Mateus 25.31-41)

É marca do cristianismo atender às necessidades do próximo. Esse deve ser o manifesto do homem público cristão. Até porque, na continuação do texto, Jesus diz que serão condenados aqueles que fizerem o contrário, ou seja, deixarem de fazer o bem ao próximo:

“Ele responderá: ‘Digo a verdade: O que vocês deixaram de fazer a alguns destes mais pequeninos, também a mim deixaram de fazê-lo’.

E estes irão para o castigo eterno, mas os justos, para a vida eterna” (Mateus 25.45,46).

Portanto, o discípulo de Jesus vê o serviço ao necessitado como um serviço a seu próprio Mestre e Senhor. A política para o homem público, genuinamente cristão, deve ser um instrumento para servir aos demais, sobretudo aos mais necessitados, servindo-lhes em suas necessidades e, assim, servindo ao próprio Senhor Jesus.

Até porque servir é o estilo de liderança que Jesus ensinou e instituiu. Veja o que ele ensinou aos discípulos:

Jesus os chamou e disse: “Vocês sabem que aqueles que são considerados governantes das nações as dominam, e as pessoas importantes exercem poder sobre elas. Não será assim entre vocês. Ao contrário, quem quiser tornar-se importante entre vocês deverá ser servo; e quem quiser ser o primeiro deverá ser escravo de todos. Pois nem mesmo o Filho do homem veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Marcos 10.42-45).

Não é à toa que um dos últimos ensinamentos aos discípulos antes de sua morte foi prático: ele lavou os pés deles, ensinando a importância do serviço aos demais.

Quando terminou de lavar-lhes os pés, Jesus tornou a vestir sua capa e voltou ao seu lugar. Então lhes perguntou: “Vocês entendem o que fiz a vocês? Vocês me chamam ‘Mestre’ e ‘Senhor’, e com razão, pois eu o sou. Pois bem, se eu, sendo Senhor e Mestre de vocês, lavei os seus pés, vocês também devem lavar os pés uns dos outros. Eu dei o exemplo, para que vocês façam como lhes fiz” (João 13.12-15).

Ser um homem público segundo Jesus é servir.

¹ PIPER, JOHN. **Em busca de Deus**, p. 178.

² LUTERO. **Tratado sobre a liberdade de um cristão**.

Líderes cristãos e a política ao longo da História

Se há na Bíblia exemplos e ensinamentos inspirativos para a atividade pública, social e política do cristão, decerto há também ao longo da História pensadores, teólogos, pregadores e autoridades públicas que foram inspirados por esses ensinamentos.

Seria impossível que em apenas um livro estivessem descritas todas as experiências de todos os notáveis homens e mulheres de Deus ao longo de milênios. Portanto, usarei apenas alguns exemplos que comprovam quanto a Igreja de Jesus, ao longo dos séculos, influenciou a atividade pública.

O famoso jurista americano Daniel Webster disse:

Se nós nos firmarmos nos princípios ensinados na Bíblia, o nosso país irá continuamente prosperar, mas, se nós e a nossa posteridade negligenciarmos a instrução e a autoridade da Bíblia, nenhum homem poderá prever a catástrofe repentina que irá nos oprimir e sepultar a nossa glória na mais profunda obscuridade.¹

Como Webster, homens públicos ao longo da História encontraram na Bíblia seus valores mais estimados e também o fundamento para suas ações. Da mesma forma, teólogos reverenciados demonstraram quanto a política faz parte da expressão cristã de um servo de Deus.

O sociólogo americano Rodney Stark, em seu livro *The Triumph of Christianity* [O triunfo do cristianismo], afirmou que o “princípio verdadeiramente revolucionário” da igreja dos primeiros séculos “era que o amor e a caridade cristã deveriam se estender além dos limites da família e até da fé, para os necessitados”.²

Pensava assim um dos maiores filósofos cristãos de todos os tempos, Agostinho, bispo de Hipona. Sua contribuição teológica política mais famosa está na publicação de sua obra-prima *A cidade de Deus*, entre 412 e 427 da nossa era.

Nela Agostinho expressa que nenhum Estado conseguirá cumprir de forma exitosa sua função enquanto não valorizar a dimensão espiritual do homem. Sobretudo, o Estado deverá ter como meta o que ele chama de “princípio da caridade bíblica”, pois acreditava que quem ama a Deus e ao próximo não deve se deixar manipular por interesses espúrios e pensar apenas em suas preocupações e satisfações pessoais.

Para Agostinho, a política é fundamental para que na sociedade “haja o bem e a paz”. Mas o bem e a paz temporais provêm exclusivamente da presença de Deus, expressa por seus servos membros da Igreja. Portanto, o exercício do poder temporal, como ele designava o poder dos governantes, só encontrará êxito quando “os governantes e súditos” se deixarem ser conduzidos pela “bondade divina”. E os que foram chamados pelo governo devem governar com a mente e o coração voltados para a “pátria celeste”.

Agostinho deixou essa crença clara em seus escritos:

Se, por conseguinte, se rende culto ao Deus verdadeiro, servindo com sacrifícios sinceros e bons costumes, é útil que os bons reinem por muito tempo e onde quer que seja. E não o é tanto para os governos como para os governantes. Quanto a eles, a piedade e a bondade, grandes dons de Deus, lhes bastam para a felicidade verdadeira, que, se merecida, permite à gente viver bem nesta vida e conseguir depois a vida eterna.³

Obviamente que devemos considerar a época em que Agostinho viveu e sua crença profunda em uma só Igreja universal.

Agostinho, talvez, tenha sido o teólogo e filósofo que mais influenciou os demais ao longo da história da Igreja. Um dos que foram influenciados, mesmo que em alguns temas tenha discordado, foi Tomás de Aquino.

Tomás de Aquino em seus escritos enfatiza a justiça política, ou o que ele denomina de justiça legal. Segundo Aquino, esta deve visar ao bem comum, ditando orientações ao conjunto de atividades do cidadão. Para ele, a justiça política se assemelha, caso exercida, a uma “segunda providência divina”; portanto, deve ter como base dois critérios: “igualdade” e “legalidade”.

Aquino trouxe contribuições sobre o que hoje chamamos de estado de direito. Afirmava “que o direito é aquilo que é justo, conveniente e devido”, “conforme a natureza das coisas”, e “decorrente de um contrato ou convenção”. Como um bom leitor de Aristóteles, concordava com o grego, quando dizia ser o homem um animal político.

Aquino era estrito quando o assunto era o tratamento com as coisas públicas. Segundo ele, “os príncipes” devem ser os primeiros a estar submissos ao direito legal, de forma “inviolável e inalienável”. Nas palavras de Aquino, as autoridades “estão obrigadas a tudo resistir como ladrões que são. Aliás, pecam tanto mais gravemente que os ladrões, quanto suas malversações vão de maneira mais universal e mais danosa contra a justiça”.⁴

Concordo com o filósofo católico francês Jacques Maritain que a filosofia de Aquino foi a primeira a defender os preceitos democráticos que conhecemos hoje. Sua contribuição à civilização ocidental é inestimável, sobretudo no campo da filosofia.

Os pais reformistas da Igreja também viam a importância de o cristão exercer influência pública, baseado nos textos bíblicos.

Muitos dos valores ocidentais mais importantes, que perduram até hoje, democráticos e republicanos, como liberdade religiosa, liberdade de expressão e também de imprensa, separação entre Igreja e Estado, dentre outros, são fruto da chamada Reforma Protestante, que teve em Martinho Lutero seu principal expoente.

Seu manifesto *À nobreza cristã da nação alemã acerca do melhoramento do Estado cristão* abordou diversos temas políticos e sociais, como a abolição do pagamento de impostos, soluções para a mendicância, reforma no ensino desde a escola infantil à universidade, dentre outros. O livro expressa claramente a opinião de Lutero de que o cristão deve participar das questões políticas e estar inteirado delas.

Lutero defendia que a Igreja deveria tomar as rédeas e conduzir o destino dentro dos preceitos legais vigentes na época. Segundo Lutero, Deus não era apenas o Senhor dos céus, mas também da terra. Ele considerava “repugnante” o cristão não participar das decisões da esfera pública, pois o governo terreno fora dado ao homem por Deus.

Ulrico Zuínglio, grande nome da Reforma, era considerado um pregador verdadeiramente patriota. Em duas de suas fábulas mais famosas, “O boi”, de 1510, e “O labirinto”, de 1516, aborda o patriotismo suíço como algo essencial para o desenvolvimento e defende de forma veemente a vida dos mais jovens, que muitas vezes a perdiam em guerras sem sentido, que ele chamava de “recurso natural mais precioso”.

Seus sermões abordavam de forma prática questões sociais e políticas, com a mesma intensidade que tratava das questões religiosas. Zuínglio, além de ser a principal figura religiosa de Zurique do século XV, desempenhou uma liderança social impactante. Morreu comandando uma pequena força militar que defendeu Zurique do ataque dos cantões montanhese em 1531.

Ele é lembrado em retratos e estátuas com uma Bíblia na mão e uma espada na outra.

João Calvino foi outro grande reformador que teve imensa importância social e histórica. A importância de Calvino ou de Lutero para o evangelho é incomparável nos tempos pós-bíblicos. Não tratarei desse assunto, apesar de sua importância. Atenho-me a suas expressões sociais e políticas, motivo deste trabalho.

Para se ter uma ideia, Calvino, um francês radicado na Suíça, além de ser o mais importante pastor da história da Suíça, formulou também planos econômicos e teve grande influência nas leis escritas em sua época, apesar de nunca ter oficialmente exercido um cargo público.

Sua obra conhecida como *Institutas da religião cristã* foi um grande marco em toda a fé cristã, incluindo o pensamento político cristão. Calvino defendeu abertamente a influência cristã na educação, na política e na transformação social. A. M. Fairbairn disse que Calvino tem seu merecido lugar na História em razão do:

seu talento como legislador. Como teólogo ele seguiu os passos de outros; como legislador, foi um pioneiro [...] sua concepção política foi um novo despontar que fundamentava o edifício social sobre novos princípios.⁵

Fairbairn ainda escreveu que, direta ou indiretamente, Calvino influenciou profundamente todas as instituições democráticas subsequentes.

Outro reformador, o escocês John Knox, exerceu influência profética tanto na Escócia quanto na Inglaterra. Aluno de Calvino, pregava seus sermões na poderosa e luxuosa corte de Eduardo VI. Quando Maria Tudor assumiu o trono, Knox teve que se exilar por causa da perseguição que ela moveu contra os líderes cristãos protestantes.

Por volta de 1557, depois de anos, voltou para sua terra natal, a Escócia, onde se tornou o mais importante líder da Igreja no país. Tornou-se uma espécie de autoridade máxima eclesial. Em 1558, publicou um livro contra o que ele chamava de “monstruoso governo de mulheres”, com o qual visava atacar Maria Tudor, católica, mas que acabou causando-lhe problemas no reinado da sucessora dela, a poderosa protestante Elizabeth I. Knox teve que se desculpar publicamente com a nova rainha.

Quando Maria Stuart foi forçada a abdicar do trono escocês e se refugiou na Inglaterra, Knox pregou na posse de seu filho, James I, tornando-se um de seus principais conselheiros. Defendeu o conceito de que a Igreja e o Estado perfaziam a mesma comunidade e que a verdadeira religião deveria não só influenciar o indivíduo, mas também o Estado. Seus pensamentos estão registrados em suas obras *Uma admoestação ou advertência*, de 1554, e *O primeiro toque da trombeta contra o governo monstruoso das mulheres*, de 1558.

Knox escreveu que era obrigação de cada cristão cuidar dos pobres e defendeu a igualdade de ensino para crianças ricas e pobres. Dado o seu apelo social, teve que enfrentar os lordes, que desejavam se apossar das terras confiscadas da Igreja católica. Knox defendia que elas fossem usadas para o alívio da pobreza no país, uma espécie de reforma agrária em seu tempo.

O holandês Jacó Armínio destacou-se como reformador com considerado impacto social, em especial no seu país. Também ex-aluno de Calvino, com o tempo apresentou algumas divergências de pensamento com seu antigo professor. Entretanto, quando o assunto era influenciar a sociedade, Armínio também era favorável, haja vista que seu ministério impactou profundamente a sociedade holandesa de seu tempo.

Segundo o teólogo metodista Gerald O. McCulloh, “o arminianismo carrega um significado social maior que sua importância teológica: era uma expressão do ideal de responsabilidade individual que emergiu da decadência do sistema feudal”.⁶

Ao longo da História, outros grandes homens de Deus também defenderam a participação dos cristãos verdadeiros na política. John Wesley, percursor do grande despertar inglês e americano no século XVIII, escreveu que “o evangelho de Cristo não conhece religião que não seja social, e não conhece também santidade que não seja social”.⁷

As pregações e os ensinamentos de Jonathan Edwards e George Whitefield, também do século XVIII, foram influenciadores e decisivos na declaração da Independência dos Estados Unidos, bem como na vida dos chamados “pais fundadores” americanos como Benjamin Franklin, John Adams e o general George Washington.

Aliás, a história americana é recheada de influenciadores cristãos verdadeiros na política e na sociedade como um todo. Desde a Declaração de Independência, as primeiras leis e os dias de hoje, a presença da Bíblia e a força dos cristãos na sociedade americana são marcantes.

Billy Graham escreveu que “os Estados Unidos foram fundados sobre princípios espirituais. Na Declaração de Independência, os patriarcas fundadores reconheceram a dependência de Deus e quanto nós necessitamos do Senhor”.⁸

A fé dos líderes americanos é motivo de debates. Todos os presidentes americanos, com exceção de John Kennedy, se declararam de confissão cristã protestante. Kennedy foi o único católico. James Garfield foi ordenado pastor antes da presidência. Outros presidentes tiveram vida ativa

em suas igrejas locais. Até hoje, Jimmy Carter é professor da escola bíblica dominical em sua igreja no estado americano da Geórgia.

Abraham Lincoln, o presidente mais admirado da história americana, emitia sempre em seus discursos frases que demonstravam sua fé. Ele dizia: “A minha preocupação não é se Deus está ao nosso lado; a minha maior preocupação é estar ao lado de Deus, porque Deus está sempre certo”. Sobre a Bíblia, dizia estar “ocupado em ler a Bíblia. Tirai o que puderdes deste livro pelo raciocínio e o resto pela fé, e vivereis e morrereis um homem melhor”.

John Quincy Adams escreveu que sua admiração pela Bíblia era tão grande “que, quanto mais cedo os meus filhos começam a lê-la, tanto mais confiado espero que eles serão cidadãos úteis à pátria e membros respeitáveis da sociedade. Há muitos anos que adoto o costume de ler a Bíblia toda uma vez por ano”.⁹

Harry Truman dizia que tentava viver “de acordo com o Sermão do Monte e amar o meu próximo como a mim mesmo”.¹⁰ Woodrow Wilson, diante da pressão de ser presidente americano, durante a primeira Guerra Mundial, dizia que “se não fosse cristão, ficaria louco; mas a minha fé em Deus permite que eu me agarre à certeza de que, de alguma maneira, ele está executando seus planos, apesar dos erros humanos”.¹¹

Não houve pregador que mais influenciou presidentes do que aquele que foi chamado de “pastor da América”. Billy Graham foi tido como conselheiro dos presidentes americanos de Truman a Bush Filho. Ao todo, 11 presidentes americanos viam nele um conselheiro espiritual e social. Alguns deles foram pastoreados pessoalmente por ele e com isso também desenvolveram amizade, tais como Lyndon Johnson, Nixon, Reagan e os

Bush. Aliás, em sua biografia, George Bush Filho o indica como o grande responsável por sua conversão e também por ter deixado o vício da bebida.

Durante seu ministério, Billy Graham foi recebido em viagens internacionais com honras de chefe de Estado. Esteve diversas vezes com chefes de Estado e de governo. Compartilhou o evangelho com eles, testemunhando o Reino de Deus. Figuras públicas respeitadas e proeminentes como Margaret Thatcher, Golda Meir, Indira Gandhi, Mikhail Gorbachev e algumas mais complexas, como os líderes da China comunista e Kim Il-sung da Coreia do Norte.

Uma de suas grandes amigas e admiradoras foi a rainha da Inglaterra, Elizabeth II. O seriado da Netflix *The Crown*, em sua segunda temporada, reserva um episódio inteiro para descrever esse relacionamento. No Brasil, na década de 1970, Billy Graham esteve com o então presidente Ernesto Geisel.

Por diversas vezes, foi convidado para disputar uma eleição presidencial. Chegaram a propor que Graham poderia unir os dois principais partidos em uma construção nacional, mas todas às vezes ele rejeitou, o que não o impediu de influenciar outros de forma profética. Para o presidente Eisenhower, que, ao mudar-se para a capital por causa de sua posse, pensava em não frequentar uma igreja para não causar ciúmes, um corajoso Billy Graham disse: “Sinceramente, acho que o povo norte-americano não se sentiria feliz em ter um presidente que não fosse membro de igreja nem sequer frequentasse uma”.¹² Graham formou com o papa João Paulo II uma “dobradinha religiosa” pela queda do muro de Berlim.

O legado desse grande homem de Deus não se resume a seus escritos ou à sua influência política e social e suas inúmeras cruzadas. A grande expressão de seu legado está na vida de seus filhos e netos, que, além de

exercerem ativamente o ministério, lideram grandes ações filantrópicas pelo mundo.

Outra personalidade que entendeu o papel bíblico e do cristão na política foi o pastor batista Martin Luther King Jr., o maior líder na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960 e prêmio Nobel da Paz.

Ao concluir seus estudos teológicos, King tornou-se pastor na cidade de Montgomery, no Alabama. Ajudou a fundar a NAACP (sigla em inglês para Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor). Em 1955, liderou o boicote aos ônibus de Montgomery. Tudo começou quando Rosa Parks, mulher negra, foi presa por se negar a ceder seu lugar a um homem branco no ônibus, contrariando assim uma legislação vigente. O boicote durou 382 dias e foi vitorioso com a decisão da Suprema Corte Americana que declarou ilegal a discriminação racial nos transportes públicos.

Entretanto, durante esse longo período de protesto, King foi preso e sofreu vários atentados violentos, inclusive um atentado a bomba em sua casa.

Sua fama cresceu nos Estados Unidos. Em 1957, ele fundou e foi o primeiro presidente da Conferência da Liderança Cristã do Sul. O grupo, inicialmente composto por pastores e igrejas negras, foi inspirado pelas cruzadas evangelísticas de Billy Graham, seu amigo.

Em 1959, King publicou o livro com a compilação de alguns sermões *The Measure of a Man* [A medida de um homem], no qual faz uma reflexão sobre a necessidade que o homem tem de Deus, bem como severas críticas às injustiças sociais. Em 1962, junto com o grupo conhecido nos Estados Unidos como “A Grande Sociedade”, produziu um documento pedindo ao presidente Kennedy que expedisse uma ordem executiva garantindo aos

negros todos os direitos civis. Kennedy não o atendeu, mas seu sucessor, Johnson, sim, levando adiante as reformas com a ajuda de King.

Martin Luther King coordenou e foi o principal orador de diversos movimentos estaduais, como os de Albany, em 1961/1962; Birmingham, em 1963; e Selma e Nova York em 1964. Em Albany, foi preso. Três dias após sua sentença, o chefe de polícia local surpreendeu a todos dizendo que tinha o recurso da fiança e determinou sua soltura. King e sua equipe descobriram depois que Billy Graham foi quem havia pago a fiança. Ao todo, King foi preso 11 vezes por defender os direitos dos negros.

Em 1963, ocorreu a famosa Marcha para Washington, em que King liderou milhares de negros e alguns brancos a um imenso protesto na capital americana, proferindo seu mais famoso discurso, “Eu tenho um sonho!”.

No início de 1968, King liderou a “Campanha dos Pobres”. Pretendia viajar pelo país para unir “um exército multirracial dos pobres” que marcharia em Washington até que o Congresso criasse uma “declaração de direitos econômicos” para os pobres, independentemente da cor.

King foi assassinado no dia 4 de abril de 1968, momentos antes de uma marcha, num hotel da cidade de Memphis. Hoje é celebrado como um dos maiores estadistas pela paz e pelos direitos civis da História. O que muitos esquecem (ou fingem esquecer) é que ele era pastor evangélico.

Não só os Estados Unidos tiveram grandes líderes que exerceram seus mandatos com convicções cristãs fortes. O teólogo e pastor Abraham Kuyper, por exemplo, chegou a exercer o cargo de primeiro-ministro da Holanda. Não podemos jamais deixar de registrar, nessa galeria de heróis da fé pós-tempos bíblicos, o teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer, que usou de sua influência como pastor não só para ajudar os judeus perseguidos na época da Alemanha nazista, como também participou de conspirações para

tirar Hitler do poder e até matá-lo, se assim fosse necessário. Poucos dias antes da queda definitiva de Adolf Hitler, este determinou a execução de Bonhoeffer, que estava preso em razão da sua militância cristã.

Um dos livros que li e que mais me chamaram a atenção foi *Deus e Churchill*, escrito pelo neto de Winston Churchill, Jonathan Sandys, com o jornalista Wallace Henley. Já li algumas biografias desse que é considerado o maior estadista do século XX, mas essa, em especial, trata do relacionamento de Churchill com Deus. O livro relata quão importante foi na formação do britânico sua babá, uma cristã devota, Elizabeth Everest, que praticamente o criou na infância. Ela ensinava o jovem Churchill “a memorizar trechos das Escrituras, ajoelhava-se com ele diariamente enquanto recitava suas orações e explicava-lhe o mundo em termos simples, mas claramente cristãos”.¹³

No livro, ainda há registros das orações e experiências de Churchill com Deus, enquanto lutava nas guerras que, como soldado foi convocado a delas participar, bem como diante dos desafios de liderar a Inglaterra na condição de chefe de governo durante a Segunda Guerra Mundial.

Não é sem razão que, em seus esforços para convencer seu próprio país, bem como outras nações, da importância de enfrentar a ameaça nazista na Europa, Churchill defendesse que estava “salvando a civilização cristã”. Ele acreditava que os princípios do cristianismo valiam para toda a humanidade, independentemente da religião. Churchill chegou a escrever um ensaio sobre a vida e os ensinamentos de Moisés, intitulado *Moses: The Leader of a People* [Moisés: o líder de um povo], a quem considerava “um dos maiores seres humanos com o mais decisivo avanço jamais visto na história da humanidade”.¹⁴ Sobre a Bíblia, escreveu: “Podemos ter certeza de que todas

aquelas coisas aconteceram exatamente como registradas nas Sagradas Escrituras”.¹⁵

Reconhecendo que muitos outros nomes poderiam e deveriam estar aqui registrados, termino essa galeria com uma figura que considero o meu grande exemplo de cristão na vida pública no período pós-bíblico: William Wilberforce.

Filho de nobres ricos britânicos, Wilberforce decidiu dedicar-se à carreira política muito cedo. Aos 21 anos em 1776, tornou-se membro da Câmara dos Comuns de sua cidade, Hull, o equivalente à Câmara de Vereadores no Brasil. Começava ali sua brilhante carreira política de mais de cinquenta anos.

Por influência de seu antigo professor Isaac Milner, converteu-se ao evangelho. Sua conversão foi radical e genuína. Wilberforce disse que tinha passado por “uma grande mudança” que o levou a ter um verdadeiro desprezo por sua riqueza, pelo luxo e pela vida desregrada que levava. Então, deu início a um costume diário que o acompanhou durante toda a sua vida: todas as manhãs, separava um período de oração e leitura bíblica. Além disso, também consagrava todos os domingos exclusivamente ao Senhor.

Foi em um desses momentos quando, buscando a Deus alguns anos depois, e já membro do Parlamento Britânico, foi impelido pelo Espírito Santo a uma grandiosa batalha. Em seu diário, registrou em 28 de setembro de 1787: “O Deus Todo-Poderoso colocou diante de mim dois grandes objetivos: a supressão do tráfico de escravos e a reforma de costumes”. No mesmo ano, apresentou na Câmara dos Comuns uma moção para a abolição do tráfico de escravos. Sua luta durou incansáveis vinte anos.

Foi amigo de grandes homens de Deus em seu tempo, como John Wesley e John Newton, o último o famoso compositor do hino mais famoso de todos os tempos: *Amazing Grace*. Newton havia sido, antes de se converter e de se dedicar ao ministério eclesial, capitão de navio negreiro. Wesley escrevia sempre para Wilberforce. Sua última carta a ele foi enviada exatamente seis dias antes de morrer, na qual o encorajava a continuar sua luta pela abolição da escravatura. Assim escreveu: “Não vos desanimeis de fazer o bem. Ide avante, em nome de Deus e na força de seu poder, até que desapareça a escravidão americana, a mais vil que o sol já iluminou”.¹⁶ Foi profético, como sempre.

Junto a Wilberforce, existia um grupo de cristãos seletos chamado de “Clapham Sect”, ou a Seita de Clapham, constituído de pessoas ricas que buscavam apoiar frentes de reformas sociais. Homens notáveis fizeram parte desse grupo, que ajudou a fundar a colônia de Serra Leoa, onde os escravos libertos poderiam viver livres, e deu origem ao país com o mesmo nome. Wilberforce era o rosto e a voz pública desse grupo.

No livro de sua autoria *A Practical View of Real Christianity* [Uma visão prática do cristianismo real], Wilberforce escreveu:

As minhas próprias e sólidas esperanças pelo bem-estar do meu país não dependem de seus navios ou exércitos, nem da sabedoria de seus governantes, ou ainda do espírito do seu povo, mas, sim, da persuasão de todos aqueles que amam e obedecem ao evangelho de Cristo.¹⁷

Em 1806, o comércio de escravos foi finalmente abolido. Quando a lei foi aprovada no Parlamento, todos os presentes se puseram de pé aplaudindo e ovacionando, por vários minutos, Wilberforce, que, segundo relatos da imprensa na época, chorava copiosamente. Essa ação desencadeou a abolição da escravidão em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, na

era Lincoln, pois determinava que os navios que transportassem negros deveriam ser vistoriados pela poderosa Armada Britânica, com a ordem de libertar os escravos e confiscar a embarcação. A Grã-Bretanha declarou ao mundo que nem ela nem ninguém poderiam traficar escravos, impedindo, assim, países como Portugal e Bélgica, seus rivais, de continuarem com essa prática.

Faltava ainda libertar os escravos que tinham donos. Wilberforce continuou a luta contra a escravidão, o que acabou por desgastar sua saúde. Em 1833, quatro dias antes de sua morte, a famosa Lei da Emancipação foi aprovada, libertando cerca de 800 mil escravos em todo o Império Britânico.

William Wilberforce foi uma inspiração cristã. Seus ensinamentos e exemplo de vida, bem como sua devoção íntima com o Senhor, devem inspirar todo cristão que deseja exercer um cargo público em qualquer lugar do mundo.

¹ WEBSTER, Daniel. In: SHEWMAKER, Kenneth F. (Org.). **The Completest Man**, 1990.

² STARK, Rodney. **The Triumph of Christianity**.

³ AGOSTINHO. **A cidade de Deus**, p. 414.

⁴ TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**, VII, questão 57, p. 2.

⁵ FAIRBAIRN, A. M. **The Philosophy of the Christian Religion**, 1902.

⁶ MCCULLOCH, Gerald O. **Fé e a liberdade do homem**: a influência teológica de Jacó Armínio.

⁷ WESLEY, John. **Sermões de Wesley**, v. 2, p. 286.

⁸ GRAHAM, **Minhas últimas palavras**, p. 125.

⁹ Cf. ADAMS, John Q. Baptists. The Only Thorough Religious Reformers. In: **Manual Bíblico de Halley**, p. 18.

¹⁰ Cf. GRAHAM. **Uma autobiografia**, p. 20.

¹¹ Ibidem, p. 123.

¹² Ibidem, p. 187.

¹³ SANDYS, **Deus e Churchill**, p. 41.

¹⁴ CHURCHILL. **Moses:** The Leader of a People, p.

¹⁵ CHURCHILL. **Thoughts and Adventures**, p. 293.

¹⁶ Cf. WESTPHAL, Euler. **A ética social na teologia de John Wesley**, p. 83-97.

¹⁷ WILBERFORCE, William. **Practical View of Real Christianity**.

Fundamentos da boa política e as ideologias

O brasileiro que acompanha a política tem a tendência de acreditar que tudo o que acontece foi milimetricamente planejado, fruto de um complô, recheado de informações privilegiadas e conluio entre diversas autoridades. No entanto, os meus catorze anos de mandatos consecutivos, principalmente o tempo em que passei na Câmara dos Deputados Federal, me mostraram que não é bem assim. Eu diria que 50% das ações são planejadas e ocorrem segundo o imaginário do brasileiro, mas os outros 50% sucedem por acaso, por instinto ou porque o tempo e as circunstâncias os impuseram.

Precisamos entender como as coisas funcionam e como realmente são, para que não sejamos envolvidos e influenciados pelos maus; pelo contrário, para que a nossa luz brilhe diante dos homens e estes venham a glorificar o nosso Pai das luzes.

Os conceitos civilizatórios do Ocidente tiveram total influência do cristianismo e do judaísmo, mas também uma ascendência histórica e filosófica da Grécia e da Roma antigas. De lá vieram os conceitos de república e de democracia.

A palavra “república” vem da junção de dois termos no latim, *res* e *publica*, que literalmente significam “coisa pública”, ou “coisa comum”, ou

seja, um sistema político e de governo que atendesse o público. A origem desse sistema está na Roma antiga, onde primeiro surgiram instituições organizadas como o senado, embora não possamos desconsiderar que houve vários Estados na Antiguidade clássica que bem poderiam ser considerados uma república, por exemplo, as cidades-estado da Grécia antiga Atenas e Esparta. Essas cidades possuíam reis, mas estes dividiam suas decisões administrativas e militares com os conselhos de cidadãos.

No século VI a.C., os romanos derrubaram o último rei etrusco, chamado Tarquínio. Participaram desse golpe a chamada aristocracia patrícia da cidade, que, para assumir o governo, começou a se organizar em assembleia, que posteriormente passou a ser chamada de senado. Esses senadores eram escolhidos como representantes da plebe. Surgia ali, de alguma forma, a democracia representativa.

Com passar do tempo, vários estadistas, cientistas e filósofos escreveram sobre o tema e foram dando forma ao conceito de república e de democracia que conhecemos hoje. Entre eles, se destacam os franceses Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, e Nicolau Maquiavel.

Montesquieu criou a teoria da separação dos poderes, na qual se baseia a maioria dos Estados modernos. Afirma-se nela a distinção entre os três poderes de uma república: Executivo, Legislativo e Judiciário e suas limitações mútuas. Maquiavel, por sua vez, por meio de suas obras, em especial *O príncipe*, é considerado o pai da ciência política moderna. Em seus escritos, expôs a funcionalidade do Estado e do governo da forma que realmente eram.

Já vimos em capítulos anteriores a importância que os reformadores evangélicos Lutero e Calvino tiveram no conceito de democracia e república. Outros tantos pensadores e filósofos fizeram o mesmo.

Começando com *A República*, de Platão (narrado a Sócrates), passando por nomes como Thomas Hobbes, Giambattista Vico, Friedrich Hegel, Adam Smith, John Locke, Karl Marx, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Jefferson e tantos outros, chegando aos pensadores e estadistas contemporâneos, vários deram sua contribuição para o que hoje se conceitua como república e também democracia.

Alguns conceitos devem ser entendidos pelo leitor, mesmo se não houver intenção de participar da vida pública. Isso porque seremos todos geridos por eles e, quanto mais conhecimento tivermos, mais condições teremos de escolher os nossos representantes e governantes e menos chance de sermos destruídos, por falta de conhecimento, conforme dizem as Escrituras Sagradas.

Em todo o mundo atual, os mais famosos e aplicados sistemas de governo são o parlamentarismo, o presidencialismo e o semipresidencialismo. O parlamentarismo pode ser tanto aplicado em uma monarquia parlamentarista, em que o chefe de Estado é um monarca e o chefe de governo vem do parlamento, geralmente na figura do *premier* ou primeiro-ministro; ou em uma república parlamentarista, que se diferencia apenas pelo fato de o chefe de governo também ser eleito e geralmente chamado de presidente. Em ambos os casos, a figura de chefe de Estado é mais simbólica, pois o poder de fato está nas mãos do primeiro-ministro e de seu gabinete.

São exemplos de monarquia parlamentarista a Inglaterra, o Japão, a Espanha e a Noruega. São exemplos de república parlamentarista a Alemanha, a Índia, a Grécia e Israel. Há também regimes de república parlamentarista reverso, que recentemente começaram a ser chamados de “semipresidencialismo”, em que o presidente conta com a maior parte da

chefia de governo e de Estado, mas que ainda conta com a figura do primeiro-ministro como auxiliar. Esse é o caso da França, da Rússia e da África do Sul (no caso da Rússia, é apenas teórico).

Ainda há o caso das repúblicas comunistas, nas quais há um parlamento de fachada, a serviço de um partido ou ditador, que decide apenas o que se lhes ordena, incluindo as chefias de governo e Estado. É o caso da China e de Cuba, por exemplo.

Nas repúblicas presidencialistas, há uma nítida separação de poderes. Cada qual cumpre seu papel. O chefe de Estado também exerce a chefia de governo, sendo o chefe do Executivo. Essa figura geralmente recebe o nome de presidente. Os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil são exemplos de república presidencialista.

No Brasil, o Poder Executivo é exercido pelo presidente da República. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e o Senado da República.

Nossa República começou em 1889. Antes, éramos um império e, antes deste, colônia de Portugal. Já tivemos 38 presidentes. O primeiro foi o marechal Deodoro da Fonseca, e o 38º é o capitão Jair Bolsonaro.

Os entes federativos — estados e municípios — como vimos, reproduzem proporcional e adequadamente o sistema federal.

Nos últimos anos, com o advento da internet, as discussões políticas ideológicas tomaram grande força. Vemos brasileiros brigando entre si em defesa de homens, partidos e ideias. As amizades foram se desfazendo, o que de certa forma é até normal, pois a democracia, de fato, é barulhenta e expressiva.

Esses espectros ideológicos e políticos existem há muito tempo e em todo o mundo. Direita, esquerda ou centro e seus inúmeros derivados

sempre foram posições ideologicamente debatidas de forma excessiva. Os termos políticos “direita” e “esquerda” foram cunhados inicialmente durante a Revolução Francesa, que se iniciou em 1789. Tratava-se então de uma referência aos lugares em que os parlamentares se sentavam em direção ao presidente do Parlamento francês. Os que estavam à esquerda eram favoráveis à revolução, portanto progressistas; os da direita, ao antigo regime, portanto conservadores.

Hoje quem se identifica com a ideologia da direita política são, resumidamente, os favoráveis a um Estado mínimo, com menor intromissão na vida do cidadão, a menos gastos públicos, a valores familiares tradicionais, a dar prioridade aos direitos individuais em relação aos direitos coletivos, à ampla liberdade, como a de expressão e religiosa, bem como os que creem no livre mercado.

Aquele que se identifica com a esquerda defende o direito coletivo em detrimento do individual, o direito das chamadas minorias progressistas, e maior intervenção do Estado na economia e em amplitude de gastos, cumprindo assim seu papel social. Também defende as liberdades, mas com regulamentações.

O problema da esquerda, no meu entender, é que ela se alinha muito com os princípios comunistas. O comunismo apresenta o Estado como um “deus” provedor ao cidadão, tendo a última palavra em tudo, chegando a anular a autoridade bíblica e as referências sociais e culturais, como a autoridade paterna em uma família. Ele não defende um Estado laico, mas, sim, um Estado ateu, no qual se impõem o ateísmo e a desconstrução cultural aos cidadãos. O comunismo historicamente foi um desastre e causou sofrimento onde prosperou como ideologia e governo. Foi o caso da antiga União Soviética, da Coreia do Norte e de Cuba.

Por isso, penso que a esquerda deve renegar toda a influência comunista sobre suas ideias e seus ideais.

Contudo, a discussão de esquerda ou de direita para o cristão deve ficar em segundo plano. A prioridade é expressar Jesus! E Jesus não pode ser em hipótese alguma restringido a um matiz político. É impossível fazê-lo, apesar de alguns insistirem.

A ideologia principal de um servidor público cristão é o cristianismo. O principal livro inspirativo de um servidor público cristão é a Bíblia. A maior referência pública de um servidor público cristão é Jesus Cristo.

Gosto muito dos escritos de Peter Kreeft a esse respeito. Ele defende: “as categorias, e a polarização que estas criam, são ainda mais indefensáveis quando aplicadas a Cristo, por isso representariam o mundo caído julgando a Cristo”.¹

O mundo caído jamais conseguirá restringir Jesus a seus pensamentos, limitá-lo a suas filosofias ou a seu modo de ver a vida. Jesus é e sempre será maior.

Kreeft brilhantemente continua: “Cristo é o reto, a linha de prumo — quando ele é conhecido de forma explícita, por meio da revelação divina, quando ele é conhecido de forma implícita, por meio da consciência e da lei natural. Ele faz todas as questões voltarem à ordem natural de Deus para julgar as desordens não naturais do homem. Por essa razão, ele também faz isso com a política”.²

Kreeft também defendeu que Jesus

[...] une os interesses apropriados da direita e da esquerda, pois ele é o caminho reto [...]. Ele fornece motivos mais sólidos para os interesses legítimos da direita e da esquerda do que elas podem oferecer [...], por exemplo, por que alimentar o pobre? Porque o pobre é Cristo disfarçado. E não só por ser correto do ponto de vista político ou por sentimento individual.³

O exemplo disso é o que Kreeft apresentou como entendimentos bíblicos complementares, mas que para as ideologias são antagônicos. A esquerda tem a tendência de “amar o pecador”, ao passo que a direita “odeia o pecado”. Mas tanto amar o pecador quanto odiar o pecado deveria ser a marca do cristão. “Por isso devemos ser mais compassivos com os pecadores do que os liberais (esquerdistas) o são, e mais incompassíveis com os pecados do que os conservadores (direitistas) o são. Pela mesma razão: Cristo.”⁴

Confesso que eu gostaria de ter escrito o que Peter Kreeft escreveu sobre Cristo e as ideologias. Considero seu raciocínio brilhante e concordo com ele em plenitude. Kreeft termina com um recado aos que gostam de ser rotulados com suas ideologias aliadas a suas convicções religiosas: “O perigo especial da direita religiosa é adorar as doutrinas e Cristo em vez de adorar a Cristo, confundindo o sinal com a coisa representada [...]. O perigo específico da esquerda religiosa é adorar os valores de Cristo em vez de adorar a Cristo”.⁵

Chego à conclusão de que, se você tenta restringir Jesus à sua ideologia ou não consegue enxergar que ele está acima dela, a sua ideologia política se tornou um ídolo. Tudo o que ocupa o lugar entre você e Jesus é um ídolo, e toda idolatria é condenável pela Bíblia.

Termino com a orientação de John Stott a respeito:

Os cristãos deveriam ter o cuidado de não “batizar” qualquer ideologia política (de direita, de esquerda, de centro) como se ela detivesse um monopólio da verdade e da bondade. No melhor dos casos, uma ideologia política e seu programa são apenas uma aproximação à vontade e ao propósito do Senhor.⁶

O que de fato for bom em qualquer ideologia, em última análise não teve origem em seus pensadores ou teóricos, mas na bondade de Deus, expressa

por meio de seu Filho Jesus e de sua Palavra.

Preservando-se a laicidade, os valores cristãos são fontes inesgotáveis para a construção social, ética e humanitária de uma sociedade. O contrário também é verdadeiro. A falta desses mesmos valores cristãos pode destruir uma nação, como afirmou Billy Graham: “A deterioração moral pode acabar com uma nação mais depressa que qualquer ameaça estrangeira”.⁷ Como cristãos, os nossos valores devem nortear a vida pública. Detalhamos a esse respeito no capítulo seguinte.

¹ KREEFT. **Jesus, o maior filósofo que já existiu**, p. 143.

² Ibidem, p. 144.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem, p. 145-146.

⁶ STOTT, John. **O cristão em uma sociedade não cristã**, p. 43.

⁷ GRAHAM, Billy. **Minhas últimas palavras**, p. 42.

Ética cristã, direitos humanos e outros temas

A Ética, na definição filosófica, trata de assuntos morais que envolvem um indivíduo ou sociedade. A palavra vem do grego *éthos*, que significa caráter ou moral. Portanto, quando falamos ou estudamos sobre ética, estamos falando do caráter e da moral.

Até o século VI a.C., a palavra *éthos* tinha outro significado. Segundo estudiosos do grego antigo, significava “morada do humano”, uma espécie de morada interior, ou seja, aquilo que o homem é por dentro, ou como o homem é de fato.

Há uma correlação direta com a nossa conduta. Nas palavras de Aristóteles, o “nosso caráter é o resultado da nossa conduta”. Mario Sergio Cortella, filósofo brasileiro, corrobora, ao afirmar em seu livro *Ética e vergonha na cara* (escrito em parceria com o jornalista Clóvis de Barros Filho):

Ética é o conjunto de valores e princípios que nós usamos para decidir as três grandes questões da vida: “Quero?”, “Devo?”, “Posso?”. Tem coisa que eu quero, mas não devo; tem coisa que eu devo, mas não posso e tem coisa que eu posso, mas não quero.

Paulo pensava da mesma forma, ao dizer em sua primeira carta aos Coríntios: “ ‘Tudo me é permitido’, mas nem tudo convém. ‘Tudo me é permitido’, mas eu não deixarei que nada me domine” (1Coríntios 6.12). A

compostura do cristão deve ir além da santidade eclesial. Embora haja coisas que não sejam pecaminosas, a ética cristã diz que não devo praticá-las, pois o padrão ético do cristão é o padrão ético de Cristo. É da perspectiva de Jesus que o cristão deve pensar, expressar-se e agir com respeito a todas as coisas. Uma exigência divina, segundo o profeta Miqueias: “Ele mostrou a você, ó homem, o que é bom e o que o SENHOR exige: pratique a justiça, ame a fidelidade e ande humildemente com o seu Deus” (Miqueias 6.8).

Em um mundo onde o conceito de ética varia e se adapta, até mesmo se transforma em razão do tempo ou da circunstância, a ética do cristão deve ser imutável, pois a Bíblia não mudou nem mudará; o Senhor Jesus não mudou nem mudará. Ele é o mesmo ontem, hoje e o será eternamente.

Pensando assim, passo a tratar, de forma resumida, de alguns assuntos de acordo com os valores éticos bíblicos.

Os direitos humanos são uma preocupação cristã ao longo dos tempos. Uma preocupação bíblica. O fato de o segundo grande mandamento de Jesus ser o amor ao próximo como a nós mesmos já indica que a ética cristã valoriza a igualdade de direitos: o que serve para mim serve para o meu próximo, tanto no que se refere a direitos quanto a deveres.

O apóstolo Tiago, irmão terreno de Jesus, inicia o capítulo 2 de sua carta dizendo que não se deve tratar pessoas de forma diferente em nenhum aspecto: “Meus irmãos, como crentes em nosso glorioso Senhor Jesus Cristo, não façam diferença entre as pessoas, tratando-as com parcialidade” (Tiago 2.1).

Paulo diz que diante de Deus não há parcialidade (Romanos 2.1). Não somos iguais, mas seremos tratados de formal igualitária, como demonstra a parábola dos trabalhadores na vinha contada por Jesus (Mateus 20.1-16). Sua aceitação para com todos é igual, independentemente de passado ou de

atos; desde que haja arrependimento e busca, por meio de Jesus, o pecador será aceito e perdoado. Isso, porém, não significa que Jesus permite que a pessoa continue a ser do mesmo jeito. Não. Ele aceita as pessoas que o procuram como estão, mas transforma-as em uma nova criação (2Coríntios 5.17).

Em Colossenses 3.25, Paulo fez a mesma afirmação: não haverá exceção para ninguém. E a repete em Efésios 6.9b: ele não faz diferença entre as pessoas. Pedro fala a mesma coisa em Atos 10.34b: Deus não trata as pessoas com parcialidade. São todas declarações encontradas também nos livros de Levítico (19.5) e Deuteronômio (16.19).

Se diante de Deus não há acepção de pessoas, diante do cristão também não deve haver. A dignidade humana tem origem na criação do homem. Ao criar o homem à “sua imagem e semelhança”, Deus conferiu à humanidade o direito de ter nele sua dignidade.

Entretanto, os conceitos de direitos humanos hoje deixaram de ser amplos para serem específicos. Surgiram os “direitos das minorias” que, muitas vezes, confrontam os direitos da maioria.

E como delimitar os limites na ética cristã?

Stott disse:

É importante que sejamos interculturais em nossa discussão sobre direitos humanos. [...] A linguagem dos direitos humanos é uma linguagem moral, no sentido de que é uma tentativa de descrever o certo e o bom. Mas é também uma linguagem política. Apelar aos direitos humanos não encerra o debate. Na maioria das vezes, inicia um debate. Os direitos humanos não representam um trunfo moral. É preciso algum arcabouço moral que vá além dos direitos humanos, do qual eles possam extrair sua autoridade e que lhes forneça sua base.¹

Portanto, o arcabouço moral do qual extraímos a autoridade e a base para interpretarmos os direitos humanos é a Palavra de Deus. A Bíblia é o nosso

limitador.

Os direitos humanos devem ser garantidos a todos tendo a Bíblia, sobretudo o Novo Testamento, como base e fundamento.

Entretanto, o debate sobre os direitos humanos hoje em dia tem se resumido a alguns poucos direitos, de poucas pessoas, e relegado os direitos mais abrangentes.

Nada é mais direito humano do que o direito à vida. O direito de viver! Direito que biblicamente foi dado por Deus ao homem, quando nele soprou o fôlego da vida. Um direito que inicia-se na concepção da vida. Timothy Keller acredita que, “de alguma forma”, na criação do homem a presença de Deus foi concedida à humanidade, e “assim cada ser humano é sagrado e cada ser humano possui dignidade”.²

O autor do salmo 139 faz uma exposição profética sobre o tema:

Tu criaste o íntimo do meu ser
e me teceste no ventre de minha mãe.
Eu te louvo porque me fizeste de modo especial e admirável.
Tuas obras são maravilhosas!
Digo isso com convicção.
Meus ossos não estavam escondidos de ti
quando em secreto fui formado
e entretecido como nas profundezas da terra.
Os teus olhos viram o meu embrião;
todos os dias determinados para mim
foram escritos no teu livro antes de qualquer deles existir
(Salmos 139.13-16).

O livro de Jó também afirma a ação divina da vida no feto (Jó 31.15). Os profetas Isaías (44.2) e Jeremias (1.5) também demonstram que Deus já operava na vida deles ainda no ventre materno; portanto, aos olhos das Escrituras Sagradas, o feto em formação é vida.

Aos olhos da ciência, também deveria ser assim, pois a fecundação da célula germinativa feminina (óvulo) pela célula germinativa masculina

(espermatozoide) dá início a um processo constitutivo da pessoa humana, caracterizado pela multiplicação de células (crescimento), pela especialização celular (desenvolvimento dos tecidos e sistemas orgânicos) e pela estruturação funcional (organicidade sistêmica, que garante a homeostase ou equilíbrio do corpo humano).

Outro argumento é o filosófico-ético. Uma vida jamais deve ser destruída, em nenhuma circunstância, ainda mais em formação, extremamente frágil, sem condição de defesa; na maioria dos casos, por quem mais deveria protegê-la. Em qualquer circunstância, desvalorizar a vida é perigoso para toda a sociedade.

Tenho total consciência de que em muitos casos a mulher não deseja o aborto. Também tenho ciência das formas em que a legislação brasileira permite o ato. Por mais que nesses casos deva-se olhar para a mãe com misericórdia, no sentido bíblico e filosófico a vida deve ser protegida a todo custo. Não existem direitos de um corpo sobre outro corpo. Um feto não é extensão do corpo da mãe. Eles estão conectados pelo cordão umbilical, mas um não é extensão do outro. A prova disso é que existem as chamadas “barrigas de aluguel”, quando mulheres grávidas “emprestam” o útero para carregar um bebê fruto da fecundação de um espermatozoide em um óvulo de outra mulher.

Não desconsidero que o aborto se trata de uma crise de saúde pública. As mulheres mais pobres não têm acesso a cuidados médicos, mesmo que clandestinos, equivalentes aos que as mulheres de melhor condição social têm, ainda que isso leve à morte do bebê. Entretanto, a inversão de valores dá lugar a uma inversão de temas.

Devemos orientar as pessoas, sobretudo mulheres jovens, sobre os métodos contraceptivos existentes e proporcionar às mulheres com gravidez

indesejada o acompanhamento médico e psicológico digno para preservar a vida das mães e a nova vida que está surgindo.

O direito à saúde e de qualidade a todos é um direito básico que também tem sido relegado em detrimento de temas banais. Isso também tem acontecido com a educação, a formação profissional e o emprego. Esses são os direitos humanos fundamentais. Sobre o valor da vida, não podemos desconsiderar os inúmeros casos de violência que assolam parte da vida de uma pessoa, chegando a tirá-la em muitos casos.

A segurança pública, o combate à violência e o cuidado com as vítimas de violência também são direitos humanos e assim deveriam ser considerados. Não é sem razão que o sexto mandamento dado por Deus a Moisés, “Não matarás” (Êxodo 20.13), se refere não apenas ao indivíduo, como também se estende ao Estado. Há escusa quando o agente, em cumprimento legal, comete tal ato especialmente em legítima defesa. Entendo que o princípio de legítima defesa se estende ao agredido diante do perigo de sua morte ou de sua família.

Não propiciar um debate abrangente sobre direitos humanos, restringindo o debate a minorias, é intelectualmente hipócrita e desonesto.

Por conseguinte, há outro princípio e fundamento básico expresso na Bíblia: a defesa intransigente da família e dos valores familiares, tendo como núcleo o casamento (ou ajuntamento) entre um homem e uma mulher. O conceito se estende com certeza a famílias formadas por uma mãe e seus filhos, ou um pai e seus filhos, e similares, até porque foram gerados pelo ajuntamento de um homem e uma mulher.

O princípio da família é um dos mais claros na Bíblia. O primeiro projeto de Deus para o homem foi o domínio da terra, e o segundo foi o casamento e a constituição de uma família, mediante a geração de filhos.

A família é o esteio da sociedade, o que significa dizer que famílias estruturadas constroem uma sociedade estruturada. O contrário também é verdadeiro.

Como escreveu Victor Hugo, dramaturgo e pensador francês, “Toda a doutrina social que visa destruir a família é má, e para mais inaplicável. Quando se decompõe uma sociedade, o que se acha como resíduo final não é o indivíduo, mas, sim, a família”.³

A ética cristã busca a defesa intransigente da família e dos valores imutáveis inerentes a ela; também garante a ela o papel inviolável de ditar as regras particulares em seu seio nuclear. O Estado não pode interferir naquilo que compete à família fazer: criar seus filhos segundo entende melhor. E mais uma vez o limitador é a Bíblia.

Isso é fruto de um princípio que o cristianismo em sua essência e historicamente sempre defendeu: a liberdade.

Uma das verdades basilares do evangelho tem a ver com liberdade, incluindo a liberdade de escolha, com a qual o ser humano foi dotado ao ser criado, conhecida como “livre-arbítrio”,

Jesus apregoava a liberdade (João 8.32,36). A manifestação do Espírito Santo gera liberdade (2Coríntios 3.17). “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou”, nas palavras de Paulo (Gálatas 5.1)

Contudo, ser livre gera consequência. Somos livres para fazer escolhas, ao mesmo tempo que escravos de suas consequências. Paulo e Pedro falam sobre isso:

Irmãos, vocês foram chamados para a liberdade. Mas não usem a liberdade para dar ocasião à vontade da carne; ao contrário, sirvam uns aos outros mediante o amor (Gálatas 5.13).

Vivam como pessoas livres, mas não usem a liberdade como desculpa para fazer o mal; vivam como servos de Deus (1Pedro 2.16).

Portanto, o homem deve ser livre, mas responsabilizado, caso fira os preceitos legais de sua liberdade.

Dentre as liberdades, as três mais expressivas são as que deveriam ser defendidas ao extremo, pois delas dependem a democracia: liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade religiosa.

O homem deve ser livre para expressar o que quiser e como quiser. Se for o caso, quando ultrapassa a legalidade, punido como consequência de sua liberdade. No entanto, opinar, criticar e se expressar deve ser um fundamento garantido a todos.

Da mesma forma, a imprensa deve ter liberdade para narrar os fatos, apresentar versões e emitir opiniões. Muitas vezes, essas opiniões não serão do agrado de todos e poderão ser até mesmo partidárias, ideológicas, mas a liberdade garantida de poder expressá-las legitima a própria humanidade.

Por fim, a liberdade religiosa. Poder crer e cultuar deve ser um direito garantido a todos. Não apenas aos cristãos. A todos, inclusive aos que não querem crer em nada, os chamados ateus. Ter um ser supremo a quem prestar contas também é filosoficamente importante no processo civilizatório.

A Reforma Protestante deixou como herança ao mundo ocidental dois princípios indispensáveis: a separação entre Igreja e Estado e a laicidade do Estado. Ou seja, o Estado não tem uma religião oficial, por conseguinte não pode obrigar seus cidadãos a seguir determinada crença. Todos são livres para seguir ou não uma religião.

Estado laico não significa e jamais significou que suas autoridades e servidores públicos não possam professar uma religião e usar seus princípios como base. O que não se pode é oficializar uma crença ou obrigar outros a seguir essa crença. Aliás, se um ateu, ao exercer um cargo público, utilizar

em sua administração e governo atos e princípios de Jesus Cristo, certamente fará um bom governo, repleto de justiça social.

As autoridades do povo precisam entender o princípio bíblico que as envolve. O cristão aprende que deve obedecer às autoridades delegadas, por terem sido estas investidas nessa posição por Deus. É o que Paulo diz em Romanos 13. O limitador está no próprio texto. No versículo 4, Paulo diz que a autoridade deve ser exercida “para o [...] bem”.

Quando a autoridade se desvia do princípio de buscar o bem e deixa de ser “ministra de Deus”, ou seja, dos valores de Deus expressos na Bíblia, perde a delegação de Deus como autoridade, ficando sujeita à insubmissão.

R. C. Sproul diz:

Se qualquer governante – um oficial ou um corpo de governantes, um professor de escola, um chefe de trabalho ou um comandante militar – nos ordena fazer algo que Deus proíbe ou nos proíbe de fazer algo que Deus ordena, não somente podemos desobedecer-lhe, mas também devemos desobedecer-lhe. Se chegarmos a um momento de decisão como este, devemos obedecer a Deus.⁴

Temos um exemplo bíblico a esse respeito: os três amigos Sadraque, Mesaque e Abede-Nego na corte da Babilônia.

É obrigatório e urgente que o verdadeiro cristão expresse sua ética cristã onde estiver e sobre esses e outros temas; sobre todos os temas. Sua moral deve ser a bíblica, portanto deve ser expressa, pois essa é a única forma de ser lâmpada para todos os caminhos!

Salomão ensina que quem anda em sua integridade, portanto na ética, “anda com segurança, mas quem segue veredas tortuosas” ou seja, sem ética, “será descoberto”. Ficará desprotegido (cf. Provérbios 10.9).

Quando o rei Josafá nomeou juízes, fez uma recomendação que se encaixa perfeitamente naquilo que defendemos como ética:

Ele nomeou juizes em cada uma das cidades fortificadas de Judá, dizendo-lhes: "Considerem atentamente aquilo que fazem, pois vocês não estão julgando para o homem, mas para o SENHOR, que estará com vocês sempre que derem um veredicto. Agora, que o temor do SENHOR esteja sobre vocês. Julguem com cuidado, pois o SENHOR, o nosso Deus, não tolera nem injustiça nem parcialidade nem suborno". Também em Jerusalém nomeou Josafá, alguns dos levitas, dos sacerdotes e dos chefes de famílias israelitas para julgarem questões da lei do SENHOR e resolverem pendências dos habitantes. Deu-lhes as seguintes ordens: "Vocês devem servir com fidelidade e com coração íntegro, no temor do SENHOR" (2Crônicas 19.5-9).

O servidor público deve entender que o que faz na condição de autoridade do povo está debaixo da permissão e da supervisão de Deus. Por isso, é preciso ser eticamente realizado no temor do Senhor. Ele deve agir com cuidado e servir com integridade, pois com Deus não há negociação de valores.

Isso me conduz a um último detalhe, entre os muitos que escolhi, aplicável à ética cristã: o combate à corrupção.

Vimos claramente, no decorrer deste livro, exemplos de mensagens bíblicas contra a corrupção pública e social, que é fruto da corrupção inerente ao próprio homem caído. Combater esse mal é combater a própria corrupção do caráter humano, que tem o poder de distanciar o homem de Deus.

A frase que Ulysses Guimarães gostava de usar deve permear o homem público cristão: "Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube". Um criminoso que desvia recursos públicos é um assassino, pois permite a morte de centenas de pessoas, ou até milhares, que morrerão por falta de recursos para a saúde, o que os impossibilitará de ser tratados em suas necessidades, ou num acidente automobilístico, por exemplo, por falta de recursos para a manutenção de estradas.

Quando tomei posse como deputado estadual na Assembleia Legislativa de Goiás, no meu primeiro mandato nessa função, mandei escrever um texto bíblico em um *banner* de 2 m x 2 m e colocá-lo na entrada do meu gabinete. O texto servia para avisar os mal-intencionados de que ali era diferente, mas também servia para me lembrar da minha obrigação ética diante de Deus. O texto está em Isaías:

Aquele que anda corretamente e fala o que é reto, que recusa o lucro injusto, cuja mão não aceita suborno, que tapa os ouvidos para as tramas de assassinatos e fecha os olhos para não contemplar o mal, é esse o homem que habitará nas alturas; seu refúgio será a fortaleza das rochas; terá suprimento de pão, e água não lhe faltará (Isaías 33.15,16).

Ética não é estética, como afirmou Cortella. Portanto, não pode ser adaptável ou mutável segundo a conveniência, muito menos em se tratando da ética bíblica cristã. Esta é imutável.

¹ STOTT, John. **O cristão em uma sociedade não cristã**, p. 232.

² KELLER, **Justiça generosa**, p. 97.

³ HUGO, Victor. Apud PIZZININGA, p. 1.

⁴ SPROUL, **Qual é a relação entre Igreja e o Estado?**, p. 57.

A Igreja e a política

Escriver sobre um tema que geralmente causa polêmica não é fácil; mais ainda quando os possíveis leitores são membros de instituições que há poucas décadas foram despertadas para a importância do tema, o que piora no clima de “Fla-Flu” que impera na política brasileira.

Mas aceitei o desafio, pois creio que com o despertar é necessário também haver o conhecimento. Assim foram os avivamentos ao longo da História; com despertar e conhecimento. O avivamento espiritual sem o despertar do Espírito Santo não é legítimo; sem o conhecimento do Espírito Santo, não prospera. Claro que se trata de uma analogia similar. É fato que há um despertar para as preocupações sociais e públicas do cristão, mas para que isso realmente prospere é necessário que haja conhecimento.

Por muitos e muitos anos, a igreja cristã no Brasil esteve cega em relação à participação dos cristãos na política. Muitos não participaram ou sequer ousaram querer participar simplesmente porque esse não era o lugar dos “crentes”. Outros chegaram a atribuir a política ao Diabo — e ele agradeceu. Francis Chan, em seu maravilhoso livro *Cartas à Igreja*, escreveu: “Enxergar o cristianismo de maneira distorcida só tem um resultado: uma Igreja distorcida”.¹ A relação entre cristianismo, Bíblia e política foi distorcida durante muitos anos.

Sobre isso, Spurgeon escreveu: “Só os tolos acreditam que política e religião não se discutem. Por isso, os ladrões permanecem no poder e os

falsos profetas continuam a pregar”.²

Mas hoje, com o despertar — e com o entendimento correto —, podemos fazer a diferença como luz e sal na terra onde estivermos inseridos, e isso inclui o serviço público.

No entanto, alguns princípios precisam ser deixados claros.

Primeiro, a Igreja de Jesus não precisa de política ou do poder temporal. Ela precisa de Jesus e de seu poder sobrenatural. Contudo, os frequentadores dos templos e os fiéis seguidores do evangelho precisam da política enquanto forem cidadãos terrenos, uma vez que possuem dupla cidadania.

Também é absolutamente normal que um grupo crescente de brasileiros tenha representantes, sobretudo no Legislativo, que defendam suas crenças. Aliás, em uma democracia, é permitido que todos os agrupamentos sociais o façam.

Mesmo aqueles que se sentem chamados e motivados a servir a Deus no serviço público precisam entender que, como cristãos e seguidores de Jesus, têm como principal missão a mesma da Igreja, pois, como “galhos enxertados na videira verdadeira”, fazem parte dela: ir pelo mundo todo e pregar o evangelho a todas as pessoas (cf. Marcos 16.15), ir e fazer discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (cf. Mateus 28.19).

Essa missão principal jamais mudará. Como todo princípio bíblico, é imutável. Por isso, jamais permiti que, por exercer um cargo público, eu fosse afastado do ministério. Há pastores e líderes que defendem isso, mas o ministério não pode ser negado, e sim vivido e expresso. Jamais devemos enterrar talentos.

Se eu houvesse me licenciado, estaria dizendo que a minha missão social era mais importante que a missão espiritual, o que não é verdade!

Encontro embasamento bíblico nos inúmeros homens e mulheres de Deus, alguns já citados, que exerceram um ministério espiritual enquanto exerciam uma função terrena. Vejamos o livro de Zacarias, quando profetizou sobre o sacerdote Josué:

Ele construirá o templo do SENHOR, será revestido de majestade e se assentará em seu trono para governar. Ele será sacerdote no trono. E haverá harmonia entre os dois (Zacarias 6.13).

Mesmo que se leve em consideração que tal profecia se refere ao “Renovo”, ou seja, claramente ao Messias, o que se reflete no nosso mundo natural é sombra do mundo espiritual, portanto se concretiza naturalmente naquilo que já ocorre espiritualmente.

Com esse entendimento, a Igreja pode e deve enviar representantes para os cargos públicos, na missão secundária de representar seus membros e também de salgar a terra e ser luz do mundo.

Talvez por isso, em um de seus sermões, Martin Luther King disse que a Igreja é “termostato que transforma os usos e costumes da sociedade”.

Por outro lado, a Igreja jamais deve ser extensão do Estado, que é para todos. A Igreja é para quem quer dela fazer parte. A Igreja contribui enviando pessoas para o debate e para participar das atividades governamentais, segundo as regras vigentes, mas jamais subjuga o Estado ou é subjugada por ele.

Da mesma forma que podemos afirmar que Igreja e Estado não devem se misturar, é impensável dizer que política e religião não se misturam. Claro que sim. A religião faz parte da vida da *pólis*, faz parte da vida dos cidadãos; portanto, a religião faz parte das discussões políticas. O Estado é (e deve

continuar a ser) laico, mas as pessoas que fazem parte do Estado, em sua maioria, não são.

Como disse Paul Freston:

A fé cristã é, ao mesmo tempo, utópica e bastante realista. A solução para os problemas políticos é sempre política. A solução para a má política é a boa política, e para a má espiritualidade é a boa espiritualidade. Não precisamos fugir para outro campo, porque o Deus bíblico está em todas as áreas da vida humana.³

Um alerta profético deve ser dado à Igreja quando esta escolhe seus representantes e “apoiados”. O que mais me revoltou, e certamente causa revolta diante de Deus, são pastores e líderes que escolhem seus representantes quando estes disponibilizam recursos financeiros para o líder e até mesmo para a igreja. Nas eleições que disputei, sempre encontrei pastores e líderes que pediam compensações financeiras para me apoiarem. Jamais compactuei com isso. Eu tinha um princípio: “Prefiro perder a eleição a perder a salvação”.

Perdi o apoio e também a admiração que tinha por alguns desses homens, que se apresentam como “santos” diante dos rebanhos, mas são corruptos do ponto de vista político ao vender o seu apoio.

Vi também pastores e líderes levarem pessoas cuja vida estava totalmente fora dos princípios cristãos e bíblicos ao altar, apresentando-os como “homens de Deus”. Estou convicto de que isso também se trata de misturar o profano com o sagrado e oferecer fogo estranho diante do Senhor. É preciso que a Igreja, sobretudo seus líderes, se arrependa dessa prática diante de Deus e corrija seus próprios caminhos, pois ambos serão severamente cobrados diante de Deus.

O cristão que recebe a missão de servir à sociedade precisa estar convicto de seus valores e da sua fé, sendo o máximo possível, uma cópia expressa de

Jesus onde estiver servindo.

Fé e unção não bastam. Boas intenções também não. Para ser relevante, esse cristão precisa ser como Daniel, versado no conhecimento, estudado e capacitado. Apenas ser “evangélico” não fará nenhuma diferença. Lembro que o Brasil já teve dois presidentes evangélicos: Geisel e Café Filho.

Uma ilustração bíblica que ilustra bem a importância da Igreja na sociedade está no livro de Juízes 7 e 8. Gideão tinha acabado de liderar a grande vitória dos israelitas sobre os midianitas e outras batalhas. Veja o que diz o texto:

Os israelitas disseram a Gideão: “Reine sobre nós, você, seu filho e seu neto, pois você nos libertou das mãos de Midiã”. “Não reinarei sobre vocês”, respondeu-lhes Gideão, “nem meu filho reinará sobre vocês. O SENHOR reinará sobre vocês” (Juízes 8.22,23).

Gideão rejeita a posição de líder social, que lhe fora conferida por Deus, e ainda pede dinheiro por seus serviços, como mostra o restante do texto bíblico.

Quando Gideão morre, o filho bastardo, Abimeleque, sem a aprovação divina, consegue apoio social em Siquém, assassina seus irmãos, os demais filhos de Gideão, e assume o poder.

Jotão, o único filho de Gideão que conseguiu escapar, tempo depois sobe no monte Gerizim, provavelmente em um dia de ajuntamento popular, para fazer um discurso. Gerizim, junto com o monte Ebal, ficava em um vale perto de Siquém. Sobre o monte Gerizim, segundo a ordem de Moisés, deveriam ser proferidas as bênçãos e sobre o Ebal, as maldições (Deuteronômio 11.26-32).

No monte da bênção, Jotão conta a famosa parábola profética do espinheiro.

Quando Jotão soube disso, subiu ao topo do monte Gerizim e gritou para eles: "Ouçam-me, cidadãos de Siquém, para que Deus os ouça. Certo dia as árvores saíram para ungir um rei para si. Disseram à oliveira: 'Seja o nosso rei!'

A oliveira, porém, respondeu: 'Deveria eu renunciar ao meu azeite, com o qual se presta honra aos deuses e aos homens, para dominar sobre as árvores?'

Então as árvores disseram à figueira: 'Venha ser o nosso rei!' A figueira, porém, respondeu: 'Deveria eu renunciar ao meu fruto saboroso e doce, para dominar sobre as árvores?' Depois as árvores disseram à videira: 'Venha ser o nosso rei!' A videira, porém, respondeu: 'Deveria eu renunciar ao meu vinho, que alegra os deuses e os homens, para ter domínio sobre as árvores?'

Finalmente todas as árvores disseram ao espinheiro: 'Venha ser o nosso rei!'

O espinheiro disse às árvores: 'Se querem realmente ungir-me rei sobre vocês, venham abrigar-se à minha sombra; do contrário, sairá fogo do espinheiro e consumirá até os cedros do Líbano!' ". (Juízes 9.7-15)

O espinheiro, Abimeleque, só governou Israel porque as outras árvores permitiram, incluindo Gideão, que rejeitou a responsabilidade.

Essa parábola é viva nos dias de hoje. Pessoas que contêm "azeite" espiritual, "frutos" e "vinho" estão dizendo não ao governo, usando desculpas espiritualmente esfarrapadas. A Igreja tem dado o domínio a espinheiros. E o que é pior: tem se vendido a espinheiros.

Chegou a hora de as "oliveiras", "figueiras" e "videiras" que seguem realmente Jesus assumirem o papel de domínio sobre as demais árvores, expulsando dos púlpitos, dos templos e também dos governos os "espinheiros" enganadores e aproveitadores.

Nas palavras do rei Salomão, "Quando os justos florescem, o povo se alegra; quando os ímpios governam, o povo geme" (Provérbios 29.2).

Espero que este livro tenha sido um alerta para a sua vida; um instrumento para incentivar você a participar do governo ou em qualquer

área da vida pública da forma correta, ou a se inteirar mais do assunto e assim escolher melhor seu representante a algum cargo eletivo.

Que seja um instrumento para tirar escamas dos olhos dos cristãos para entenderem a importância de sermos sal e luz nas esferas de decisão.

Como disse Timothy Keller, “Se a pessoa entendeu a graça de Deus, fará justiça”.⁴

¹ CHAN. **Cartas à Igreja**, p. 118.

² SPURGEON. **A Political Dissenter**, mar. 1873.

³ FRESTON. **Religião e política, sim. Igreja e Estado, não**, p. 12.

⁴ KELLER. **Justiça generosa**, p. 19-20.

Bibliografia

BARBER, Cyril. **Neemias e a dinâmica da liderança eficaz**. São Paulo: Vida, 2011.

BARBET, Pierre. **A crucificação de Cristo descrita por um cirurgião**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2018.

BEVERE, John. **Assim diz o Senhor?** Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

BÍBLIA DE ESTUDO PALAVRAS-CHAVE (Hebraico/Grego). Rio de Janeiro: CPAD, 2013.

CALVINO, João. **Hebreus**. São Paulo: Fiel, 2013.

CARSON, Clayborne; SHEPARD, Kris (Orgs.). **Os melhores discursos de Martin Luther King**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARSON, D. A. **Cristo e cultura**: uma releitura. São Paulo: Vida Nova, 2012.

CARVALHO, Guilherme. A cosmovisão calvinista e a resistência ao Estado. **Fides Reformata**, v. X, n. 2, p. 21-44, 2005.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**. São Paulo: Ultimato, 2002.

CHAMPLIN, R. N. **Coleção do Antigo e Novo Testamento Interpretado**. São Paulo: Hagnos, 2006.

CHAN, Francis. **Cartas à Igreja**. São Paulo: Mundo Cristão, 2019.

CONLON, Carter. **Cristão 180°**. São Paulo: Vida, 2018.

FORREST, Benjamin et al. **A história da pregação**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2020. v. 1.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim. Igreja e Estado, não**. São Paulo: Ultimato, 2016.

GARDNER, Paul (Org.). **Quem é quem na Bíblia Sagrada**. São Paulo: Vida, 2014.

GRAHAM, Billy. **Minhas últimas palavras**. São Paulo: Vida, 2017.

_____. **Uma autobiografia**. São Paulo: United Press, 1988.

GRUDEM, Wayne. **Política segundo a Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

HAYASHI, Teófilo. **O Reino inabalável**. São Paulo: Quatro Ventos, 2018.

KELLER, Timothy. **Justiça generosa**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

KREEFT, Peter. **Jesus, o maior filósofo que já existiu**. Rio de Janeiro: Petra, 2016.

LEWIS, C. S. **A abolição do homem**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.

_____. **O peso da glória**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.

MACARTHUR, John. **O chamado de Cristo para reformar a Igreja**. São Paulo: Hagnos, 2019.

MEETER, H. Henry. **La Iglesia y el Estado**. TEEL (The Evangelical Literature League), 1975.

MUNROE, Myles. **Redescobrimo o Reino**. São Paulo: Reino Editorial, 2007.

PHILLIPS, Donald T. **Liderança segundo Abraham Lincoln**. Landscape, 2007.

PIPER, John. **Em busca de Deus**. São Paulo: Shedd, 2008.

_____. **O que Jesus espera de seus seguidores**. São Paulo: Vida, 2008.

SANDYS, Jonathan; HENLEY, Wallace. **Deus e Churchill**. São Paulo: Novo Século, 2018.

SHEDD, Russell. **Justiça social e a interpretação da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2016.

SPROUL, R. C. **Qual é a relação entre Igreja e o Estado?** São Paulo: Fiel, 2018.

SPURGEON, C. H. **O homem cuja mão prendia à sua espada**. Clube de Autores, 2019.

STOTT, John. **O cristão em uma sociedade não cristã**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019.

TAYLOR, Steven L. **Contracultura cristã**. São Paulo: ABU Editora, 1981.

_____. **Política: 50 conceitos e teorias fundamentais**. São Paulo: Publifolha, 2017.

WESLEY, John. **O Sermão da Montanha**. São Paulo: Vida, 2012.

WRIGHT, N. T. **Paulo**: uma biografia. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019.

Agradecimentos

Ao fazer os agradecimentos em qualquer obra, corre-se o sério risco de esquecer alguém e ser injusto. Pensando nisso, gostaria de ter evitado nomear agradecimentos. Entretanto, há alguns nomes que merecem o registro da minha gratidão.

Primeiro, agradeço à minha família. Aos meus filhos, Estêvão e Amanda, preciosos presentes que Deus me confiou. Agradeço à minha eterna companheira, Priscila, que mais uma vez foi uma bênção na minha vida, opinando, corrigindo e incentivando. A minha família é, sem dúvida, o maior motivo. Agradeço também aos meus pais, César e Rúbia, por serem a expressão do amor de Deus para mim e verdadeiros incentivadores dos desafios, como o de escrever este livro.

Agradeço à Editora Vida por mais uma vez acreditar no meu projeto de edificar outras pessoas por meio da escrita, projeto esse que a Editora Vida faz tão bem há décadas. Agradeço a toda a equipe, em especial a Gisele Romão e ao Omar Daldi, em nome dos quais abraço a todos.

Deus tem me dado a graça de ter bons amigos. Homens de Deus que influenciam publicamente suas esferas de ação de uma forma poderosa. Alguns deles, que me incentivaram a escrever este projeto, receberam o “manuscrito” bruto e não só endossaram o texto, como também opinaram: Teófilo Hayashi, Davi Lago, Nelson Júnior, Fred Arrais e Gilberto Araújo. Sou muito grato pela amizade de vocês. Temos uma aliança em Deus!

Agradeço de forma especial ao amigo William Douglas. Mesmo atuando como juiz federal, professor, escritor e pastor, achou tempo não só para prefaciar o livro, mas também contribuiu com opiniões que enriqueceram o texto.

Agradeço aos queridos discípulos, ovelhas e líderes ministeriais que tenho a honra e o dever de apascentar. Um grande abraço ao Norberto Neto e à sua esposa, Luana, e ao Jônatas e à Jessica, que me ajudaram na confecção deste trabalho, em nome dos quais abraço a todos.

Ao Rei eterno, Deus de toda a glória e merecedor de toda a honra e louvor, a minha mais sincera e profunda gratidão e a consagração de todo este trabalho. Que o Senhor cresça, e eu diminua.

Sobre o autor

Fábio Sousa é pastor há mais de vinte anos, jornalista, graduado em História, Teologia e Gestão Pública. Segundo afirma, metido a poeta. É bispo da Igreja Fonte da Vida. Fundou e liderou por muito tempo o ministério de jovens Atitude. Hoje, além de exercer liderança ministerial ativa em sua igreja, lidera o ministério Movemos e a Iniciativa Salluz.

Teve uma carreira política exitosa: vereador em Goiânia, duas vezes deputado estadual, chegando a presidir por breve período a Assembleia Legislativa de Goiás, e deputado federal. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação e participou ativamente dos tumultuados anos que envolveram o *impeachment* de Dilma Rousseff e os processos contra Michel Temer. Fábio votou favorável aos dois processos.

Escreveu também outros cinco livros: *Didaskalia: uma viagem ao centro da Bíblia*; *Na vertical: 11 pilares para o sucesso*; *Um chamado à santidade*; *Oi Deus, sou eu*; e *Ideias e ideais*. Está há mais de duas décadas na televisão e nas ondas de rádio como apresentador e propagador do evangelho. Já pregou em praticamente todas as regiões do Brasil e em países da América do Norte, Europa, África e Ásia.

Casado com a médica e bispa Priscila, o casal tem dois filhos, Estêvão e Amanda. A família reside em Goiânia.

“Conhecer bem o que a Bíblia ensina sobre política e a história do cristianismo nesse aspecto é um dever de cada cristão disposto a não se omitir diante de nossa dupla cidadania [brasileiros e cidadãos do Reino]. É um dos primeiros passos para sermos, de fato, sal e luz.”

William Douglas,

juiz federal, professor universitário e escritor

“Fábio apresenta de modo didático os princípios cristãos que norteiam a ação política contemporânea. Amparado pelas Escrituras Sagradas, pela História e por sua experiência política prática como homem público, demonstra o valor da cidadania terrena na jornada daqueles que são cidadãos do céu.”

Davi Lago,

pastor batista, escritor, mestre em Teoria do Direito e professor universitário.

“Eu acreditava na máxima que política e religião não se misturam. Por esse e outros fatores, sempre detestei a política, como grande parte dos brasileiros. Assistia a certa distância sem me envolver e também era levado a acreditar que não existiam políticos honestos. Com o tempo, buscando em Deus e na Bíblia, descobri que eu e todos os que pensavam como eu, estávamos equivocados. Quando conheci o Fábio Sousa, pude perceber que é plenamente possível existirem homens íntegros, tementes a Deus, relevantes na política. Como Daniel, Hananias, Misael e Azarias, personagens bíblicas que provaram essa realidade, agradeço a Deus pela vida do amigo Fábio e sua disposição em servir a Igreja brasileira, por demonstrar também um currículo íntegro de serviços prestados à sociedade nos cargos públicos que ocupou, em especial como deputado federal. Fábio agora nos presenteia com este excelente material. Recomendo a leitura e encorajo que o leitor estenda este texto a amigos e conhecidos.”

Nelson Júnior,

pastor, escritor, palestrante internacional, coordenador e idealizador do movimento Eu Escolhi Esperar, mestre em Comportamento e pós-graduado em Gestão e Liderança



eBook
disponível

ISBN: 978-65-5584-010-0



9 786555 840100

www.editoravida.com.br

0 700000 040 100

Categoria: VIDA CRISTÃ: Vida prática